

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC-SP**

Thaís Zschieschang

O Processo de Identificação Política de Mulheres: Estratégias de Enfrentamento à  
Exclusão e de Fomento à Participação Segundo Trajetórias de Envolvimento Social

**MESTRE EM PSICOLOGIA SOCIAL**

**SÃO PAULO**

2020

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**PUC-SP**

Thaís Zschieschang

O Processo de Identificação Política de Mulheres: Estratégias de Enfrentamento à Exclusão e de Fomento à Participação Segundo Trajetórias de Envolvimento Social

**MESTRE EM PSICOLOGIA SOCIAL**

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior- Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.”

## **Agradecimentos**

Esse é um trabalho acadêmico e como tal foi feito a partir de uma análise estruturada de coleta de dados, pautada em responsabilidade metodológica, com aspectos de construção sócio-histórica de 69 mulheres ativas na vida pública, em diferentes espaços e formatos. Entretanto, vale a pena ressaltar a necessidade da experimentação das experiências dentro da categoria “mulher” e de suas vertentes anexas pelos perfis multi identitários, sendo que algumas das construções tratadas, senão todas, enquanto desafios da participação ou até mesmo da subordinação e subjugação social da mulher enquanto ser social inserido dentro da ordem vigente, só conseguem ser integradas e entendidas de fato a partir da vivência, sendo que dentro dessa perspectiva a real compreensão do que esses atributos significam, tanto de pontos positivos enquanto ferramentas disponíveis pela constituição sociocultural, e por que não energética, do que representa o ser mulher, assim como as amarras impostas e desafios a partir dessa percepção de construção de papéis e da própria subjetividade, é apenas destas, que as vivenciam.

Ainda em tempo, vale ressaltar que os aspectos de tributos do feminino e do masculino, assim como a forma como eles foram constituídos não estão para discussão, pois demandaria atenção especial, sendo este um tema anexo não compreendido nos objetivos específicos do presente trabalho, mas partimos do reconhecimento que dentro da crença coletiva, assim como do inconsciente coletivo, fomentadores da própria subjetividade humana e ainda dos papéis sociais, que partem da educação de gênero e nos condicionam, é possível, sim, pensarmos em diferenças subjetivas e objetivas da constituição tradicional dos estereótipos de gênero. Isso não significa a incapacidade de rompimento como esses atributos, mas de uma análise precisa de ferramentas e desafios disponíveis dentro de cada um desses processos identitários.

Tendo dito isso, peço licença para abrir um pequeno parêntese para citar a importância da integração pela experimentação dos estereótipos e arquétipos do feminino e de suas representações para a compreensão interna das significações expostas, disponíveis em diversas culturas a partir de figuras-signo utilizadas dentro da socialização, em atividades sociais ou espiritualistas, passando por acessos coletivos disponíveis em diferentes formas e em diferentes espaços, sendo que faço uma mensagem de agradecimento especial a vivências e aprendizados relativos uma visão holística do feminino multifacetado, inclusive enquanto

ferramenta de autoconhecimento e ao mesmo tempo de premissas da valorização essencial dos seu ser, a partir da pré disponibilidade de acesso desses tais atributos e ferramentas, atrelados e naturalizados enquanto a energia matriz da categoria “mulher”. Para o entendimento desses processos, nada de mais valioso pode ser entregue do que a exposição encorajadora e motivacional de conhecimentos e de trajetórias de vida, sendo assim é impossível começar não agradecendo as mulheres que se disponibilizaram a compartilhar um pouco, senão muito, de suas construções de vida sobre vestes do pertencimento da participação da vida pública, que perpassa aspectos relevantes da vida institucional e não institucionalizada da política enquanto representação de fortalecimento de pautas e agendas temáticas, alocadas dentro de suas perspectivas, a partir de suas respectivas localizações no ecossistema, aqui entendido como diferentes aspectos da própria socialização e oportunidade de vivência.

Além das participantes da pesquisa, sinto necessidade de agradecer todas as mulheres que fazem parte da minha vida cotidiana, que promovem constantes ressignificações e desconstruções do próprio ser, no sentido de existir, compartilhando sobre as temáticas mais diversas suas vidas cotidianas em diferentes esferas sociais, assim como homens que fazem parte desse trajeto de alguma forma, seja apoiando de forma ideológica e prática os movimentos que buscam a equidade de gênero e o rompimento com a hierarquização social, seja enquanto contraponto, ou mesmo demonstrando aspectos desses ditos feminino e masculino em suas respectivas atuações.

Para mulheres que dedicaram parte de seu tempo, sabedoria e questionamentos, sem as quais não teria sido possível construir as pontes feitas pelo texto, e pela sua complementaridade de perfis, ideologias e demandas: obrigada. Agradeço inclusive pela construção de redes colaborativas com outras mulheres, ação orgânica responsável pela vasta ampliação da presente coleta de dados. Agradeço, ainda mais, suas respectivas existências e inspirações geradas apenas pelo fato de ocuparem os espaços em que estão e por suas fortes lutas diárias de enfrentamento, consciente e inconscientemente, às inconsistências do sistema de poder oriundos de nossa cultura patriarcal.

Participaram, **Ana Cláudia Braga Mendonça**, Secretária de Gestão de Pessoas no Tribunal Superior Eleitoral; **Andyara Ferreira Alves**, integrantes do Grupo Feminista de Relações internacionais da Universidade de São Paulo (USP); **Angela Gandra**, Secretária Nacional da

Família do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; **Antonia Pedrosa Vieira**, dirigente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (SINTER/RR); **Adélia Rodrigues Ferreira**, Fundadora do Coletivo As Minas; **Aline Nascimento Barrozo Torres**, Pré-Candidata à Vereadora MDB/SP; **Ana Carolina Tannuri Laferté**, Subchefe Adjunta de Infraestrutura da Presidência da República; **Andrea Lua Di Sarno**, Gestora de Políticas Públicas; **Barbara de Oliveira Panseri**, Pré-Candidata à Vereadora PDT/SP; **Beatriz Souza**, Pré-Candidata à Vereadora PSL/SP; **Brena Oliveira Pinto**, Assessora Executiva Estadual PT/Bahia; **Camila Cardoso Pereira**, Diretora de Educação da Fundação Lemann; **Carolina Mattar**, Coordenadora Executiva do Instituto Democracia e Sustentabilidade (IDS); **Carolina Romano**, Consultoria em Inovação de Impacto; **Chirley Pankará**, Codeputada Estadual PSOL/SP; **Cristina Alessi**, Presidente da Agência Curitiba; **Debora Francisco Pereira**, Assessoria de imprensa na empresa Câmara Municipal/SP; **Elen Carolina Martins**, Secretária de Juventude, Formação Política e Finanças PT/MT; **Emília Lucy Nogueira Marinho**, Fundadora do Goiana nas Urnas; **Evelyn Gomes de Lima**, Fundadora do LabHacker; **Fabíola Baani**, Pré-Candidata à Vereadora PDT/SP; **Fe Maidel**, Secretária de Diversidade no Partido Cidadania/SP; **Fernanda Luise Barbosa Lopes**, Auxiliar Parlamentar da Assembléia Legislativa/SP; **Fernanda Pereira de Almeida Martins**, Juíza no Município de Mogi Guaçu; **Givânia Silva**, cofundadora da Coordenação Nacional da Articulação das Comunidades Quilombolas (Conaq); **Guelda Cristina de Oliveira Andrade**, Secretária Geral do Sindicato no Ensino Público de Mato Grosso; **Iara Cordero**, Assessora Parlamentar da Secretaria da Mulher da Câmara Federal dos Deputados; **Iara Negreiros**, Consultora em Cidades Inteligentes; **Irina Frare Cezar**, Fundadora do Grupo Mulheres da RAPS; **Isabela Rodas Messias**, Assessora na Câmara dos Deputados Federais; **Júlia Fernandes de Carvalho**, Designer de Games na Fast Food da Política; **Juliana Bueno**, Relações Governamentais Estratégica Interna da Embaixada do Reino Unido/BSB; **Juliana Fratini Borges**, Entrevistadora na TV Democracia; **Kamila Camilo**, Gestora de Políticas Públicas Municipais/SP; **Karolina de Souza Bergamo Almeida**, Assessora de Imprensa Parlamentar da Assembléia Legislativa/SP; **Laura Marsiaj Ribeiro**, Fundadora da Eu Ensino; **Lorrayne Porciuncula**, Estrategista em Políticas de Economia Digital na Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE); **Luana Franca Amorim**, Diretora Estadual do Movimento Negro Unificado (MNU); **Luciana Trindade**, Articuladora Nacional do PSB Inclusão; **Luna Zarattini Brandão**, Pré-Candidata à Vereadora PT/SP; **Mara Karina Sousa Barbosa da Silva**, Assessora de Comunicação na Gabinetona; **Maísa Diniz Lima**, cofundadora do Vote Nelas; **Maria Aparecida Pinto**,

Coordenadora do Núcleo Gênero e Etnia da Virada Feminina; **Mariana Barros**, Fundadora da Cidades 21; **Mariana Cergoli Janeiro**, Secretária Nacional de Mobilização PT; **Marianna Sampaio**, Coordenadora Especial Legislativa da Câmara Municipal de São Paulo; **Marina Helou**, Deputada Estadual REDE/SP; **Marinalva da Silva Cruz**, Secretária Municipal de PcD/SP; **Nathalia Doné**, Agente de Inovação do Setor Público; **Pagu Rodrigues**, Pré-Candidata à Vereadora PT/SP; **Paolla Catherine dos Santos Miguel Agard**, Pré-Candidata à Vereadora PT/SP; **Patricia do Carmo Gonçalves**, Escrevente Técnica Estadual TJ/SP; **Patrícia Feitosa**, Advogada Criminalista; **Priscila Candelaria Garcia**, Pré-Candidata à Vereadora MDB/SP; **Priscilia Sparapani**, Professora da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo; **Raquel Barros Cardamone**, Fundadora da Bright Cities; **Raquel Marques**, Codeputada Estadual PSOL/SP; **Rosa Neide S. de Almeida**, Deputada Federal PT/MT; **Sâmia Bomfim**, Deputada Federal PSOL/SP; **Solange Eliene Praxedes**, Coordenadora Jurídica do Secretariado Estadual de Mulheres PSDB/SP; **Soraya Vieira Thronicke**, Senadora Federal PSL/MS; **Tabata Amaral**, Deputada Federal PDT/SP; **Taís Maldonado Niffenegger**, Chefe de Assessoria Internacional ANATEL; **Tamires Arruda Fakh**, Pré-Candidata à Vereadora REDE/SP; **Tamires Gomes Sampaio**, Diretora do Instituto Lula; **Tereza Nelma da S. P. V. Soares**, Deputada Federal PSDB/AL; **Thais Leal Piffer**, Assessora da Superintendência do SEBRAE/SP; **Vivian Oliveira Mendes**, Diretora Estadual da Comissão Executiva PT/SP; e uma participante adicional, que optou pelo anonimato.

Estendo meus agradecimentos ao meu orientador **Prof. Dr. Salvador Antonio Mireles Sandoval**, sem o qual essa construção não seria possível, assim como às compositoras banca, que colaboraram ativamente com ajustes e direcionamentos da produção, de forma a ampliar seu impacto projetado e seriedade do presente trabalho, **Prof. Dra. Betânia Diniz Gonçalves** e **Prof. Dra. Cecília Pescatore**, e aos demais homens que abriram suas redes de mulheres, que colaboraram com a construção: Fernando Haddad Moura, Roberto Beijato Jr. e Sérgio Alves.

**O Processo de Identificação Política de Mulheres: Estratégias de Enfrentamento à Exclusão e de Fomento à Participação Segundo Trajetórias de Envolvimento Social**

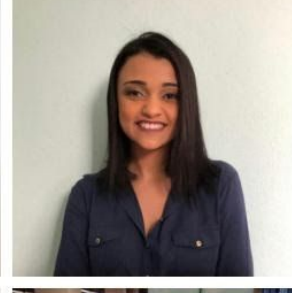
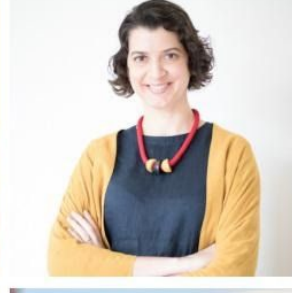
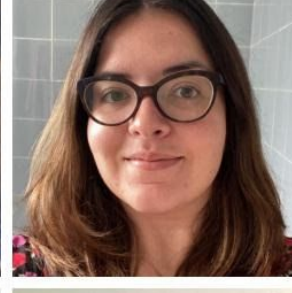
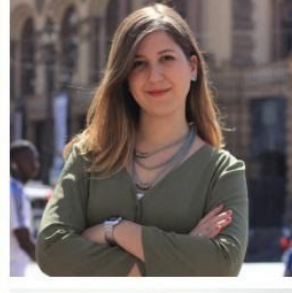
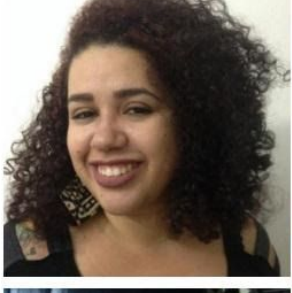
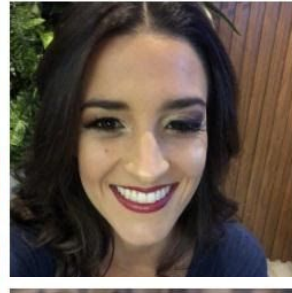
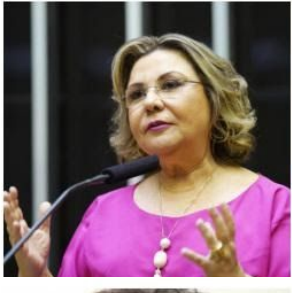
**Resumo:** Com base na atuação políticas de 69 mulheres inseridas de vida pública local brasileira, a presente pesquisa tem a como objetivo a sistematização e a validação ampla de princípios básicos motivadores, dentro de contextos individuais e coletivos, de fomento à participação política de mulheres a partir dos processos culturais de desigualdade de gênero e funcionamento institucional democrático. A produção tem como produto final, além de sistematizar e coletar novos dados sobre o recorte descrito, o desenvolvimento estratégico de ferramentas motivadoras para a projeção da vida política de forma agregadora para mulheres, como instrumento de enfrentamento à baixa taxa participativa e aos custos participativos, inerentes ao seu funcionamento.

**Palavras-chave:** Democracia Participativa; Participação Política; Gênero.

**The Process of Political Identification of Women: Strategies to Confront Exclusion and Encourage Participation According to Trajectories of Social Involvement**

**Resume:** Based on the political performance of 69 women inserted in local Brazilian public life, this research aims to systematize and broadly validate basic motivating principles, within individual and collective contexts, to encourage the political participation of women from the cultural processes of gender inequality and democratic institutional functioning. The production has as a final product, in addition to systematizing and collecting new data on the described outline, the strategic development of motivating tools for the projection of political life in an aggregating way for women, as an instrument to face the low participatory rate and participatory costs, inherent in its function.

**Keywords:** Participatory Democracy; Political Participation; Gender.







## SUMÁRIO

Introdução	01
Pontos iniciais sobre o sistema político brasileiro	04
1. A produção social excludente e a participação política de mulheres	08
1.1 O lugar da categoria “mulher”	13
1.2 Desigualdade de gênero em números	14
1.3 Estímulos e desestímulos agregados a participação pública e política	15
1.4 Representação social de grupos identitários	20
2. Processos de consciência política e os aportes de teorias feministas	23
3. Procedimentos metodológicos, o local de fala e a representação	31
3.1 Entrevistas qualitativas, pesquisa e análise de discurso	36
3.2 Entrevistas qualitativas e formato de coleta de dados	38
3.3 Complementaridade de perfis	42
4. Fatores Chave da Inserção e Participação Política de Mulheres	54
4.1. Vantagens e Custos da Participação Política para a Mulheres Convencionais	63
4.2 O Ambiente Político e o Acesso a Recursos	68
4.3 Espaços Seguros e Redes de Apoio	79
Considerações Finais	84
Bibliografia	87

## **Introdução**

A participação feminina, tratada na presente construção, compreende enquanto feminina a diversidade de perfis de pessoas autodeclaradas mulheres, em suas divergências de raça, idade, escolaridade, local de origem, classe social, orientação sexual e identidade de gênero primária. Ao mesmo tempo que participação deve ser lida como toda e qualquer forma de posicionamento social, individual ou coletivo, em prol de uma ressignificação ou reafirmação de ato político exposto ou vivido, nos mais diversos formatos, como grupos sindicais, movimentos sociais e coletivos organizados, representação política nomeada ou eletiva e agentes públicas.

“Homens e mulheres não ocupam posições simétricas na política. Os interesses de uns e outros são diversos, o que faz com que seus interesses e visões determinem a politização de temas distintos. Tal fato se constitui em um indicativo para que pesquisas sobre lideranças sejam realizadas podendo ser ou não de forma comparativa. De maneira geral há poucas pesquisas e registros sobre lideranças femininas nos diversos espaços sociais, culturais e políticos. Muitas vezes as pesquisas existentes se voltam mais para a questão da participação política enfocando o voto. As pesquisas sobre lideranças femininas em espaços públicos de poder, também, são muito poucas e se faz necessário investigar tanto questões quantitativas quanto questões subjetivas referentes às diversas formas de participação política de mulheres.” (Gonçalves, p. 01, 2007).

A assimetria de poder social com os processos culturais desenvolvidos de hierarquização confere a homens, principalmente brancos e de famílias tradicionais, com acúmulo de poder de influência em questões coletivas, pauta primária de pertencimento político enquanto perfis identitários atrelados à essas agendas no cenário coletivo. Sendo assim, suas bandeiras, modos de tratativas e visões de mundo guiam os processos políticos, principalmente os formais ou institucionalizados. Enquanto institucionalizadas compreendemos esferas atreladas diretamente à administração pública em diferentes localidades e unidades operacionais,

compreendendo os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e as instâncias Municipais, Estaduais e Federais.

Dentro das construções de significados sociais, temos a pretensão de tratar as significações coletivas do sistema político para construção de padrões de entendimento do arcabouço adotado, destacando o significado social da participação de diferentes formatos; os signos de identificação de grupos políticos, que podem promover o reconhecimento e a exclusão, que neste último caso promove a não identificação política com potencial de minar formas de participação social, assim como de crenças de representação e pertencimento social e político de mulheres em sua categoria e as respectivas pluralidades de perfis anexas a ela. Em consonância se faz necessária a análise da participação, ou a ausência da mesma, tratada com diferentes formas de influência, entre elas através de premissas de justificativas socialmente construídas sobre a não priorização de agendas políticas nos universos individuais devido ao desenvolvimento prioritário de atividades mercadológicas atreladas a geração de renda, assim como os próprios custos de participação que envolvem ativos como acesso de pastas e grupos; tempo de dedicação; recursos financeiros e logísticos; e disponibilidade emocional e psicológica. Atrelados a essa visão são tratados pontos como a descrença do fazer público sob lógicas de mercado e a criminalização da política e grupos políticos; e a visão da possível mistificação da política e da imagem do líder através do distanciamento planejado em relação à população, como tratado por Goffman (1999). No mesmo âmbito, a desigualdade social em suas diferentes frentes será contestada com o poder de influência de grupos sociais auto identificados, puramente políticos ou não, e segundo lógicas de vulnerabilidade complexa por critérios identitários e ideológicos.

Em primeiro lugar, é importante reconhecer o machismo e o sistema patriarcal enquanto frutos da produção cultural que condiciona a estruturação de todas as bases institucionais, inclusive do sistema político, promovendo uma falsa simetria nas relação entre homens e mulheres, atrelado a dois hologramas coletivos: o da Cidadania, que prevê uma igualdade formal entre todos os indivíduos submetidos ao sistema político brasileiro, resguardada legalmente pela Constituição de 1988; e a Sororidade, enquanto caracterização de falsa igualdade entre mulheres pela categorização coletiva do grupo, gerando invisibilidades, em suas diferentes características identitárias devido a complexidade de sistemas discriminatórios e excludentes anexos, que se valem de quesitos raciais, étnicos, econômicos, de classe social, de nível de instrução e de acesso a educação tradicional, de recorte de localidade regional,

orientação sexual, entre outros, também sob lógica de subjugação para priorização de agendas de grupos dominantes internos à própria categorização.

Segundo a própria lógica de condicionamento cultural da produção social observada na construção da estrutura institucionalizada e não institucionalizada da vida coletiva, com a determinação de papéis sociais esperados dos indivíduos membro de determinado coletivo, podemos tratar a estrutura política e o próprio processo de consciência política com frutos da complexidade de interação e relações desenvolvidas decorrentes de disputa simbólica de poder pelas significações culturais, em busca de uma dominação social multifacetada. A historicidade leva o foco de análise ao sujeito e sua subjetividade sendo que o objeto de conhecimento externo ao sujeito é apropriado por este em uma dinâmica de afirmação. A compreensão do limite de influência da identidade individual e as influências externas de formação da cultural coletiva é estudada a partir da construção sócio-histórica da subjetividade, sendo assim trataremos a identidade desde a presença categorial com a representação de papéis sociais até a compreensão da representação de si, considerando sentimentos e história individuais, sendo que ambos os fatores são responsáveis pela constituição de sujeitos. O papel dos outros em um indivíduo representa a influência social de todos na construção do todo. Tal premissa complexa é entrelaçada com a condição histórica, onde são reconhecidos avanços feministas referentes ao recorte traçado, de como os comportamentos sociais e crenças foram desenvolvidos e são projetados do atual momento de análise.

Para aprofundar a construção teórica, é importante salientar a importância das teorias advindas da psicologia como ferramentas de compreensão social. Em especial utilizaremos o modelo analítico para estudo da consciência política de Sandoval (1989, 1994, 1997, 2001), que torna possível a compreensão da mobilização e da desmobilização política de indivíduos e grupos sociais, enquanto ferramenta orientadora da construção do roteiro semi-estruturado de coleta de dados com a 69 participantes. O enfoque será do fomento à participação feminina a partir do mapeamento de motivações de atuação feminina nos campos institucionalizados e não institucionalizados da vida pública em um comparativo linear a seu grau de consciência política. Sendo um dos objetivos o mapeamento de razões desmotivadoras para a participação feminina, com o intuito de prover alternativas para um fortalecimento da atuação política feminina em busca da simetria de representativas em paridade a indivíduos masculinos em cargos de poder.

A formação histórica local levou o Estado brasileiro a adotar um sistema democrático, cuja população, detentora primária do poder de governo, elege através do voto livre, secreto e universal seus representantes políticos nas esferas Executivas e Legislativas, em três âmbitos da administração direta, sendo eles o Federal, o Estadual e o Municipal. Os indivíduos eleitos têm como missão a tomada estratégica de decisões sobre o curso da nação com a representação popular em uma tentativa de atender os anseios de toda a população, traduzidos muitas vezes em grupos de interesse compartilhado. A princípio, a constituição local representa o histórico fundamental de compreensão da cultura regional, cuja própria socialização é a base da individualização dos membros da comunidade tratada, condicionando, assim, os comportamentos. Após a internalização e apropriação dos códigos de ordem local, os indivíduos, então conhecedores dos funcionamento das instituições sociais, são capazes de alterar sua realidade enquanto agentes com capacidade transformadora. Para desenvolver tal entendimento da realidade política brasileira, precisamos compreender seu histórico e as influências globais sofridas.

### **Pontos iniciais sobre o sistema político brasileiro**

Desde o processo de redemocratização, iniciado em 1985 e consolidado com a Constituição de 1988, vivemos trinta e dois anos democráticos, passando por sete eleições no âmbito executivo e dois processos de impedimento de presidentes. O sentimento de instabilidade do arranjo institucional adotado pelo respectivo processo de apropriação cultural nacional, somatizado à desigualdade social que permeia o poder de influência de pautas sociais; e a descrença do fazer político benéfico à população são processos muito caros enquanto compreensão social e, pelo seu alto nível de complexidade devido às variáveis envolvidas, de sistematização desafiadora. Com tal conhecimento sistematizado é possível compreender as influências culturais permanentes no processo, suas estruturas base e quais aspectos sofreram adaptações sociais, para a previsão de seu comportamento e produção de informação de interesse a fim de apoiar o jogo de influência na busca pela redução da desigualdade existente e ressignificação do sistema político.

Segundo pesquisa encomendada pela RenovaBR ao Instituto Locomotiva e a IDEIA Big Data, com dados gerais que apoiam a compreensão do cenário atual, geradas no primeiro bimestre de 2018, vivemos uma crise de legitimação da representação, onde 96% dos eleitores não se sentem representados pelos políticos eleitos. Este não é um fenômeno novo, a própria

Jornada de Junho de 2013, que compreendeu uma série de manifestações sem pautas claras, explicita apenas o descontentamento geral e insatisfação da população brasileira com seus representantes, exemplificando o momento. Entretanto, esses mesmos políticos são eleitos por voto popular, sendo necessária a compreensão dos motivos reais de sua eleição na base da seleção de perfil por seus respectivos eleitores.

Dentro do mesmo recorte da pesquisa gerada em 2018, 94% dos entrevistados acreditam que as agendas individuais dos políticos são mais preciosas para estes do que as demandas populacionais. Pautas como a descontinuidade de políticas públicas desenvolvidas, ausência de transparência, sem clareza das atividades desenvolvidas e falta de planejamento a médio e longo prazo trazem a acusação de preocupação dos eleitos meramente com sua reeleição, desconstruindo diversos autores defensores da democracia que pensaram o sistema de votos como validação social do realizado, em que políticos sem propostas concluídas não estariam aptos à reeleição. Sendo que 89% acredita que seus representantes não se preocupam com seu desempenho de mandato e nem com a população durante seus processos de tomada de decisão.

Contraditoriamente, apesar das claras demandas sociais válidas, 79% dos eleitores não se recorda de seus votos destinados ao poder legislativo nas eleições de 2014, levantando um questionamento sério sobre a responsabilização dos eleitores no acompanhamento das agendas de seus representantes e do interesse de participação política para influenciar o desempenho de tal atividade social, ainda na crença de pertencimento da agenda com visão empoderada de mandante. Concordando com a proposição trazida, apenas 15% dos entrevistados afirma acompanhar o desempenho de seus parlamentares. Críticas gerais sobre a ausência de processos de construção participativa e tomada de decisão colaborativa são pautas das reivindicações populares dentro desse contexto. Quando passamos para um recorte de gênero, 95% das mulheres acredita que existe uma sub-representação de mulheres, mesmo com mulheres sendo a maior parte do eleitorado brasileiro; e com a disponibilidade de leis de participação mínima de mulheres em processos eleitorais, em sua maioria endereçados a partidos políticos, cujo cumprimento social é prejudicado.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, para as eleições de 2018, existiram 147.302.354 possíveis eleitores brasileiros, sendo que 52% deste eleitorado é composto por mulheres; 72% destas mulheres demonstram interesse pela agenda política em alguma esfera; e 76%

acreditam no poder de seu voto. Recuperamos a antiga crença do feminismo liberal na igualdade gerada a partir de resguardo legal, inspirada pelos avanços democráticos, minimizando os efeitos do jogo de influência e estabelecimento histórico-cultural para concretizar o trajeto da igualdade traçado, abordados por Ney (1995). As promessas da democracia, enquanto sistema de garantia de participação política igualitária, seguem presentes e devem ser tratadas no contexto levantado a partir de uma análise dos sub-paradigmas desconstruídos com o avanços da agenda feminista local. Os dados apresentados evidenciam a crise institucional de crença de fazer político e sentimento de exclusão de esferas públicas de mulheres. Com o desafio proposto, temos a oportunidade de promover mudanças em nossa ordem social com a construção de alternativas propositivas para o desenvolvimento de tais agendas coletivas.

Um parênteses é necessário, enquanto a participação de mulheres em organismos sociais e Conselhos Gestores Municipais de Políticas Públicas, assim como seus respectivos perfis: a política de base, incluindo a partidária, é um espaço que, destoando de nossas construções anteriores, tende a ser liderado e amplamente composto por mulheres. Podemos alavancar algumas sugestões que explicam este fato, como o baixo destaque institucional das posições e fato de que mesmo se tratando de posições representativas e de vasta importância pela volumosa atuação desempenhada, o formato de ocupação desses espaços é mais relacionado ao histórico de atuação social e ativismo comunitário ou temático local (Luchmann; Almeida, 2010). Sendo assim, o formato de ocupação difere, e está mais relacionado a um perfil associado, culturalmente, com mulheres, de cuidado, conseqüentemente com posturas menos combativas ligadas ao feminismo, e sim com bandeiras temáticas específicas em áreas de interesse público, como educação e saúde, enquanto agendas amplas.

É evidente o desafio de superação da determinação social com o intuito de romper com o atual padrão de dominação masculinizado das esferas coletivas, demandando ruptura com expectativas de padrões de interação social e de condicionamento de grupos subjugados culturalmente segundo os processos de socialização vividos, representando uma nova construção de identidade em seus múltiplos papéis sociais assumidos com potencial disruptivo da ordem social, sendo que todos os sujeito oscilam entre a ambigüidade de suas agendas pessoais e das agendas coletivas as quais foram expostos nos processos mediativos e de alguma forma responsabilizados por sua estruturação, seja com enfoque na manutenção ou

no rompimento da ordem estabelecida. Evidenciando a luta entre uma postura de acomodação social e de resistência às contradições ordenadas pela estrutura cultural (Saffioti, 1997).

Deve ser constituindo um processo de ampla aceitação, rompendo com a falsa naturalização de homens nos cargos de liderança, da participação de mulheres em posições de poder, seja em esfera política ou não. Sendo importante ressaltar a capacidade de geração de mudanças sistêmicas a partir do fomento de participação ativa de mulheres na vida pública, uma vez que a partir dos aprendizados adquiridos, existe uma tendência à incorporação de princípios alcançados nas suas respectivas vidas privadas, aliado ao fato do poder de construção de novas identidades femininas. Outro ganho agregado da participação feminina na política e na vida pública é o crescimento progressivo de agendas relevantes com a politização de novos temas, assim como a capacidade de fomento de uma renovação institucional; e de geração de diálogos e escutas qualificados em uma nova dinâmica (Gonçalves, 2007). Dentro do exposto contexto, é de extrema relevância a compreensão de estímulos, integrados à vida doméstica e pública, referente à participação política de mulheres para a promoção de novos fazeres culturais, que afetarão, conseqüentemente, as estruturas institucionais e não institucionais políticas, assim como de demais bases do ordenamento social modulador da vida pública e privada.

## **1. A produção social excludente e a participação política de mulheres**

Para Jessé (2009), a tentativa brasileira de reorganização política aparece enquanto forma de perpetuar a relação de poder que podemos definir enquanto centro/periferia, levantando falhas do sistema anteriores a ele, que ainda é operado com contradições vistas, mas muitas vezes ignoradas, trazendo o desafio de construção de um paradigma alternativo que supere a naturalização da desigualdade dentro da vida cotidiana, que forma o chamado “subcidadão”. Enquanto critérios centro/periferia, sugiro uma ampliação do conceito para embarcarmos na construção, enquanto centrais, toda e qualquer característica identitária que traga em sua constituição algum poder social contrastado à hierarquização por processos de inferiorização e exclusão de divergências do ideal constituído socialmente, como o masculino, a branquitude, heteronormatividade, o conhecimento formal e o acesso a recursos financeiros; todas ferramentas de exclusão, de poder social e de influência externa. O mesmo entendimento pode ser expandido para ideologias políticas dominantes, enquanto centrais.

Um paralelo similar pode ser realizado enquanto às conquistas femininas de acesso a direitos, mas ainda sem alcance real de igualdade de gênero em âmbitos sociais e políticos, inerentes às construções históricas de negação de acesso aos espaços públicos para mulheres. Para além disso, as conquistas parciais atendem perfis específicos de mulheres, sem mudanças efetivas para as que experimentam formatos combinados de critérios excludentes determinados pela ordem social.

Dentro da perspectiva sócio-histórica de construção e projeção cultural, é importante diferenciar fenômenos de exclusão vividos por mulheres de diferentes recortes identitários a partir de premissas sociais para além do gênero, como raça e etnia, classe social e potencial econômico, nível de instrução formal/educacional e orientação sexual. Enquanto ponto inicial, é preciso compreender e tornar visível a pluralidade feminina enquanto critério identitário, e reconhecer as diferenças de acesso vividas por mulheres com diferentes formações devido influência próximas de seus respectivos ciclos de socialização, com potencial forte de impacto em suas construções de identidade em nível individual e coletivo.

A falácia da igualdade, trazida pela categorização “mulher”, oculta sistemas de exclusão e hierarquização em um jogo social em que instituições, transvestidas de neutras com máscaras de impessoalidade em uma lógica de individualização, escondem a ideologia de dominação

instrumentalizada. Sendo que a organização do centro, ou seja, de pessoas que detém o poder da produção cultural, é imposta de forma violenta para a dita periferia, negando a própria capacidade de formulação e influência no senso comum dos dominados no contexto social. É importante salientar que práticas sociais influenciam nos processos identitários individuais, através da socialização, com expectativas de comportamentos sociais, que afetam crenças de pertencimento e capacidades. Resgatando a produção cultural como ordenadora social, vivemos uma lógica de representação pensada para ser excludente com grupos identitários que destoam da classe hegemônica. Somado a isso podemos observar a natureza silenciadora da política em sua lógica representativa de maiorias; códigos políticos são ativos de capital cultural de acesso limitado e integrativo de outros privilégios, como acesso a recursos e educação formal. Quando tratamos a sub representação política de mulheres, sob o viés da complexidade da desigualdade social em sua totalidade, fica evidente que o acesso e histórico de lutas e conquistas de mulheres nos espaços públicos são desproporcionais entre seus pares.

Quando fomentamos a participação ativa de mulheres, ganhamos a capacidade de geração de próprias narrativas com exposição, de forma mais profunda e representativa, de suas demandas sociais e desafios; e de pensar soluções que de fato as atendam. Porém devemos nos atentar nos múltiplos perfis identitários de mulheres, e como o desenvolvimento e unificação de uma pauta única de gênero tem capacidade de silenciar demandas e vozes de mulheres que, além de serem consideradas subcidadãs por serem mulheres, vivenciam outros pontos de exclusão, como financeiro, acadêmico, racial/étnico, que demandam atenções especiais no caso de deficiências, entre outros, que destoam do perfil projetado enquanto homogêneo de ampla aceitação e valorização social, em uma sociedade historicamente racista, higienista e classista. Entretanto, somos capazes de reunir pautas comuns centrais, de dores compartilhadas entre mulheres enquanto eixos transversais, que afetam em diferentes níveis e formas mulheres pertencentes a grupos diferentes, mas que ainda representam desafios em conjunto; ainda que, inegavelmente, ocorram discussões e disputas sobre melhores formas e soluções, a partir de seus diferentes olhares ideológicos.

O Feminismo tem histórico de desenvolvimento à margem de outros questionamentos que tratam a desigualdade, por parte de movimentos sociais diversos, como se essas fossem a base da subordinação de mulheres, apagando questões de gênero dentro da complexidade sistêmica da produção histórico cultural da ordem social, como se estivessem alocadas em outras problemáticas; enquanto a democracia prevê a não hierarquização de identidades sociais, o

que pode ser confundido com uma falsa homogeneização que acarreta no silenciamento dos critérios de exclusão agregados, acompanhado por uma lógica meritocrática disfuncional (Saffioti, 1994). Entretanto, daremos a seguir um enfoque no que representa, em ampla medida, a desigualdade de gênero na sociedade brasileira moderna a partir de construções prioritariamente feministas, que colocam a desigualdade de gênero como base das problemáticas aprofundadas; e a partir desse panorama focar nas interferências da subordinação de mulheres na vida pública.

“O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero é demasiadamente forte, atravessando todas as instituições (...) Isto posto, por que a Justiça não seria sexista? Por que ela deixaria de proteger o status quo, se aos operadores homens do Direito isso seria trabalhar contra seus próprios privilégios?” (Saffioti, p. 94, 2004).

Diferentes vertentes teóricas feministas tratam a estrutura de dominação e exploração de mulheres com papéis sociais desenhado a serviço do privilégio de homens, resguardadas suas diferentes construções e posicionamentos, que em muitos casos eram embasadas a partir de teorias masculinas, ou seja, primária de autores homens, mas com o intuito de reprogramar a ordem social, apoiando no rompimento de diversos subparadigmas de inferiorização e exclusão de mulheres nas esferas política, econômica e social; embora, como defende Nye (1995), não seja possível nos valer de teorias masculinas para o ancoramento teórico feminista, uma vez que estas não são feitas com o intuito de incluir e equilibrar a relação de poder de gênero. De qualquer forma, vale a pena ressaltar que entre os pontos comuns de desenvolvimento teórico de tais pensadoras, a dominação patriarcal se manteve exposta em sua universalidade enquanto instrumento ideológico dual de segregação social com categorias socialmente construídas para exclusão de mulheres, acarretando em ganhos sociais e reforçando a importância de construções teóricas femininas, com ocupação de mulheres em espaços de produção intelectual e de enfrentamento à desigualdade de gênero.

A lógica da meritocracia, que prega o dever de sacrifícios pessoais para alcance do empoderamento individual, com base no liberalismo e neoliberalismo capitalista, omite estrategicamente a desigualdade, responsabilizando mulheres pela sua própria exclusão e não superação das subordinações experienciadas (Saffioti, 2004), apagando as faltas ideológicas

de negação de acesso com base no racismo e nas desigualdades de gênero e classe social, fenômeno que podemos apelidar de falácia da igualdade de condições. Outro sistema coercitivo pode ser observado no paradoxo patriarcal de consentimento ideológico de mulheres, enquanto necessário para a manutenção da relação de poder dentro desta dinâmica de permanente competição opressiva, formado a partir de condicionamentos vividos por mulheres durante o processo de socialização, de base histórica sexista enquanto atributo de poder. No entanto, a diferença sexual socialmente construída vem se enfraquecendo com as ressignificações da ordem social, graças aos enfrentamentos realizados ao modelo de exploração de gênero, inclusive a partir de construções masculinas.

O progresso de acesso geracional de mulheres a ativos sociais e participação da vida pública com ressignificação da vida doméstico é vigente: ganhos foram acumulados durante o desenvolvimento histórico de lutas feministas, entretanto é importante salientar que a lógica de dominação não foi rompida, encontrando apenas a imersão de novos sub paradigmas da vida social menos excludentes para mulheres a partir de novas produções culturais alcançadas com base em enfrentamentos organizados. Com o processo podemos observar continuidades e descontinuidades da formação de identidade de mulheres assim como as repercussões políticas e sociais dessas mudanças geracionais, aqui entendidas como marcas de passagem.

Segundo embasa Gonçalves (2004), as percepções de mulheres sobre si mesmas e em relação a como o mundo muda com a construção de novas dinâmicas sociais relacionadas a subordinação e a resistência a elas, através de transgressões, são afetadas. Entre os rompimentos observados está a exclusão histórica de mulheres na vida social, que antes estavam exclusivamente alocadas em serviços de cuidado e inativas economicamente. Hoje temos espaço para a inserção produtiva de mulheres no mercado de trabalho, mesmo que com disparidade salarial e com acúmulo de tarefas domésticas, ocasionando a chamada jornada dupla. Vivemos uma perspectiva progressiva de valorização profissional com ampliação do acesso à educação, que por sua vez favorece a ascensão social. Ambos fatores da modernização social impactam na formação da identidade de mulheres, dando espaço para construção de autonomia. A feminização do mundo afeta as relações de poder, com mudanças na estruturação da instituição familiar e transformando a compreensão de identidades de gênero, reforçando que se trata de uma produção cultural ideológica gerada pela forma relacional histórica dos papéis sociais desenhados em um processo de construção simbólica

que pode ser contraposto pela identidade constituída através das mediações do convívio social, coletivo e individual, pela superação e/ou interiorização de vivências experimentadas.

“A identidade é, antes de tudo, resultado de um processo histórico-cultural. Nascemos com uma definição biológica, ou seja, homens e mulheres. Ou com uma definição racial: brancos e negros etc. E sobre essas definições essas definições sexuais e raciais se constituirá uma identidade social para esses diferentes indivíduos (...). E essa identidade social será constituída a partir de elementos históricos, culturais, religiosos e psicológicos.

Isso tudo não seria um problema se a diferença não fosse tida e vivida como inferioridade na cultura ocidental, o que implica dizer que a identidade é também algo que se constrói em oposição a alguma coisa, pressupondo, portanto, o outro.” (Carneiro, p.187, 1994).

Reforçando o posicionamento da formação individual, Saffioti (1997) aborda a construção da subjetividade como construída a partir de relações sociais segundo projeções de subjetivação e objetivação de signos sociais em uma visão integrada de conjuntura analítica histórico-cultural. Representando, assim, um processo individual, coletivo e psíquico social, contemplando a visão de condicionamento sociais-culturais onde as histórias individuais são produzidas através de objetivações de práticas sociais e apropriação de resultados, gerando uma reapropriação subjetiva da história. É importante ressaltar que em um lugar de discriminação de gênero, a produção da subjetividade feminina é prejudicada pelo condicionamento patriarcal da ordem social construída, onde mulheres têm papéis sociais submissos e excludentes da vida estudantil, econômica (de classe social) e política ativa; somado ao fato de vivências violentas experimentadas em todas suas relações. Sendo assim, a formação da identidade depende da condição social experimentada em seu contexto histórico para a formação subjetiva da internalização de experimentações, intimamente ligada a repercussões políticas de transformações da ordem social, entre a relação da vida pública e privada. A construção social da identidade, gera continuidades e descontinuidades na ordem cultural estruturante (Gonçalves, 2004).

A própria identidade formada é contraditória, principalmente dentro da relação eu/coletivo ou sujeito/personagem designado por papel social esperado com frequente negação de si. Sendo que as ocupações primárias, que são as atividades domésticas e públicas desempenhadas por mulheres em suas rotinas adotadas, representam signos de inserção na estrutura social, por isso existe estranhamento e tendência a desclassificação de mulheres em lugares de poder; e mulheres estão, ao mesmo tempo, dentro e fora do gênero na esfera da vida pública com atuações muitas vezes conflitantes e complementares que se alternam frequentemente dentro da estrutura de desigualdade e violência de gênero (Saffioti, 1997). Além da estrutura de personagens múltiplas assumidas, em diferentes contextos da vida cotidiana, a identidade pressuposta, que representa justamente as expectativas de comportamento, que em relação a disparidade de gênero presume a subordinação de mulheres, por exemplo, é presente e condiciona a formação de identidade; trazendo novamente o potencial gerador de novas identidades a partir de rompimentos com expectativas sociais de segregação.

### **1.1 O lugar da categoria “mulher”**

Apesar da expressa necessidade de ampliar a visão para grupos integrantes da categoria "mulher", protagonizada pela causa feminista tradicional, é necessário reconhecer sua importância, assim como pontos coletivos de unidade de luta. Mulheres permanecem vinculadas simbolicamente à natureza, enquanto homens à cultura, que a subordina segundo seus interesse de exercício de poder; dentro da construção projetada de sistemas de representações, em todas as esferas dentro da lógica de que a mulher está a serviço do homem, enquanto a natureza está a serviço da cultura, pautada pela produção econômica. O problema está na valorização da diferença entre homens e mulheres, base para a relações de poder de opressão/dominação, que tem em si a falsa naturalização de tal valorização, que acarreta na crença de gênero enquanto imutável em suas características elementares, reforçando estereótipos construídos (Saffioti, 1994).

“O sujeito integra permanentemente a realidade objetiva com a qual interage.” (Saffioti, 1997, p.2).

Em especial o acesso a uma educação formal é levantado, sendo que existe uma tendência à participação de mulheres com maior grau de escolaridade em partidos políticos, enquanto as que não tiveram acesso à qualificações tradicionais tendem a ter sua inserção pública atrelada

apenas à participação comunitária local. A participação política de mulheres em si já gera desconforto em determinados grupos sociais pelo estereótipo produzido culturalmente do papel da mulher, que prevê como elas devem se comportar, aliado ao fato de mulheres serem inicialmente julgadas por seu gênero, com constante expectativa de erro e descrença em sua capacidade (Gonçalves, 2007).

O reconhecimento da subordinação vivida, pela compreensão histórica, em nível pessoal e coletivo, de mulheres é o primeiro passo, atrelado a compreensão da relação de oposição desenvolvida entre homens e mulheres, onde o homem, tido como sujeito universal exerce mais poder em um contexto de dominação. Os mecanismos de subordinação cultural expostos devem ser somados a outros tipos de discriminações como a econômica, exposta pela divisão de classes sociais, o que implica no acesso à educação e a validação de participação social; e a própria orientação sexual e de identidade de gênero complexa, que foge da dicotomia naturalizada homem/mulher. Dentro da educação de gênero a mulher é tradicionalmente objetificada e inferiorizada biologicamente, por argumentos como porte físico e potencial materno gerador, que agregam um estereótipo de fragilidade, que é oposto ao masculino, que é visto enquanto de lideranças qualificada, o que representa em si uma validação social para a produção e reprodução dos paradigmas culturais, devido seu status de poder advindo da produção simbólica e de significantes da ordem social.

## **1.2 Desigualdade de gênero em números**

Segundo estudos divulgados pelo IBGE em 2018, podemos evidenciar diversas formas como a desigualdade de gênero se expressa atualmente: (a) a média de tempo dedicado, por semana, para execução de afazeres domésticos de homens é de 10,5 horas; enquanto o de mulheres é de 18,1 horas; (b) a diferença de renda média mensal entre homens e mulheres é de R\$ 542,00, sendo que a média de mulheres é de R\$ 1.764,00 e a de homens de R\$ 2.306,00; (c) o acesso à educação formal de nível superior para maiores de 25 anos é de 20,7% de homens brancos em contrapartida a 23,5% de mulheres brancas, e de 7% de homens pretos ou pardos e 10,4% de mulheres pretas ou pardas; a (d) frequência escolar de ensino médio de homens é de 63,2% para homens e 73,5% de mulheres. Com isso é possível observamos a maior necessidade de dedicação de mulheres para atender expectativas sociais valorativas de sua capacidade, e ainda a desigualdade de tempo e recursos disponíveis.

No que diz respeito à participação política, segundo o mesmo levantamento de dados, a taxa de representação de deputadas federais que ocuparam cargos em 2017 é de 10,5%, sendo que a média mundial para este ano é de 23,6% de mulheres com ocupações análogas; sendo que a taxa de senadoras é de 16%; e 7,1% assumiram ministras no mesmo exercício. Por fim, dentro dos cargos gerenciais da administração direta, apenas 39,1% foram ocupados por mulheres em 2016. Podemos observar que estes ambientes são dominados por perfis masculinos, o que pode ser atrelado a um componente de autoridade institucional, com potencialidade excludente; outro fator é o histórico de abusos sofridos, com influência direta na socialização segregada entre meninos e meninas como potencial estratégia protetiva, em um histórico de exclusão social com negação de si, gerando dificuldade no estabelecimento de vínculos e estruturando uma projeção de relação de obediência e não exposição em espaços coletivos, minando vieses participativos de mulheres.

Em quesitos de violência, enquanto patologia normatizada, a naturalização de ações violentas mantém a ordem de homens contra mulheres em uma espécie de consentimento social devido a organização social de gênero pautada na construída força dominadora masculina; enquanto a igualdade, que nasce no domínio político sem qualificar diferenças naturais e naturalizadas de homens e mulheres, demanda que mulheres se adaptem aos espaços construídos por e para homens, com régua traçada na qualificação de gênero que desconsidera a complexidade do sistema em relação às diferenças sociais. O ideal seria experimentar igualdade política com o devido reconhecimento às diferenças e das formas em que a igualdade se posiciona na sociedade, barrando efeitos negativos da tentativa falha de homogeneidade social (Saffioti, 2004).

### **1.3 Estímulos e desestímulos agregados a participação pública e política**

Nye (1995) traz uma construção interessante do quão diferentes ideologias políticas, econômicas e sociais continuam, cada uma de sua forma, a manter a desigualdade de gênero com a submissão de mulheres segundo produções culturais do momento vivido. Dependendo do contexto social e das ideologias tratadas, os enfrentamentos propostos podem ter maior ou menor receptividade, mas o ponto fundamental é a não certeza das pautas sociais aparentemente estabelecidas como verdade, com a responsabilidade de pautar a socialização. Entretanto, dentro desse processo podemos observar a existência de forças contraditórias, sendo que o paradigma dominante encontra, dentro de sua contraditoriedade, formas de manutenção da ordem estabelecida, até que sub paradigmas que a compõem sejam

rearranjados ao ponto que um novo produto social emergja, sendo uma ordem de pauta social localizada dentro de um processo progressivo de construção cultural em um recorte histórico, seja estabelecido.

“Em relação à participação política, homens e mulheres não ocupam posições simétricas, do mesmo modo que os conteúdos politizados por um e por outro não são os mesmos. Ao longo da história muitas das reivindicações das mulheres não foram consideradas. A dinâmica da atividade política, práticas e funcionamento de partidos, linguagens e valores políticos reconhecidos são feitos, com frequência, baseados em modelos masculinos: presença de alto grau de violência verbal, valorização da competitividade em detrimento de cooperação, presença de alto nível de hiperatividade não criativa, alto grau de renúncia à intimidade e ao cotidiano. Muitas vezes se supõe que o espaço público e a vida política são próprios dos homens, enquanto que as mulheres são destinadas como proprietárias e gestoras do espaço privado. Lideranças femininas que exercem o poder de forma eficaz contribuem para a desconstrução de estereótipos negativos relativos ao exercício de poder pelas mulheres. Contudo, lideranças femininas que fracassam no exercício do poder contribuem para reforçar tais estereótipos.

No caso das mulheres muitos são os fatores que dificultam sua participação política, por exemplo: educação sexista; a sua socialização política que não as motivam a se candidatar para cargos políticos; ambivalência feminina acerca do êxito; a não distribuição de tarefas domésticas com o parceiro; falta de políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres; uma divisão social de trabalho que as reafirmam como reprodutoras e cuidadoras; a sistemática exclusão da esfera pública que as colocam no âmbito do privado e, conseqüentemente, limita a sua participação na esfera política e em âmbitos de tomada de decisões.” (Gonçalves, p.03, 2007).

A assimetria política com base na desigualdade de gênero é real e está diretamente ligada a uma lógica de dominação que se vale do uso de códigos masculinos, produzidos culturalmente, que visam a manutenção do poder de homens. Sendo assim o primeiro desafio diz respeito a inserção de mulheres em tais esferas por barreiras de pertencimento, identificação e identidade, uma vez que o ambiente é mais propício para líderes ‘tradicionais’ em seus estereótipos masculinizados, brancos e não jovens; e as que acessam muitas vezes sentem necessidade de assumir posturas masculinizadas, muitas vezes reproduzindo padrões que negam o próprio acesso conquistados a outras mulheres. Para fazer enfrentamento a esta realidade existe uma demanda real de estudo sobre a participação política feminina com o intuito de geração de subsídios para o alcance da paridade de gênero em órgãos políticos para o fomento da representação diversa (Gonçalves, 2007).

A produção material da ordem social foi desenvolvida por homens e atendem a seus interesses dentro do sistema alienador de naturalização do fazer construído de regras sociais representantes do processo ideológico de subjugação hierárquica social com contradições intrínsecas a seu ordenamento com submissão naturalizada pela crença em vocações e predisposições de gênero para execução de atividades sociais em nível doméstico e público, que se expandem para questões raciais, econômicas, etárias e sexuais por estruturação simbólica. Nesses contextos, inclusive no institucional político, a formação de alianças entre homens e mulheres promove a manutenção da concentração de poder, onde mulheres e seu apoio são objetos negociados que fragilizam seu potencial de ativação social, apesar do temporal equipamento de acesso masculino nas pautas compartilhadas (Saffioti, 1997).

Relações interpessoais estão ligadas intrinsecamente as relações estruturais de poder, de gênero, classe social, raça, uma vez que todas as relações humanas são interpessoais; em um contexto em que as classes sociais, e demais agrupamentos identitários, negociam por intermédio de representantes, em suas respectivas condições histórico culturais. A inter relação entre micro e macro política é desassociada por mulheres, que por falta de empoderamento de sua construção histórica, individual e coletiva se sentem incapazes de participar da macropolítica, se limitando aos espaços menores, mais internalizados da sociedade, entretanto o micro poder em si tem potencial influenciados e de rompimento com a macropolítica. Em um contexto em que a socialização faz com que todos indivíduos reproduzam o machismo, a luta feminista, de forma lenta e gradual, ocasiona em conquistas

disruptivas, entretanto mulheres têm sua cidadania negada na política institucional e ainda, com atividades acumuladas em suas duplas jornadas, arcam com maior custo de investimento na participação política, sem a obtenção do tempo de ócio que é cedido aos homens. Nas relações de poder, mulheres são ensinadas a se relacionar com a impotência, no poder negativo à força masculinizada. Para que se propaguem novas lógicas de igualdade de gênero é necessário o fomento de mulheres em lugares de liderança para promoção de novo reequilíbrio da hierarquia social (Saffioti, 2004).

“Todas as atividades humanas são mediadas pela cultura, pois é graças a este verdadeiro arsenal de signos e símbolos que aquelas atividades adquirem sentido e os seres humanos tornam-se capazes de se comunicar. Desta ordem, ao nível da sociedade, não existem fenômenos naturais.” (Saffioti, p. 271, 1994).

A relação de não participação com limitações para a representação institucional política de mulheres é de ordem cultural e demanda articulações de grupos feministas para seu enfrentamento. A cultura de participação não desenvolvida pela fragilidade democrática aliada a produção identitária excludentes de mulheres (PINTO. In: SAFFIOTI; VARGAS, 1994), que trata o espaço público como feito para homens, e homens específicos em seus estereótipos, faz como que a representação política se torne um privilégio, cujo primeiro passo de ascensão feminina foi a conquista do direito ao voto, seguida por baixo crescimento de participação feminina institucionalizada, mas que representam o início de um avanço social apesar da dupla negação de mulheres na participação, em nível social e cidadão, somada a diversidade de grupos e vertentes ideológicas existentes, que acarreta em si complexidade ao sistema representativo.

Saffioti (2004) aprofunda a importância do micro e do macro poder na transformação social a partir de conceitos históricos, com a missão de divulgar dados, assim como contribuir para suas respectivas análises, sobre as relações desiguais de gênero, fortalecendo o poder crítico do feminismo para alcance da democracia plena e de uso estratégico. Gênero é categoria histórica, simbólica e cultural, ligada à representação, significados, instituições sociais, identidade subjetiva, responsável pela regulação das relações; diretamente afetado por questões de linguagem, que ao mesmo tempo que é produto cultural, condiciona socialização

e identidade, favorecendo o masculino e correspondendo a vínculos sociais e culturais de condicionamento e produção de identidade. O Patriarcado se encontra na relação civil e se constituiu através de um histórico de subjugação e dominação iniciado enquanto atividade privada que se expande para a vida pública em relações de trabalho, formação de Estado e até atividades de lazer, se fazendo necessário o desvencilhamento do esquema patriarcal de pensamento; inclusive em produções teóricas e ideológicas.

A hierarquia de gênero estabelece uma estrutura ideologia de poder, que inclui a divisão sexual do trabalho com a disposição de hábitos perpetuados pela socialização como mecanismo de manutenção do *status quo*, esta relação direta de poder entre gênero, raça e etnia é aprofundada com quesitos locais e socioeconômicos com a construção de falácias tidas socialmente como verdades, construída a partir da produção cultural advinda de desequilíbrios causados na socialização com posturas e papéis de gênero, o que conflita com o próprio princípio democrático, que segundo Saffioti (2004, p.37), exige igualdade social para sua aplicação, enquanto conceito de ordem política, dentro de suas diferenças, mas vivemos com intolerância às diferenças em processos contraditórios de rejeição em estruturas sociais, inerentes à contradição materialista que aponta a coexistência do novo e velho até que, por ruptura promovida, observemos a superação de uma nova forma, que por sua vez encontrará nova oposição contraditória. Para a promoção dos rompimentos proposto, é necessária a participação consciente de homens e mulheres durante o processo, descontinuando hábitos naturalizados na ordem social vigente, com a superação de subparadigmas a favor do desenvolvimento social. Para isso é necessário o aprofundamento da participação de mulheres em contextos sociais, reconhecendo a relevância da participação política, muito promovida pela inserção produtiva. O desemprego, por sua vez, leva a cortes crescentes de laço social assim como ao aumento da violência, que em um critério de desigualdade latente respiga com mais força em mulheres. A violência é cultural e o patrimônio é mecanismo de sujeição (Saffioti, 2004).

Os modelos masculinizados do fazer político fortalecem os estereótipos sociais que colocam os homens à frente da vida pública, campo de poder decisório de configuração de ordem social; enquanto as mulheres são responsabilizadas pela organização da vida doméstica, advindo da produção cultural e propagados pela socialização e educação sexista.

Dentro das falácias da igualdade está o conceito de que a situação da mulher por ser alterada, com enfrentamento à disparidade de gênero, com o alcance jurídico da operação integral de sua cidadania, omitindo que a cultura excludente é a primeira responsável pela produção institucional jurídica e política. Vivemos assimetria sexual que se manifesta de diferentes formas, entre elas da desigualdade no mercado de trabalho, disparidade salarial, papel social, identidade pressuposta, dificultoso acesso a direitos reprodutivos e educação formal, fora a responsabilidade primária da mulher aos cuidados parentais (Barsted, In: Saffioti; Vargas, 1994). Foi alcançada a cidadania legal/formal, não a real, sendo este mais um processo de incoerência natural do sistema de dominação. Os primeiros resultados dos movimentos da Sufragistas acontece em 1932, com o direito não vinculativo ao voto; seguido da obrigatoriedade de voto para mulheres com atividades públicas remuneradas em 1934; e por fim da declaração da igualdade de direitos e deveres de homens e mulheres, incluindo o voto obrigatório, na Constituição de 1988, sendo que apenas em 1985 foi instaurado o Conselho Nacional de Direito das Mulheres, com o intuito de direcionar questões específicas da categoria na político institucional (Barsted, In: Saffioti; Vargas, 1994).

É necessário superar a crença de que a participação política efetiva e representativa de mulheres resolverá todas as questões relativas à desigualdade de gênero, entretanto ela apoiará enquanto propulsora de diversos avanços sociais, como potência disruptiva centralizada em um fazer social alternativo, gerando novos subprodutos culturais de mudança do sistema de significações em prol da igualdade de gênero. Atrelado ao fator impulsionador da participação de mulheres na proposição e resolução de desafios de agendas comuns entre mulheres, graças a seu conhecimento profundo das questões tratadas e de real interesse das superações propostas, sem desconsiderar a existência dos diversos grupos de mulheres com diferentes dores e processos de exclusão experimentados, é necessária uma representação ampla em contraponto à falácia da sororidade, que em si prevê um nivelamento de fatores excludente de mulheres, retroalimentando a lógica de priorização de agendas às custas de silenciamentos e subordinações.

#### **1.4 Representação social de grupos identitários**

A lógica de representação é pensada para ser excludente com grupos identitários que destoam da classe hegemônica detentora primordial do fazer político e da concepção da produção cultural. É impossível tratar apenas um tipo de representação quando analisada a complexidade da desigualdade social em sua totalidade; mecanismos de exclusão passam por

questões econômicas, raciais, sexuais, etárias e estéticas, assim como por questões de gênero. Fica evidente o desafio de compreensão dos problemas que não vivemos individualmente e da crise de sub representação experimentada dentro de nossa organização política, salientando a importância da visibilidade de mulheres em todas as esferas da vida social, segundo a capacidade de gerar próprias narrativas e expor de forma mais profunda e representativa suas demandas sociais, assim como de pensar soluções que de fato as atendam.

Optei pela não construção de históricos de lutas feministas, pela pluralidade de perfis, sendo os mais conhecidos tradicionais do feminismo branco elitista, seguido do feminismo negro com seu enfrentamento ao racismo estrutural, em condições divergentes. Ainda são necessárias as construções de narrativas de lutas femininas de comunidades de entorno ou tradicionais, rurais, LGBTQI+ e com deficiência, sendo que infelizmente não construímos uma história conjunta onde o movimento feminista possa, sem silenciar ou apagar, ter ações organizadas enquanto conjuntos de avanço contínuo de todas as bandeiras, sem priorizações de agenda de grupos menos vulneráveis integrantes do movimento. Entre as pautas comuns, resalto: direitos civis, sexuais e reprodutivos, de acesso ao trabalho; todos garantidos parcialmente, de forma assimétrica e em momentos diferentes. Para avançarmos de forma consistente, precisamos desenvolver coletivamente a compreensão da complexidade dos perfis identitários de mulheres, e ainda da pluralidade de pensamentos ideológicos, o que podemos tratar enquanto representação feminina plural e de qualidade, com projetos que sejam significativos e de protagonismo de mulheres, o que pode acontecer, ainda, dentro de redes de apoio comuns. Existem pautas comuns de dores compartilhadas entre mulheres enquanto eixos transversais, que afetam mais algumas do que outras, mas devemos reconhecer o desafio de endereçar esses problemas em conjunto, com discussões colaborativas sobre melhores tratativas, a partir de seus diferentes olhares ideológicos.

“A partir da segunda metade do século XX, verifica-se uma crescente visibilidade das mulheres na agenda política internacional. Esse fato constitui-se em importante fenômeno e considerável conquista. No decorrer dos anos, ocorreu um aumento da presença feminina tanto em política partidária, em cargos de lideranças empresariais, quanto em movimentos sociais. A reivindicação das mulheres por um espaço próprio na estrutura de poder acarreta um redimensionamento de sua

atuação, ou seja, à medida que as mulheres se tornam sujeitos, são capazes de se reposicionar e se redefinir, transformando suas identidades, suas relações, os espaços sociopolíticos e culturais em que estão inseridas etc.” (Gonçalves, p. 201, 2007).

Existe, inegavelmente, um custo de investimento pago por mulheres que participam publicamente, esse custo decorrente são relativos aos seus respectivos empenhos sociais, de diferentes naturezas, como de mudanças na dinâmica de vida com o desenvolvimento de novas relações em suas vidas domésticas, de tempo dedicado às atividades propostas e de desgaste mental e físico, com tendências a efeitos negativos na saúde de mulheres que são politicamente ativas (Gonçalves, 2007). Para além, podemos traçar uma direta relação entre participação e consciência política: segundo Sandoval (1994) existem três níveis de consciência política, a de Senso Comum, a Populista e a de Conflito; sendo que os perfis de mulheres ativamente tendem a ser mistos entre ambos, com relações diretas ou indiretas na sua formação acadêmica, identitária individual e coletiva; e níveis socioeconômicos, representando as principais variáveis de formato de participação.

## **2. Processos de consciência política e os aportes de teorias feministas**

A noção de causalidade social, exposta pela diferenciação entre o eu, o nós e o outro, a partir da interação com grupos de referência e seus subprodutos desenvolvidos a partir das experimentações individuais e acessos alcançados durante a internalização dessas suas experimentações tem uma importância social na construção do posicionamento político individual (Sandoval, 1997). Sendo assim, motivações como memória histórica, enquanto construção da condição de liderança social; e das outras duas dimensões da subjetividade humana, cognitiva ideológica e emocional, enquanto bases para a percepção da realidade, apoiam na auto identificação de indivíduos; e tem poder de influência no posicionamento social destes, assim como em seu nível e formato de participação política. A inserção individual em determinado contexto social, em relacionamento grupal ou coletivo, e influências de instituições políticas enquanto relação de poder, são condicionamento sociais destinados segundo à produção histórica cultural vigente, entretanto não são vinculativos ou imutáveis, cedendo espaço de participação política, assim como de perspectivas reais de mudanças na ordem social.

Gamson (1992) defende a construção da significação política a partir da mediação de instituições sociais agregadas à uma produção cultural, atrelada a localidade em seu momento sócio-histórico, em um contexto em que a consciência política emerge na intersubjetividade entre as relações de reprodução cultural e formação cognitiva individual. O contexto é de lógica de dominação com estratégias anexas de exclusão e segregação de grupos segundo tradições ideológicas do mecanismo de configuração social em uma tentativa de manutenção da ordem social e do poder hegemônico imposto. Sendo assim a consciência política é construída por relações dentro dessa disputa simbólica, que passa pelo campo discursivo, pelos significados construídos e suas formas interpretativas da ordem social vigente, que é em si complexa e se modifica conforme as ressignificações sócio-culturais promovidas que alteram, dentro do mecanismo, os significados passados pela dinâmica de interação social (Sandoval; Silva, 2016).

Sandoval (1994) traz a visão da consciência, enquanto conceito psicossociológico, dentro do significado individual dado a interações diárias condicionadas pela socialização em um sistema dialético entre signos objetivos e seus possíveis significados subjetivos internalizados pelos indivíduos, sendo essa uma relação recíproca dada a capacidade individual de

interferência no social externo, sempre em um contexto cultural histórico. Demanda, portanto, compreensão das experiências obtidas e das mediações vividas pelos indivíduos enquanto processo de modelagem social da ordem vigente em suas contradições. Indivíduos experienciam através de suas possibilidades, em um esquema de sobreposição de fontes mediativas com estruturação de grupos diferentes multifacetados, estruturas influenciadoras que moldam sua consciência de classe política.

Sendo assim, a psicologia se apresenta enquanto ferramenta de compreensão social em um contexto em que os movimentos sociais ocupam um campo interdisciplinar, como base apresento o “modelo analítico para estudo da consciência política” (Sandoval, 1989, 1994, 1996, 2001) que traz ferramentas para a investigação de mobilização e desmobilização política de indivíduos e grupos em ações coletivas e sociais, cuja análise percorre dois principais campos, sendo eles: a identidade, que compreende o social, o coletivo, a política e a produção cultural histórica; e o sistema de crenças e valores, que por sua vez possui aspectos societais e de eficácia política, com a aplicação coletiva, incluindo traços ideológicos e identitários grupais em seus enquadramentos interpretativos dentro da dinâmica indivíduo/sociedade em suas diferentes formas de participação política (Sandoval; Silva, 2016).

A participação política individual foi desestimulada de diversas formas em nossa construção histórica. No início dos estudos sobre comportamento político, as lógicas estruturalistas sociológicas determinam que a estrutura social, seja ela defendida pela dominação cultural ou pela divisão de classes em categorizações - que acoplam pessoas com critérios similares, é superior aos indivíduos, que por sua vez são inativos na composição da dinâmica social e dentro do comportamento político, supervalorizando o papel das instituições no funcionamento e ordenamento social. Enquanto a vertente política desse campo de estudo tratou o ideal de coletivo como subordinação individual irracional, em relação ao grupo; ambas negando a capacidade individual de inserção e participação política, rompida em defesa de teorias que pregavam a aceitação individual da lógica coletiva mantida; posteriormente questionadas, cedendo espaço a outros desenvolvimentos teóricos, até chegarmos na psicologia social, que traz em si a noção da relação complexa e multifacetada onde a sociedade molda o indivíduo e o indivíduo molda a sociedade, a partir do seu lugar identitário (Sandoval, 1997).

“Importa lembrar aqui que se, de um lado, o universo cultural e o universo político organiza-se baseados em estruturas previamente estabelecidas, de outro encontramos sujeitos particulares e coletivos que atuam de forma ativa e que são capazes de reescrever os processos ativos que estruturam o mundo da vida, a realidade, partindo de diferentes posições que dependem do contexto sócio-histórico e psicológico de cada um dos atores sociais. Essa capacidade não faz com que os sujeitos estejam sempre comprometidos com a ruptura das bases pré estabelecidas que orientam o cotidiano.” (Sandoval; Silva, p.30, 2016).

A consciência política representa a noção politizada do contexto social, e é fator psicossocial de construção individual de percepção, atrelada à predisposição para ação, diretamente ligada a identidade, em nível individual, social e coletivo, a partir do desenvolvimento da consciência de si, da consciência do outro e do coletivo, se acoplando à consciência política individual e coletiva (Sandoval; Silva, 2016). Nesse cenário o significado é dado pelo que é conhecido, vivenciado no cotidiano entre suas diversas atividades segmentadas, aliado à experimentação do que é vivenciado; assim como a internalização de ambos os processos é o que acarreta na construção da consciência política. Indivíduos passam por realidades e são expostos a limitações diferentes, que os conduzem e condicionam, principalmente pelos papéis sociais e expectativas de comportamento introjetados em sua socialização em prol da coesão social dos parâmetros culturais adotados em seu recorte histórico local, traçados pelos poderes hegemônicos vigentes em nível simbólico.

O poder da rotina, enquanto ferramenta de formação individual para fomento da aceitação espontânea não racional dos códigos sociais e padrões de comportamento em um sistema de alienação, pela ausência de questionamentos da dita rotina naturalizada, leva a uma “coexistência silenciosa” (Sandoval, 1994) castradora da participação ativa que serve ao sistema de dominação. Quando a ordem social é questionada, por crises, independente de sua natureza, se abre espaço para exposição de suas inconsistências e contradições, como ferramenta de despertar da consciência em nível individual, promovida pela ruptura da rotina naturalizada.

Segundo Sandoval (1997), o comportamento político moldado pela socialização pode se expressar, em maior nível institucional dentro do campo coletivo, como: partidário; de grupo de pressão; participação comunitária; e de movimentos sociais. No campo individual ele se define na mesma lógica construtiva enquanto organizacional; eleitoral; de usuário; ou de propaganda; enquanto seus comportamentos variam a depender do espaço (público ou privado) ativado, assim como interferem diretamente no tipo de comportamento participativo, esfera ativada e contexto social. Na esfera pública individual é observado o comportamento cidadão, atrelado a identificações sociais; enquanto na pública/coletiva existe o ator coletivo. Nas esferas privadas, o comportamento individual tem como base a identidade pessoal; e na esfera coletiva existe o ator social, com sua identidade social.

É promovida a fragmentação da consciência individual, o que prejudica o juízo da análise da estrutura social de forma integrada. A tendência à fragmentação promove a invisibilidade das contradições facetadas no sistema social por sua dinâmica dialética, em um formato em que as próprias mudanças executadas são naturalizadas como caminhos lineares evolutivos, negando a exposição dos esforços feitos para a promoção de tais discontinuidades, o que pode representar um sistema elaborado de fomento à exclusão de enfrentamentos com a deslegitimação de suas respectivas atividades, para a invalidação coletiva de grupos dominados, enfim para estímulo ao conformismo enquanto aspecto manipulatório.

As instituições políticas exercem poder e função de mediação entre e para os diferentes grupos que compõem seu recorte de influência. Exemplos dessas são as relações de autoridade advindas da divisão do trabalho, do poder do sistema político tradicional e da influência dos padrões culturais e de consumo vigentes. Sendo assim a influência da ordem econômica na produção cultural deve ser resgatada, em um contexto em que ela se desenvolveu a partir da estrutura cultural, transitando em um sistema retroalimentado. O contexto de gênero soma à autoridade paternalista a burocrática em nível político; toda interação traz a lógica de autoridade em um esquema de dominação social para desenvolvimento de produtos sociais enquanto ferramentas de poder (Sandoval, 1994).

A estruturação de classe - e de grupos identitários, está diretamente ligada à formação da consciência política, sendo assim é lógico prever o desenho de condições favoráveis para o fomento do despertar político de mulheres enquanto ferramenta de *advocacy* qualificado de ganhos agregados à participação multifacetada de grupos com baixa representação e poder de

influência na produção cultural orientadora da ordem social traduzida pelo ‘senso comum’ que naturaliza o fazer social construído.

Para a divisão dos quatro grupos de representação de consciência política desenvolvidos por Sandoval (1994), são agregadas as contribuições do fundamento da consciência de Touraine (1966) enquanto a historicidade como molde da dinâmica social temporária, constantemente ressignificada, em linhas de pensamento localizadas; e inter relacionadas ao nível de engajamento e participação política para análise de predisposição de intervenção social de indivíduos e coletivos. Touraine traz os critérios de identidade, enquanto auto visão crítica de lugar social; oposição, sobre posicionamento social de grupos com interesses divergentes; e totalidade, enquanto busca pela compreensão ampla da percepção social para melhor qualidade de análise.

As categorizações de Consciência Política desenvolvidas foram: *Consciência de Senso Comum*, com a crença da participação limitada à rotina, com noção de realidade naturalizada, superficial e fragmentada da divisão de grupos e ordem social, sustentando a realidade vivida; *Consciência Populista*, que enfatiza a colaboração de grupos sociais em sua visão de totalidade projetando falsa simetria a partir de uma relação paternalista com supervisão e condicionamento estatal; *Consciência de Conflito*, que reconhece a disputa de poder por interesses divergentes de grupos sociais, separados por questões identitárias, com foco em arbitragem institucional do Estado em um sistema democrático; e *Consciência Revolucionária*, com a compreensão que interesse de grupos são inconciliáveis e a relação política é de dominação em dinâmica de luta direta por poder, somada à crença da necessidade de profunda reorganização social, com alianças para o enfrentamento das classes dominantes. As categorizações representam visões diferentes do papel de influência das instituições políticas, além de apoiar na compreensão da predisposição individual à participação e compreensão do formato de intervenção social possível. Independente do nível de consciência demonstrado, o fomento à participação política feminina pode ser tratado, em fase inicial, para estímulo primário ao engajamento com posterior potencial de aprofundamento das visões integradas.

O estímulo à participação pode estar ligado ao sentimento de injustiça social em uma estratégia de enfrentamento, mas também está submetido a uma lógica de desigualdade e exclusão social em prol da manutenção de uma ordem subjugadora em um contexto de

desmobilização estratégica de grupos subordinados; que pode ser visualizada através de mecanismos de descrença no fazer político e do próprio efeito influenciador da participação da população no reforço ou em propostas de alterações da ordem social vigente, com o intuito de afastar institucional e não institucionalmente os que não pertencem aos recortes dominantes das esferas públicas e políticas (Sandoval; Silva, 2016).

A teoria da participação coletiva (Sandoval, 1989) promove a análise das determinantes sociológicas e psicológicas da participação coletiva nas ações individuais, com a análise consciente de custos e benefícios de participar: os custos elevados de participação em contrapartida aos benefícios individuais recebidos, uma vez que os ganhos são coletivos agregados pela universalização dos efeitos de ações, torna o indivíduo não colaborativo o mais beneficiado com as estruturações, sem esforços pessoais alocados. Mas se ninguém participa, ninguém se beneficia dos possíveis bens coletivo conquistados, em uma lógica que defende que o custo elevado da participação não supera o possível ganho; e a responsabilidade da luta coletiva é delegada sem que se assumam as ações, apagando a possibilidade da ação coletivo enquanto oportunidade de rompimento com determinados mecanismos de submissão. Por fim, vale ressaltar a importância dos agrupamentos na formação de atividades coletivas, sejam eles físicos, sociais, de identificação ou ideológicos, pois trazem em si fomento a solidariedade; e de forma organizativa, de formação de redes, construindo memórias de experimentação de mobilização que desenham suas formas e mecanismos utilizados para a participação social. Com isso, e alinhada à ideologia das classes dominantes e à chamada predominância da falsa consciência (de senso comum) entre os membros das classes subalternas, o controle social se baseia na lógica de não participação a partir de limitações individuais sofridas. As restrições da vida cotidiana baseadas nas relações sociais implicam na consciência política individual desenvolvida, e crenças sobre sua estrutura e dinâmica, somatizadas a princípios de economicismo e pragmatismo na resolução de assuntos de interesse público e de preconceitos e estereótipos ancorados nos papéis sociais impostos pela socialização. A produção de valores culturais históricos traz em si pressupostos de manutenção da ordem de naturalização da estabilidade social dentro de formatos segregacionistas de hierarquização desigual, acoplados à legitimidade dada para autoridades institucionais designadas (Sandoval, 1989).

O modelo de análise proposto de consciência política (Sandoval, 1989, 1994, 1996, 2001), traz em si sete pontos de observação que representam estímulos à formulação de ações

políticas tomadas em âmbito individual e/ou coletivo, sendo o primeiro ponto a (1) Identidade Coletiva, que traz em si o sentimento de pertencimento para a formação de grupos com características e objetivos comuns. A observação desta realidade social de formação identitária, pode ser desenvolvida por recorte local, situações comuns ou traços individuais compartilhados, ressaltando ainda que a interação com o externo é necessária para a formulação da identidade individual. Seguido do (2) Sistema de Crenças e Valores Societais observados no contexto histórico cultural determinado, que expressa significações hegemônicas, a partir do cotidiano que em si acarreta em normalização dos padrões de comportamentos predeterminados de dominação.

Temos ainda a (3) Identificação de Coletivo Opostos, cujos interesses divergem, reconhecendo a lógica de enfrentamento de interesses e busca por poder dentro das relações políticas, como fator chave de fomento à mobilização de atores; e a (4) Noção de Eficácia Política, com a ideia de validação do sistema institucionalmente operante da própria participação política, significando a crença de que intervenções, por meio das ações políticas, serão consideradas no campo; prejudicada pela naturalização da ordem social e pela falsa noção de causalidade dos acontecimentos históricos. Neste item, são desenvolvidas três subcategorias de eficácia política, sendo elas a de (a) sujeitos que acreditam na baixa eficácia política, pois enxergam a ordem social enquanto resultando naturalizado historicamente, com posicionamento submisso e conformista; (b) sujeitos que focam na capacidade/incapacidade individual para intervenção em questões coletivas/sociais, enxergando a ação individual como ferramenta ou na sua ausência por falta de qualificação para propor intervenções; e (c) os que enxergam os fomentos gerados pela participação política/social como respostas a ações coletivas, de grupos ou indivíduos, na promoção de mudanças sociais.

Retomando as categorizações de campos de análise da consciência política, temos o (5) Sentimento Individual e Coletivo de Justiça/Injustiça Social, espelhando desigualdades locais em busca do sentimento de reciprocidade social dentro de uma noção de equilíbrio, que quando desequilibrado legitima a oposição e enfrentamentos gerados por movimentos sociais e até mesmo políticos; as (6) Metas de Ações Coletivas Projetadas, com a análise individual da correspondência entre as metas objetivadas, a estratégia de alcance delas em si e a própria crença da eficácia política, idealmente formando, psicossocialmente, um ambiente de predisposição a atuações coletivas; e a própria (7) Vontade de Agir Coletivamente, representando em sua decisão de participar politicamente em prol de algum enfrentamento ou

causa, atrelada à análise de custo/benefício em participar ativamente das formulações de ações políticas locais, levando em conta tanto seu custo de participação, como objetivos comuns em dois sentidos: o primeiro de posicionamento social, enquanto interesses de manutenção ou rompimento da ordem social segundo interesse de seu grupo identitário; e da relação afetiva de laços sociais que interferem na participação a partir de pactos sociais firmados. Por fim, a consciência política demanda esforço para reflexão racional da ordem social, compreendendo o próprio cotidiano naturalizado (Sandoval; Silva, 2016).

Já no que diz respeito ao papel das emoções dentro da construção da consciência política, elas podem ser lidas como consequências das experiências, que representam a mesma base geradora da consciência (incluindo a política), não podendo ser desassociadas. Memórias trazem sentimentos emotivos que norteiam seus posicionamentos presentes pela influência deste passado experimentado, que geram em si significâncias e relevâncias, que não obstante, impactam na sociabilidade, condicionando a formação e participação de grupos, e na disposição individual para se ter parte em ações individuais e/ou coletivas. Podemos concluir que a participação coletiva é a de critério mais emotivo dentro das participações políticas, sendo um fator decisivo para mobilização e para a inovação de intervenções, atreladas diretamente à criatividade (Sandoval; Silva, 2016).

O uso das presentes teorias tem como objetivo a orientação da coleta de dados realizada com as participantes desta pesquisa a fim de, sob a perspectiva de desigualdade de gênero e de formação institucional política brasileira, compreender o potencial da participação política de mulheres, de forma individual e coletiva; mapear mecanismo de intervenção social dentro deste recorte; e compreender a propensão de mobilização, em seus diferentes formatos, da participação da vida pública a partir de critérios identitários, com um olhar que parte da construção individual das participantes em busca de elementos homogêneos e antagônicos das trajetórias; com sua própria análise conceitual e prática posterior.

### 3. Procedimentos metodológicos, o local de fala e a representação

“A filósofa panamenha chama atenção para o fato de que para descolonizarmos o conhecimento, precisamos nos ater à identidade social, não somente para evidenciar como o projeto de colonização tem criado essas identidades, mas para mostrar como certas identidades têm sido historicamente silenciadas e desautorizadas no sentido epistêmico, ao passo que outras são fortalecidas. Seguindo nesse pensamento, um projeto de descolonização epistemológica necessariamente precisaria pensar a importância epistêmica da identidade, pois reflete o fato de que experiências em localizações são distintas e que a localização é importante para o conhecimento.” (Ribeiro, p.18, 2017).

Usaremos, para embasar o atual posicionamento, construções de Ribeiro (2017), sendo que o primeiro ponto de atenção é a linguagem, compreendida pela autora e reforçada na presente construção como mecanismo de poder, pensada em sua inacessibilidade enquanto estratégia de exclusão, atrelada, por sua vez, com estratégias de deslegitimação de produções intelectuais e posicionamentos de grupos que diferem do grupo hegemônico detentor de poder social e produção cultural, que afetam principalmente mulheres negras em suas construções descolonizadoras. Aqui vale salientar que o recorte se refere ao feminismo negro, mas que vamos ampliar o entendimento para abarcar as dores enquanto potencialmente comuns de demais grupos de mulheres com situações incomparáveis as de mulheres em posições centrais, que não sofrem racismo e demais formas de exclusão social identitário para além do gênero e com acesso a recursos.

A universalização do feminismo hegemônico, de histórico branco e elitista, traduzidos socialmente em uma única categoria, de “mulher”, não leva, na maioria dos casos, em consideração outras intersecções de grupos; que ganham visibilidade, enquanto sub representados, apenas na terceira onda do feminismo “universalista”, chamado intersectorial. Ressaltando que não trataremos de forma extensiva a história do feminismo pela multiplicidade de histórias que se inter relacionam na construção, com tempos diferentes de pautas e mudanças práticas, assim como efeitos de transformação social, podemos citar

brevemente as ondas consolidadas do feminismo hegemônico. A primeira onda, a Sufragista, representou a busca por Direitos Civis, chegando ao Brasil em torno de 1910; seguida pela onda Libertária dos anos 1960, que promoveram discussões sobre as relações de poder entre homens e mulheres, com pautas de autonomia relativas aos corpos e vidas; seguida pela terceira, iniciada nos anos 1980/90, trazendo conceitos da essência feminina com pautas relativas à demandas focadas em mulheres, como o acesso de terras e saúde materna, ampliando as discussões para racismo e orientações sociais, nos levando ao conceito de intersetorialidade das lutas. Se seguirmos a lógica, acredito que vivemos a quarta onda, de fomento real à participação de mulheres na vida pública, com ressignificação dos papéis domésticos e demandas por acesso efetivo à produções culturais.

Apesar do incômodo, aqui já descrito, com retóricas de construções históricas fragmentadas e contraditoriamente universais do feminismo tradicional e sua compreensão guiada dentro da categoria "mulher", trataremos brevemente as trajetórias das ondas feministas hegemônicas: Pinto (2010) traz, nas suas construções, a influência internacional nas ondas feministas no cenário interno de organização de mulheres, nas duas esferas: história do feminismo e de produção teórica feminista. Para o feminismo universal a primeira onda, iniciada ao final do século 19 na Inglaterra, buscava a igualdade de direitos e valorização da diferença. A pauta internacional, histórica e atualmente, é precursora de avanços nas agendas de mulheres e da própria universalidade das questões e demandas femininas e feministas em todos os ambientes da vida social. No Brasil, essa onda foi absorvida por elites sociais e acadêmicas, que conseguiram, mesmo com desafios da época, ter um *ticket* de acesso devido a seu poder social. Aprofundando nas discussões, de forma progressiva, a primeira onda foi seguida por movimentos operários anarquistas. Até chegar na segunda, a Libertária, que aprofundava questões anteriores, com pautas de autonomia no corpo; e de relações sociais e com homens. Historicamente, entramos em um contexto de repressão militar e consciência coletiva de compreensão da esfera política enquanto perigosa, assim como de desvalorização da cidadania e de opressão. Entretanto, durante a repressão houveram manifestações e organizações de mulheres em prol de bandeiras específicas de direitos. Com a redemocratização, vivemos a terceira onda do feminismo brasileiro hegemônico, com a concessão de direitos e deveres para mulheres e avanços progressistas e cumulativos de pautas de Políticas Públicas para mulheres e crianças, com agendas próprias, e com papel mais ativo do Estado desde então. Essa leva de lutas trouxe para as pautas questões de diversidade e novas reivindicações; com a concretização de Políticas Públicas diretas e

focadas em mulheres, iniciada pela leva de criação de conselhos nas três esferas locais, federal, estadual e municipal; seguido de secretarias, com o pensar de ações para atender demandas de mulheres, mas em pastas centralizadas, dentro de um conceito de inclusão a partir de um processo excludente, representada por uma lógica ultrapassada de promoção de pautas identitárias descentralizadas, e alheias às agendas temáticas de políticas de estados.

Aprofundando nas fases universais do movimento feminista nacional, Campos (2017) traz a demanda de irmos além do discurso político e adentrar de fato as Políticas Pública. Entretanto quero iniciar com um contraponto: não alcançamos efetividade feminista do discurso político, e muito menos o poder real de influência efetiva de agendas políticas, pois não são todas as mulheres que conseguem participar, nem todas as demandas e agendas são levadas para pautas coletivas e as que chegam nos espaços de poder não são negociadas em pé de igualdade pela baixa representatividade nos espaços de decisão; e ainda pela detenção tradicional do poder de fala e decisões de homens tradicionais em tais esferas.

Campos (2017) ressalta o feminismo, enquanto teoria crítica de enfrentamento a construção social desigual entre gêneros, sob uma visão histórica e de movimentos políticos, com a busca pela redefinição de papéis sociais empregados, influenciada pela construção histórica da divisão sexual do trabalho gerada a partir de diferenças biológicas e naturalizadas, apagando a construção cultural estruturada. O que pode passar entre a demanda de autodeclaração de si, em um movimento de consciência de sua subjugação de gênero e de reconhecimento da importância de redes e trocas entre mulheres, enquanto base para construções conjuntas ou coletivas, enquanto formação de identidade. E assim, se busca a valorização das diferenças, sem hierarquização social, em prol da igualdade em enfrentamento à opressão cultural.

Na construção dicotômica, enquanto lógica de universalização da categoria "mulher" para agentes externos, pautada no discurso de identidade e solidariedade entre as mulheres, existe a projeção de uma agenda conjunta. E ainda, internamente, a expectativa é de compreensão das pluralidades, a qual desacredito na operacionalização real aplicada, apesar de valorizar os esforços nesse sentido. Por fim, podemos tratar a quarta leva de avanços feministas, que representa uma onda de aproximação de mulheres ao Estado com um recorte de avanços intersetoriais, na sua organização política e social, mantendo a diversidade de perfis abordada na leva anterior. O aprofundamento político participativo com gestões mais abertas ou

progressistas possibilita maior articulação de mulheres e grupos, que demandam maior participação representativa.

O ponto é que muitas vozes foram e são silenciadas, representando, mesmo que de forma inconsciente, a invalidação de demandas com movimentos de priorização de agendas “comuns” que suprimem dores de diversas mulheres. Trazido por Ribeiro (2017) e também sendo fala recorrente nas presentes entrevistas, há uma demanda real de reforma do movimento feminista para que enquanto mulheres, possamos enxergar as demais. Hoje conseguimos ter maiores vozes ouvidas socialmente de mulheres negras, e o início do poder de fala de mulheres indígenas e transexuais, permanecendo ainda reprimidas na cacofonia complexa de nossas ativações sociais. São poucas as vozes de mulheres com deficiência, de comunidades de entorno remotas e rurais.

Nosso potencial de apoiar a construção de novas narrativas trazendo essas mulheres para o centro de discussão é real, mas para isso é preciso entender o privilégio de se ocupar esses espaços ao mesmo tempo que lutamos para ressignificar seu funcionamento. A própria produção acadêmica é privilégio, com a hiper valorização da ciência tradicional que se pretende neutra. Ainda mais se considerarmos o discurso como forma de dominação enquanto constante deslegitimação de conhecimentos “práticos” e experimentais de indivíduos. Ainda sobre o colonialismo, grupos reprimidos tiveram sua identidade criada por homens brancos, o que representa violência opressiva para condicionamento, então temos a primeira demanda: ressignificar identidades a partir de construções próprias de cada indivíduo e coletivo de forma autodeclaratória, enfrentando subjugações; atrelado ao rompimento do uso hierárquico de identidades seguindo agendas de submissão (Ribeiro, 2017). O reconhecimento que não existem identidades superiores é ponto chave para o novo fazer social, com a valorização da diversidade, desde que se resguardem políticas de democratização de acesso, fugindo de novas condicionantes de continuidade identitária atribuída.

Para tal, a lógica de constantes dualidades e competição devem ser repensadas, abrindo espaço para uma organização social conciliatória, com reconhecimento da diferença sem valorizações aplicadas. Um parêntese sobre o uso da categoria identidade, enquanto produto histórico social construído e atribuído, se faz necessário: muitos movimentos tentam romper com separação identitárias em tratativas temáticas. Ela é lida, enquanto necessária justamente enquanto mecanismo de enfrentamento às invisibilidades vividas por conceitos de falso

universalismo, o olhar intersectorial se faz necessário. Sendo que com nossas construções sociais, é possível alcançarmos uma cultura que suprima os perfis identitários de forma saudável.

Outro fator relevante anexo a discussão é o de apropriação cultural (Willian, 2018), que representa processo de aculturação, e não um sistema de troca de signos, como no caso da solidariedade cultural, mas sim enquanto lógica de exclusão onde grupos subjugados perdem o direito de ser para se assimilar à cultura dominante. Essa “adequação” social representa a negação de singularidades e identidades, mas sem compartilhamento de acesso à produção cultural com os grupos apropriados, atrelada ao mito da democracia racial.

Devemos resguardar o direito à preservação histórica e cultural de todos os grupos, promovendo visibilidade para enfrentar o uso vazio e aleatório de subprodutos culturais de grupos silenciados como ferramenta de expor falsa inclusão e intercâmbio cultural. Dando, assim, a real importância ao desrespeito aos signos de grupos, em disfarçada integração, escondendo o processo de exclusão. A compreensão que tudo é produção cultural, representada por significados que construímos ao mundo a partir do acesso que nossa socialização nos permite assimilar a sua influência na formação de nossa identidade com seu conjunto de sistemas simbólicos. A cultura é constantemente co-criada e portanto é resguardado o potencial de resignificação constante. O fato é que a nossa sociedade é composta por diferentes grupos, com diferentes padrões sociais e visões do mundo que podem convergir ou destoar entre si; sendo que mesmo entre um mesmo grupo, cisões e divergência são costumeiros.

Podemos exemplificar com provocações do feminismo negro, que tem historicamente poder desigual dentro das lutas feministas, sofrendo uma série de distorções, silenciamentos e não priorização de suas demandas, não tratadas de forma igual na categoria "mulher", e o desafio consiste justamente em superar a lógica do reformismo e o costume inconsciente de silenciamento em prol de próprias priorizações, como trouxemos até o momento. O ponto final é a responsabilidade com mudanças reais: esse objetivo e comprometimento ético, traz uma demanda urgente enquanto compreensão de local de fala. Devemos reconhecer que partimos de pontos diferentes; e ainda dentro disso, possuímos múltiplas identidades e não é necessário negar uma para assumir ou afirmar outra. Entretanto, condições melhores não significam dores e exclusão superadas, não deve haver competição e sim compartilhamento

de acesso. Tendo dito isso, o lugar de fala representa o reconhecimento absoluto de quem se é e de seu histórico ao se posicionar, reconhecendo que temos enfoque e formas de ler o mundo diferentes a partir de nossas experiências anteriores, que são moldadas por nossa raça, classe social, gênero, entre outros. Reconhecendo isso, sabemos que não somos representativos para indivíduos e grupos com históricos de vida e de acesso divergentes, permitindo a compreensão que temos o compromisso ético de promover que representantes legítimos ocupem espaços de destaque social, defendendo o direito à fala, rompendo com a lógica de monopólio de poder. A representação precisa, necessariamente, de pertencimento grupal, identitário ou ideológico.

Para critérios de representação coletiva, partimos do princípio que existem experiências similares vividas por indivíduos de mesmo recorte identitário, local ou ideológico, que mesmo sendo individual e contendo pontos de vista próprios, se assemelham, tornando a representação possível, apesar de sua complexidade constitutiva. Mulheres, por exemplo, experimentam uma série de vulnerabilidades comuns, mas também, muitas diferentes que antecedem a urgência da participação política, entretanto o poder institucional dessa esfera representa possibilidade real de transformação social em escala, ou então um catalisador de mudanças.

Para isso, é necessário enfrentarmos, ainda, tentativas de mudança de foco discursivo de grupos sub representados dentro da sub representação, que acontece com o autoritarismo do discurso universal. Sendo necessário o reconhecimento da multiplicidade de vozes, expressões, diálogos, mudanças e etc, somando agendas e não as recortando; sempre seguindo a lógica de que cada um fala por si, para construirmos narrativas legítimas, ensinando todos os grupos opressores, até os subjugados, a ouvir; e quebrando com a falsa lógica de neutralidade ou imparcialidade nas disputas narrativas.

### **3.1 Entrevistas qualitativas, pesquisa e análise de discurso**

“De forma semelhante, a pesquisa feminista e a de gênero têm trazido importantes contribuições no sentido de desmistificar a ciência e situá-la como prática social, atravessada por questões de poder que têm como consequência a hierarquização por gênero e a cristalização da diferença.” (Spink, p.52, 2013).

A produção do trabalho científico também segue a postura do lugar de fala, ou como Silva (1986) trata, é classista e portanto com posicionamento definido. A presente construção tem como agenda específica o fomento à equidade de participação de grupos subrepresentados na política institucional com a sistematização de potenciais estratégias de incentivo ao despertar político de mulheres, sob a construção de uma feminista intersectorial.

A metodologia proposta, seguida dentro de um modelo de construção participativa, de coleta de dados qualitativos alcançados de forma não direcionada, assim como de ampla coleta identitária e ideológica para assegurar a representatividade ampla da construção livre de vieses condicionadores, resulta em sistematizações de percepções de falas captadas pelas entrevistas propostas, com compartilhamento de provocações e posicionamentos oriundos as respectivas leituras do contexto participativo e representativo da política brasileira; permitindo o agrupamento de pontos de atenção dentro das temáticas tratadas, com um sistema de construção de hipóteses de (não) participação e representação com a memória de cálculos subjetiva de empecilhos ao despertar político e ativação de atuação social para atender ao objetivo de compreensão de ausência de perfis subjugados na vida pública.

Sendo o discurso uma forma de ação (Charaudeau, 2008), trataremos as falas enquanto ato interativo, contextualizado e assumido, com diferentes graus de adesão ou certezas expressas. Entre suas características, listamos ainda sua construção temática e temporal, regida por normas do comportamento social que respeitam o lugar de fala das participantes, onde até mesmo a linguagem usada tem significados específicos.

“Assim, aos estudos que levam à desmistificação progressiva do fazer-ciência, somam-se as perspectivas mais políticas da resignificação da diferença e da emergência de denúncia sobre as relações de poder opressivas que se desenham no interior do campo científico.” (Spink, p.53, 2013).

A pesquisa científica e o discurso de intencionalidade são validados pelas tradições metodológicas empregadas dentro uma prática reflexiva, crítica e social, que compreende o sentido coletivo do mundo integrando a multiplicidade de vozes de áreas diferentes da vida social e de grupos diferentes em cada uma dessas áreas a partir do método compreensivo

empático. Que por sua vez propõe coletas qualitativas dentro de premissas construtivistas enquanto perspectiva teórica de conhecimento, pela crença na leitura de mundo a partir de construções de pessoas envolvidas no recorte analisado. O conhecimento é visto como construção coletiva e não apenas exercício de racionalização, tratando dualidade entre sujeito e objetivos, aqui desempenhadas por mulheres e pela participação na vida pública, respectivamente, de forma integrada enquanto sistema de influência mútuo em relação de codependência (Spink, 2013).

Reafirmando as entrevistas enquanto situação relacional que opera a partir de práticas discursivas, que foram interpretadas em processos de produção de sentidos, as coletas foram realizadas sob escuta empática, compreensiva e integrativa, com acolhimento de construções sem enfrentamentos. A geração de um espaço livre para compartilhamentos, atrelado à garantia de não exposição, com vasto número de participantes e análise conjunta de dados, seguiu princípios da ética integrativa, empregada a partir de consentimento de participação e oferta de anonimidade, assim como de relação transparente com participantes, a fim de minimizar possíveis efeitos hierárquicos durante as trocas, na medida do possível. Se bem que, é importante ressaltar que, pelos altos cargos e posições ocupadas por grande parte das participantes, não acredito que houveram casos de inibição, por se tratar de uma pesquisa acadêmica, em suas respectivas construções.

A construção do lugar de fala, para Spink (2013), é adotada enquanto representação da flexibilidade pessoal das participantes, e o rigor metodológico pode ser justificado dentro dessa concepção, junto à flexibilidade funcional com o objetivo de desenvolvimento da construção, sendo o resultado um processo interpretativo de ressignificações do objeto. Por fim, a coleta seguiu uma padronização de provocações de fala e sua análise foi, de forma fiel, das falas sistematizadas, dentro da perspectiva construtivista da inconclusividade devido a complexidade dos fenômenos sociais observados, com conclusões generalistas e afirmativas não promovidas, e sim resultados colaborativos, comuns e divergentes, com sentidos e múltiplas variáveis resguardados.

### **3.2 Entrevistas qualitativas e formato de coleta de dados**

Foram convidadas para participar mulheres, independente de sua identidade de gênero, orientação sexual, raça/cor, grau de instrução formal, localidade, idade e ideologia política, que atuam em diferentes esferas da participação social com influência em pastas políticas.

Essas mulheres representam a participação institucionalizada e não institucionalizada; com atuações técnica, nomeado ou eletiva; dentro e fora das três esferas de poder, Executivo, Legislativo e Judiciário, nos três níveis local, Municipal, Estadual e Federal; compreendendo também empresárias, ativistas e militantes de negócios inovadores com foco em política públicas e inovação do setor público, coletivos, organismos sociais e partidos políticos.

Para tais convites, foram mapeados órgãos, partidos, organizações e movimentos políticos, abordados institucionalmente; assim como perfis de mulheres ativas nas temáticas exploradas pela presente construção. Muitas das participantes indicaram novas colegas de suas respectivas redes e demais organizações que atendiam ao filtro temático, expandindo consideravelmente a amostra e riqueza da coleta, anteriormente prevista para 30 mulheres. O limite temporal na coleta de dados foi imposto devido as múltiplas disponibilidades de agendamentos em agosto, somado a novas indicações das participantes. Chegaríamos facilmente ao número de 100 mulheres participantes, mas por limitações operacionais de cronograma, e reconhecendo a valiosa coleta de dados já realizada, numericamente, de ideologias manifestadas e identidades autodeclaradas, assim como de formas e instituições de participação social divergentes, o limite de prazo de coletas foi estabelecido.

As entrevistas qualitativas de coletas de dados foram realizadas com 69 mulheres entre os meses de junho e julho de 2020 via plataforma online de videoconferência, com duração média de 60 minutos de trocas, sendo que a estrutura da entrevista foi pensada e testada para corresponder à duração média de 40 minutos. Existiram entrevistas com duração mínima de aproximadamente 30 minutos e, de máxima, de aproximadamente 110 minutos. A duração da interação dependeu da abertura e profundidade de conteúdos de compartilhamento das participantes. Vale ressaltar que foram ao todo 988 laudas de material coletado, transcrito.

Após a autorização para gravação do áudio das entrevistas, as participantes passam por nove blocos de perguntas, exploradas de forma conjunta com o objetivo de observar os elementos prioritários trazidos pelas participantes, assim como seu contexto dado com respectivas linhas de compreensão temática. Em seguida, as participantes optaram por declarar sua participação ou permanecer anônimas; e assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido sobre sua participação. Apenas uma das participantes preferiu não se identificar.

O primeiro bloco de perguntas é composto por critérios de auto identificação e declaração identitária, com os seguintes elementos questionados: nome completo; data de nascimento; sexo biológico; identidade de gênero e orientação sexual; cor/raça; local de nascimento e de atuação; nível de conhecimento formal; profissão; participação em movimentos, organizações e partidos políticos; e, por fim, posicionamento ideológico político, com sete possibilidades de escolha, sendo que fica resguardada a seleção de mais de uma opção por participante, sendo elas extrema direita, direita, centro direita, centro, centro esquerda, esquerda e extrema esquerda.

O segundo bloco trata questões amplas de histórico em participação política, com perguntas combinadas de início de percepção de participação social e forma escolhida de intervenção política; estímulos iniciais para despertar político; assim como nível de engajamento, estrutura de rotina, tempo despendido e histórico de ativações sociais. No recorte de participantes que possuem atuação partidária, são adicionadas perguntas referente a primeiro contato com partido escolhido, histórico de intervenção ou interações com outros partidos e motivo da escolha do atual vínculo institucional.

O terceiro bloco integra pautas e pastas escolhidas para atuação dessas mulheres, com questionamento de motivações primárias e atuais para suas respectivas participações sociais continuadas e causas que as motivam, sendo elas de origens identitárias, sociais, individuais, coletivas ou de formato estrutural da vida pública brasileira.

O quarto bloco questiona a crença em uma possível crise de representação política brasileira ou de sub representação dentro do sistema representativo, combinada com opiniões de validação ou desconfianças no sistema político brasileiro, levando em consideração fatores de eficácia das instituições e estruturas dos Estados pós redemocratização, de forma legal e prática.

O quinto bloco direcionado se encontra em crenças e uso da tecnologia e redes sociais, enquanto ferramenta de participação política para aproximar ou afastar potenciais participantes e pessoas que já participam de temáticas coletivas, incluindo provocações sobre a democratização do acesso a redes, notícias e sugestões de enfrentamento à estratégias de desinformação maliciosas e não intencionais, assim como suas respectivas influências em decisões eleitorais.

O sexto bloco trata a noção de identidade coletiva, com questionamento sobre grupos em que as entrevistadas se sentem representantes ou representadas; assim como crenças de participação em nível individual e coletivo enquanto ferramenta de despertar político e engajamento social qualificado.

O sétimo conjunto de perguntas trata custos pessoais das participantes para execução de suas atuações políticas. Os investimentos na participação são tratados em nível individual/pessoal e passam pelo momento atual e passado de gastos emocionais, psicológicos, financeiros/materiais e temporais reconhecidos pelas integrantes enquanto custos ligados diretamente a suas atividades públicas e formatos participativos públicos escolhidos.

O oitavo bloco aborda a importância do fomento à participação de mulheres na vida pública, sendo as perguntas estendidas para demais grupos de interesse das entrevistadas, sejam por recortes identitários ou ideológicos, relativos às suas causas e pautas; assim como formato ideal dessa participação e de perfis desejados para tal. Seguido de provocação de como podemos fomentar, com ações práticas, a maior participação de mulheres e demais grupos de interesse, ainda dentro dos desafios de fomento ao despertar político; enfrentamento aos custos de participação e sistema de exclusão; e tratativa de espaços institucionais agressivos à pessoas fora do padrão historicamente representado politicamente.

O nono e último bloco de perguntas sintetiza expectativas e desejos de mudanças na vida social, assim como projeções de futuro a partir da análise de nosso cenário político atual; principalmente sob os recortes de participação política e representação. Finalizando com espaço de fala final para declarações e pontuações de mulheres que desejam somar considerações dentro das construções promovidas.

Os dados coletados pelas mulheres participantes foram transcritos, sistematizados e tratados coletivamente sobre um viés colaborativo de compreensão de complementaridade das construções e posicionamentos trazidos, sem apagar seus respectivos locais de fala e critérios identitários e ideológicos, somando posicionamentos. Aliados a esta sistematização, são apontados contrapontos levantados, assim como posicionamentos particulares de grupos definidos.

### **3.3 Complementaridade de perfis**

Como defendido anteriormente, não tenho a pretensão de negar a importância do local de fala para análise de posicionamentos e defesas executadas por qualquer participante da vida pública, entretanto a proposta metodológica consiste em uma leitura combinada e ampla de dados coletados pelas conversas com as mulheres participantes, com objetivo de trazer, dentro de uma supra categorização de “mulher”, desafios da participação feminina; não ignorando as intersecções identitárias de grupos localizados por essa leitura combinada e ampliativa, assim como os próprios pontos de divergência os quais serão tratados nas construções seguintes.

Seguiremos uma lógica de colaboração, evitando riscos de atividades expositivas com as participantes, ou então desunião das construções propostas; e colhendo benefícios das construções conjuntas, experiências e visões diferentes das integrantes, complementares e provocativas, que levam à ressignificações de fazeres sociais. Ainda em tempo, ressalto a identidade feminina enquanto combinada, complexa, multifacetada e não excludente. Ou seja, é possível ser, por exemplo, uma mulher com uma raça declarada, uma orientação sexual declarada, um posicionamento ideológico político declarado e causas pertencentes por critérios identitários em cada uma dessas qualificações combinadas, exercer militância conjunta sem a hierarquização de pautas, e com a própria priorização de atividades públicas, enquanto estratégia de dedicação.

Trabalharemos brevemente os perfis expostos por essas mulheres participantes, dentro de suas autodeclarações iniciais executadas nas pesquisas qualitativas. De toda forma, vale a ressalva que essas proporções têm uma função apenas elucidativa, não são proporcionais à população feminina, ideologias tratadas ou formatos participativos existentes. Segundo a lógica de multi representação de perfis, não promoverei construções quantitativas exaustivas pela compreensão de que o valor da presente construção estar em fatores comuns, estabelecidos com frequência nas falas, e dos complementares agregados à essas construção; aliados à própria contradição de pensamentos e posicionamentos dessas mulheres, cujas falas serão analisadas de acordo com os seus respectivos locais socioculturais e políticos. Trataremos as construções coletivas das participantes, assim como os posicionamentos complementares enquanto agregados construtivos; e ressalvas de discordâncias, representando posicionamentos de mulheres, abordados por elas enquanto posicionamento individual ou coletivo, sobre o perfil e condições da participação de mulheres e outros grupos sub

representação na vida pública; acesso ao fazer público e potencial de influência em pastas coletivas; assim como formas de fomento à participação efetiva feminina em diferentes esferas como forma de promoção de progresso na equidade representativa de perfis e ideologias, assim como potencial de renovação do fazer político.

Dentro dos perfis expostos, vale salientar que alguns perfis de mulheres, auto-localizadas enquanto progressistas e feministas tiveram maior disponibilidade para participar da construção, assim como mulheres jovens. Em questões identitária, a disponibilidade de mulheres brancas e héteros dentro das esferas de recorte proposta é significativamente maior, ainda mais se contrastada entre as representante quilombolas, indígenas, PcD e trans, as quais estão disponíveis e acessíveis poucas lideranças, e com isso maiores desafios de contato e agenda para a participação provocada na fase qualitativa do presente levantamento.

As entrevistadas possuem diversos locais de origem e atuação centralizada em diversas cidades da Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco e uma participante compõe um Organismo Internacional baseado em Paris/França. Na riqueza das multiplicidade de perfis, temos mulheres participantes de diferentes idades e de tempo de vida pública, representantes feministas; do movimento negro; rurais; quilombolas; indígena; e LGBTQI+; de inovação do setor público; e de pessoas com deficiência. Com diferentes profissões, cargos, ideologias políticas, partidos e outros vínculos institucionais. Assim como de diferentes estímulos iniciais participativos e formatos de efetivos de intervenção pública.

Iniciando as análises primárias sobre conceitos identitários, as idades entre 21 e 26 anos representam 5,8% das participantes, seguidos dos recorte entre 27 e 32 anos, com 30,5%, 33 a 38 anos, com 29%, 39 a 44 anos, com 13%, 45 a 50 anos, com 10,1% e, por fim 11,6% com mais de 50 anos. No que diz respeito ao tempo de participação, 24,6% possuem até 05 anos de participação ativa da vida pública de forma periódica e com bandeiras próprias, sendo que 33,3% tem o tempo de participação citado entre 05 e 10 anos, 16% possuem entre 10 e 15 anos de histórico participativo e por fim 26,1%, mais de 15 anos.

Nos demais recortes de interesse, vale mencionar que em critérios de raça, 66,7% das mulheres se entende Branca, 29% enquanto pretas ou pardas e 4,3% indígenas. Em critérios de gênero, 99% se enxergam enquanto cisgeneras e 01% enquanto mulher transsexual, sendo

que heteros declaradas somaram 76,8%, enquanto bissexuais e lésbicas 23,2%. 03% das participantes se identificam enquanto pessoa com deficiência (PcD).

Em nível educacional, as participantes com superior incompleto representam 5,8%, com superior completo, de 23,2% e mulheres em nível educacional formal de pós-graduação ou superior, de 71%. Esse dado explicita um ponto que será tratado a frente, que é uma construção coletiva, representativa pois foi trazida por maioria absoluta das participantes, relativas à ascensão social e possibilidade de participação política atrelada ao acesso à educação formal. Quem acessa a política tem que ter acessados anteriormente outras coisas, como educação, recurso.

Sobre a representação obtida na construção, podemos contar com colaborações de integrantes de doze partidos dos trinta e três partidos brasileiros, representando 56,5% das entrevistadas, sendo eles o Cidadania (legenda 23); Movimento Democrático Brasileiro (MDB, legenda 15); Novo (legenda 30); Partido Liberal (PL, legenda 22, antigo Partido da República/PR); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB, legenda 45); Partido Democrático Trabalhista (PDT, legenda 12); Podemos (PODE, legenda 19); Partido Socialista Brasileiro (PSB, legenda 40); Partido Social Liberal (PSL, legenda 17); Partido Socialismo e Liberdade (PSOL, legenda 50); Partido dos Trabalhadores (PT, legenda 13); Rede Sustentabilidade (REDE, legenda 18). Em complemento, um recorte significativo de participantes não têm atuação partidária, correspondente a 43,5% das entrevistadas, sendo que 7,2% declarou não poder realizar o tipo de participação por conflito de interesse com suas atuações profissionais enquanto servidoras de órgãos domésticos ou internacionais, ou por critérios éticos de categorias profissionais, no caso de jornalistas, por exemplo. 03% estão em momento de transição ou escolha de partido, e as demais 33,3% não se reconhecem dentro de um partido específico ou simplesmente não tem interesse em atuar nessas instâncias de disputa e participação.

No que tange a ideologia política, dentro das sete opções dadas enquanto posicionamento político, sendo elas (1) extrema direita, (2) direita, (3) centro direita, (4) centro, (5) centro esquerda, (6) esquerda e (7) extrema esquerda, dois fatores relevante se mostraram: o primeiro é que devido a multiplicidade de temáticas e vertentes, a maiorias das participantes pauta suas ideologias e posicionamento político em mais de uma categoria, a depender da temática tratada, reconhecendo que existem linhas que mais as compreende; em segundo

lugar, fica evidenciada a maior propensão de participação de mulheres atrelada à esquerda, em diferente recortes.

A intersecção direita e centro direita corresponde a 1,4% das participantes; à direita a percentagem de participantes é de 1,4%; no centro direita estão atreladas 4,3%; entre centro direita, centro e centro esquerda, 1,4%; ao centro se localizam 7,2% das entrevistadas. Entre o centro e centro esquerda 4,3% são contempladas; sendo que 11,6% se localizaram entre centro esquerda e esquerda; centro esquerda, esquerda e extrema esquerda agregam outros 1,4%; o centro esquerda alcança 27,5%; enquanto a esquerda, 30,4%, Entre esquerda e extrema esquerda temos 2,9% da participação, finalizadas por outros 2,9% de integrantes da extrema esquerda. Por fim, 4,3% das mulheres não se sentem contempladas pelas categorizações apresentadas e suas intersecções, sendo seus motivos: o foco na causa indígena com desapego dessas taxações categóricas, mesmo processo vivido pela segunda integrante do grupo, mas em relação à pauta de acesso de direitos de pessoas com deficiência, e por fim, a terceira participante não fica confortável no local que os demais a leem dentro da direita conservadora e por isso não se sente contemplada pelas categorias.

Sobre as organizações de fomento à participação política e de novas lideranças, as participantes integram, em diversos casos, mais do que uma organização, entretanto nem todas se engajam nesse formato participativo. As instituições contempladas na presente coleta são: Acredito, Ação da Mulher Trabalhista, AMT-SP; Ação Popular; Articuladas pela Democracia; As Minas; Baixo Centro; Bancada Ativista; Brava; BrazilLab; Delibera Brasil; Ela Candidata; Elas No Poder/Impulsa; Gabinete 56; Gabinetona; Goianas nas Urnas; Instituto Democracia e Sustentabilidade; Mais Mulheres na Política; Movimento Agora; Movimento Dialogue; Mulheres do Brasil; Pacto Pela Democracia; ParaTodxs; Rede de Ação Política pela Sustentabilidade (RAPS); Renova Br; Vamos Juntas; Visibilidade Feminina; Virada Política; Vote Nelas, entre outros em nível partidário, em frentes e tendências diferentes, e coletivo atrelado a demais organismos sociais.

Das participantes envolvidas, vale a pena comentar que o formato de participação da vida pública escolhidos, depende bastante de sua perspectiva social, causas identitárias e ideológicas. As entrevistadas transitam entre servidoras dos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário; ativistas de base e de organismos sociais; assim como integrantes de disputas internas dentro dos 12 partidos participantes e de disputas externas, a cargos eletivos;

assessorias e nomeações em organismos da administração direta e indireta. Somados esses perfis, temos integrantes de movimentos de fomento à participação de mulheres na política, empreendedoras de govtechs, que representam iniciativas tecnológicas de fomento a melhor gestão ou então de serviços responsabilidade primordial de Estado, exercendo poder de influência dentro das pautas públicas e coletivas; assim como consultoras atreladas à pautas sociais e sustentáveis, que participam também de jogos de influência atrelados à melhores práticas da administração pública.

A fim de compreensão de aspecto iniciais do primeiro despertar político para integração da vida coletiva, um ponto convencional é que a maioria absoluta das participantes traz algum contato com esferas de disputa para participação, sendo assim podemos citar como casos mais recorrentes de pessoas com familiares envolvidos em temáticas sociais ou com organizações políticas e partidárias, que colaboraram ativamente pelo exemplo ou estímulo direto para sensibilização política destas mulheres, com um olhar para a vida pública; ou então de espaços educacionais, de ensino médio e superior, onde pautas, discussões e disputas foram disponibilizadas, representando um estímulo de interesse, na maioria dos casos em ambientes acadêmicos ou de movimentos sociais. Com isso fica evidenciada a ausência de estímulos à participação pública na vida cotidiana de cidadãos e cidadãs convencionais, dependendo sempre de um espaço coletivo de atração inicial, que não são vastos.

Entre os aspectos somatórios, é possibilitada, a partir da coleta de dados, o desenho de três perfis de mulheres: (1) as que enxergam a administração pública, direta e indireta, enquanto possibilidade de carreira; (2) as que militam por causas específicas ligadas na maioria das vezes a critérios identitários ou de localização temática; e por fim, (3) de mulheres que aderiram os movimentos ou ações coletivas sem uma real integração com pautas ou causas, mas por influência externa de outros participantes.

No primeiro caso, a carreira pública tem histórico de participação incentivada a partir de processos educacionais muitos ligados a pesquisa e academia, atributos como a estabilidade, acesso a recursos e o dito conforto na vida pública são somadas a critérios de pertencimento e da importância da temática. A identificação com as pautas é presente nesses casos, assim como uma atração inicial e que se perpetua pela dinâmica de poder tradicionalmente vivida nas esferas institucionais, por fim, é atrativa para algumas das participantes a crença da capacidade de gerar bens coletivos a partir da sua ação profissional, resumida pelo propósito,

mas principalmente pela perspectiva de ser agente transformadora. Essas mulheres tendem a não se envolver diretamente com outras atividades fora suas cotidianas profissionais remuneradas, o que diverge do perfil do segundo bloco das militantes por causas específicas que tendem a combinar trabalhos de assessoria com demais participações em movimentos socioculturais e tendências partidárias.

Dentro de segundo bloco de mulheres que participam politicamente por crenças em causas específicas ou demandas sociais que desejam ver aplicadas na realidade da ordem social, temos um perfil de mulheres que desde muito cedo se identifica com o ambiente público por uma questão de auto reconhecimento de critérios identitários ou temáticos que envolvem sua rotina cotidiana e o seu espaço no mundo. Nesses casos, são mulheres que atuam muito proximamente a movimentos sociais, organizações partidárias e comunidades de base; promovendo mudanças sociais ou então discussões de temáticas relativas a desigualdade em diferentes aspectos. O perfil de participantes desse núcleo corresponde a atividades combinadas em diferentes esferas, grupos e movimentos sociais, com envolvimento em mais de um tipo de pasta ou organização ao mesmo tempo. Isto se deve a complexidade das temáticas sociais que se intercalam muitas vezes, assim como com o princípio da identidade multifacetadas de cada pessoa, que representa a somatória de causas e lutas vividas e de influência direta em sua vida.

A correspondência da vida pública das integrantes do segundo bloco descrito, recorrentemente tem como histórico a não participação primariamente das instâncias institucionais, mas foram levadas a ela, rompendo com descrença do fazer político, pela participação direta; assim como com o rompimento da criminalização da política, que muitas carregavam. A decisão de se aproximar da política tradicional segue interesses e demandas de coletivos e grupos que a integram, que as direcionaram. Neste fluxo, em determinado momento, as participantes perceberam que para alcançar as mudanças sociais desejadas, em suas respectivas áreas recorte de interesse, precisam participar da vida pública de uma forma mais ativa e dentro da administração direta, independentemente da esfera escolhida; e ainda entram por um objetivo comum à causa, representando um grupo de pessoas já organizado, e com sua representação validada pelo seu histórico social de lutas. Sendo que permanecem nesse universo após conhecer de forma mais integrada seu funcionamento, pois ele é diferente das projeções primárias recebidas e desenvolvidas; assim como pela importância das agendas que as interessam.

No terceiro caso, podemos citar mulheres de perfis divergentes, sendo uma minoria dentro da pesquisa realizada, o que pode ser justificado pela própria coleta de dados disponível, sendo que as participantes que a aderiram, convencionalmente demonstram perfis específicos de engajamento participativo. O foco principal deste grupo é de mulheres que se enxergam participando politicamente a partir de influências diretas de outras pessoas, mas não de coletivos, necessariamente, e sim de figuras específicas, como no caso de uma das entrevistadas que participa de várias organizações de fomento à participação política de mulheres, mas de forma superficial, e por influência de colegas e amigas que estão mais envolvidas com a temática. Então, apesar de ter participação ativa dentro das pastas, claramente não demonstra uma apropriação profunda das temáticas tratadas, somadas a uma desconexão adicional com a política institucionalizada. Outro fator é trazido por uma segunda participante, que decidiu participar de um pauta de estado por interesses específicos, construídos a partir de suas experiências pessoais, por exemplo, decidiu participar com a intenção de guiar, segundo suas crenças individuais do que representa o melhor para o bem coletivo, uma agenda. Isso não significa que não existe um propósito de construção conjunta, mas as motivações partem de um local interno das próprias idealizações sobre o que deve acontecer dentro da área social, não apagando o fato de existir interações com outros grupos. Um terceiro movimento ainda pode ser considerado em um caso específico, de uma mulher que afirmou não ter participação política, trazendo isso de uma forma muito incisiva, mesmo apoiando diversas startup de tecnologias com soluções de governo, que influenciam diretamente políticas públicas. A criminalização da política na sua consciência do fazer social é tão forte que a faz negar o que a sua participação representa, e ainda que tudo na verdade é política dentro de nossas ações coletivas. Segundo a lógica participativa ativa, mas sem reconhecimento de tal, podemos fazer um paralelo a construções feministas de mulheres que não se sentem representadas pelo movimento. Algumas participantes atuam fortemente em defesa de pastas que são, teoricamente, feministas, como divisão de trabalho doméstico e cuidado de filhos, ou então de acesso ao mercado de trabalho de forma mais justa, mas que se dizem não compreendidas pelo feminismo e declaram negar tudo que ele representa.

No que tange às construções temáticas de agendas definidas e causas motivadoras de participação da vida pública, uma temática comum foi a educação, o que inclusive é representativo ao perfil das participantes. Muitas demonstraram o acesso educacional como diferencial em suas vidas ou com uma ferramenta de ascensão social, sendo assim defendem

que essa experimentação seja vivida por outras pessoas. Incluindo defesa à produção de pesquisas acadêmicas; e educação política. O fomento à participação feminina é outra temática recorrente, dado o recorte de participantes convidadas para a construção. Outro aspecto relevante de progresso da participação pública institucional dessas mulheres é a existência de diversas escolas de formação de lideranças, das quais muitas se beneficiaram e apoiam, de fomento à participação política, apartidárias, suprapartidárias ou de dentro de partidos, representando uma possibilidade de intervenção social individual de grande parte das participantes. Entre as demais temáticas de recorte de gênero apareceram o parto humanizado; acesso à saúde; defesa da primeira infância; enfrentamento à violência de mulheres; inserção de mulheres no mercado de trabalho com foco em tecnologia; fomento à dignidade e acesso de direitos da comunidade LGBTQI+, assim como de pessoas com deficiência; lutas anti-racistas, com o enfrentamento do genocídio de pessoas negras e a demarcação de terras indígenas e quilombolas; entre outros.

Entre as demais causas, aparecem o acesso a renda, com enfrentamento da miséria e fome; fomento de um novo modelo econômico; fomento à agricultura local e familiar; lutas sindicais e de direitos dos trabalhadores; desenvolvimento estrutural local básico com acesso à água e saneamento; e de redes para enfrentar a exclusão digital, enquanto propostas de enfrentamento às lógicas de critérios regional de investimento e de contrastes centro-periferia, espaço urbano e rural, chegando a temáticas como cidades inteligentes, sustentabilidade e urbanismo. O acesso à cidade e à políticas direcionadas para jovens também foram trazidos. Outra pauta relevante trazida é a melhora dos serviços públicos a partir de processos de gestão focados na inovação; de digitalização do poder público; de transparência; profissionalização e qualificação de servidores; assim como a melhora da qualidade dos políticos eleitos, com o fomento de aumento de participação de mulheres e outros grupos sub-representados na política institucionalizada. Finalizando com as pautas mais à direita, como defesa da família e costumes, Estado mínimo, liberalismo econômico, defesa à propriedade privada e combate à corrupção.

Dentro das formas de militância declaradas, existe uma quebra intergeracional, que não é regra, pois existem mulheres mais tradicionais na esfera política, e conseqüentemente com idades avançadas, que também atuam com direcionamento de redes sociais, mas talvez com menos propriedade. Existe uma tendência, de mulheres com mais de 15 anos de atuação institucional nessa esfera, de preferência por uma atuação de base mais personalista, com

atuação regional, ainda mais forte em moradoras de cidades pequenas. Já a militância online é uma atividade cotidiana naturalizada, com ampla crença, de todas as participantes, que o uso da internet é necessário e não será mais possível fazer política sem ela. Entretanto, ela não suprime a necessidade da política de base, ou seja, com interface presencial regionalizada, tanto pela natureza das atividades desempenhadas, quanto pela não disponibilidade de redes universalmente, o que representa bolsões de exclusão.

Outro ponto de relevância a critério do formato da participação é o tempo dedicado: a dedicação de tempo para atividades coletivas, na maioria dos casos não remunerada ou mesmo nas remuneradas (em casos que extrapolam os horários mercadológicos convencionais), demonstra uma relação direta de dedicação e comprometimento com a causa defendida e seu senso de urgência. Sendo assim, a dedicação varia de acordo com o tipo de participação dessas mulheres, sendo que as que participam porque acreditam nas causas e bandeiras específicas que defendem, e as quais se sentem contempladas e envolvidas coletivamente possuem uma maior propensão à extensão da participação, e de forma intensiva.

A compreensão de participação política e de vida pública foi ponto chave de não reconhecimento de parte das participantes, principalmente as com atuação no sistema Judiciário e das que atuam com Govetechs. Algumas das mulheres integrantes frequentemente não se enxergam enquanto participantes da vida pública tradicional e política. Essa falta de pertencimento aos espaços faz com que ele não seja identificado enquanto atividade, mesmo que sejam executadas diversas ações de uma forma cotidiana. O que é um sintoma do afastamento programado e cultural da política, vivido pela população brasileira como um todo, mas principalmente entre mulheres, que além do espaço público negado, pelo foco no seu papel social da atuação doméstica, tem uma complexidade maior nesta interação pela ausência do fomento de chamadas para vida pública, alinhado a não reconexão primária com as esferas pelo baixo número de representantes modelo, entendidas como exemplos inspiracionais.

Para finalizar este bloco de apresentação inicial e combinada dos perfis correspondente à presente construção, serão demonstradas as expectativas de futuro das entrevistas, no que tange a participação política e a representação social. Do conjunto de respostas obtidos sobre essa provocação, são observadas três vertentes específicas enquanto expectativa de futuro da

participação e da representação política brasileira, sendo a primeira de melhora do fazer público; a segunda sobre o aumento esperado da participação de mulheres na política institucional; e a terceira referente a receios de retrocessos e de resultados de disputas políticas vigentes.

Dentro das expectativas de melhora do fazer público, se encaixam ambições de eficiência do Estado com o uso de recurso tecnológicos, com a inovação e digitalização atreladas à capacidade de geração de novos fazeres gerenciais; assim como da criação de maiores colaborações do setor privado com o governo; com a própria expectativa de disponibilização de novas políticas públicas; e reformulações internas e externas do seu funcionamento para atender agendas de enfrentamento à desigualdade de uma forma mais contemplativa, pensando em perfis prejudicados socialmente. E em critérios específicos, são observadas demandas de expectativas de investimento em educação com foco em cidadania e no uso de tecnologias. Finalizando com a demanda de abertura de diálogos colaborativos para tratativas de assuntos complexos e polarizados, promovendo a integração entre grupos políticos antagônicos. Ainda dentro das expectativas de iniciativas públicas criadas, está a geração de novas políticas públicas afirmativas de reserva de cadeiras para grupos sub representados para inserção na política institucional; assim como mecanismos de garantia para o cumprimento de cotas de participação de mulheres já conquistadas, e sua ampliação sem esquecer o foco de que dentro dessa categoria "mulher" pertencem vários tipos de perfis. Em anexo, iniciativas de qualificação das mulheres com foco em atividades públicas é trazida.

Este último ponto leva a um questionamento de ordem: parte das participantes disse que para que outras mulheres sejam escolhidas, elas precisam já estar qualificadas politicamente, sendo este um aval social de suas respectivas capacidades de execução política. Sendo assim, além de ser representativa identitariamente e ideologicamente, é importante que as representantes trabalhem pautadas nas necessidades das mulheres, e não seguindo lógicas de poderes previamente instauradas. Entretanto, vale a pena resgatar que essa lógica parte de uma estratégia de exclusão inconsciente, sendo que é possível que determinados grupos sub-representados não supram tais expectativas segundo critérios de educação formal, que em si representa um instrumento de poder, para assumir tais instâncias. Ou seja, é necessário achar um meio termo entre o trazer pessoas que já estão em ponto tradicional de validação educacional para tal e permitir que esses perfis representativos que ainda não atendem às demandas do inconsciente coletivo e das projeções culturais do que uma política representa

em termos de saberes, ainda acesse esses espaços, recebendo apoio para se apropriar dos conhecimentos necessários ao desenvolvimento de tais atividades assumidas.

A pluralidade é desejada em várias construções trazidas, ultrapassando recortes de gênero, como pessoas de áreas periféricas, negras, LGBTQI+ e com deficiências. Expectativas de rompimento com tratativas excludentes dentro de ações de inclusão como as pastas e causas específicas como, por exemplo, para Mulheres e Pessoas com Deficiência que são tratadas de forma anexa, e não dentro das pastas temáticas de estado, como Saúde, Educação e Trabalho, permaneceram presentes em construções das mulheres com deficiência que participaram da pesquisa, para real promoção de uma inclusão participativa enquanto agendas identitárias anexas e integradas às pastas de estado.

No que diz respeito à participação política de mulheres, em linhas gerais apareceu enquanto mais recorrente, e em um local otimista, a esperança de acesso a novos espaços conquistados por mulheres na política institucional, principalmente com as eleições municipais de 2020, com foco no poder Legislativo. Sendo que os frutos positivos da participação de mulheres na política, vividos nos últimos anos promove maiores chances de acesso à participação efetiva de mulheres, e a partir disso, proporciona o desenvolvimento de novas lideranças femininas, e referências inspiracionais de visibilidade feminina para a participação política, assim com o fomento de criação de novas redes participativas. Trazendo conceitos de uma luta necessária principalmente relacionada à participação política de mulheres, sendo esta uma visão de construção lenta e progressiva, mas necessárias e cumulativa com ganhos geracionais, ou seja, que são ampliativos na medida que temos novas de mulheres que reclamam a participação pública a partir de pontos mais vantajosos gerados pela leva de mulheres anterior, segundo a própria lógica do feminismo tradicional em ondas.

A representação de mulheres, não só no sistema Legislativo, mas também cargos do Executivo, nas três esferas locais, e em demais posições de liderança são trazidas. Inclusive, novas produções culturais de papéis sociais e de própria renovação política são defendidas com potenciais reais possibilitados pela inserção de mais mulheres institucionalmente na esfera de tomadas de decisões governamentais. Menos candidaturas “laranjas”, que representam mulheres que assumem cargos apenas formalmente, delegando a execução diária das funções para pares ou pessoas de seu núcleo direto de relacionamento, são esperadas, assim como o fortalecimento democrático e institucional com resgate da crença do fazer

político e na importância da participação pública. Para isso, mais recursos destinados às campanhas de mulheres são necessários, para que a competitividade seja realinhada, com chance real de paridade de gênero nas instâncias de poder elegíveis. O anseio e expectativa de alcance de igualdade de gênero se expande, nos dados coletados, para movimentos sociais, tendências partidárias e disputas internas de partidos; assim como na vida privada, mercadológica e social. As participantes concursadas, no geral, não experimentam a disparidade de gênero em cargos assumidos em nível técnico de uma forma tão intensa quanto as de cargo eletivo e nomeado nos poderes, entretanto, em posições de liderança ainda são observados perfis muito mais masculinos. A mesma lógica se mantém em disputas partidárias e movimentos sociais onde a participação de mulheres é de forma muito mais intensiva na base e em grande número, mas em posições de liderança e de tomada de decisão existe uma centralização de homens.

A terceira vertente, de receios do momento histórico com sua conjuntura declarada de retrocesso, traz expectativas baixas de melhoras sociais, e o forte reconhecimento de vivência de um momento intenso de disputa política. Os desafios foram atrelados a conjuntura política contemporânea, expressada pela crença em recorrentes problemas sociais e financeiros, agravados pela crise de saúde agregada pelo contexto pandêmico da COVID-19, com preocupações específicas como o aumento da violência doméstica e o desatendimento de grupos que sofrem com falta de acesso estrutural, e estão em maior risco e vulnerabilidade dentro da crise vivida. Este ponto contou com construções otimistas anexas, seguindo a lógica de que crises são oportunidades de união, enquanto demanda potencial de nova unidade de enfrentamento aos problemas vividos coletivamente. Então, propulsoras de uma luta sociopolítica mais estruturada enquanto oposição, sem apagar o presente desânimo ampliativo sobre as perspectivas analisadas.

#### **4. Fatores chave da inserção e participação política de mulheres**

Foram observados dois tipos de percepções entre as participantes, sobre sua situação enquanto mulher, dentro dos ambientes em que transitam, dentro destes dois grupos existem algumas divergências de opiniões e formatos de expressão, entretanto trataremos como categorias conjuntas destacando pontos controversos. O primeiro grupo, que é composto pela grande maioria das mulheres participantes da pesquisa, relata dificuldades em participar de ambientes institucionais apenas por sua condição de mulher, somadas a outras condições como raça, orientação sexual e afins. O segundo grupo afirma não sentir diferença no seu tratamento pela sua condição de mulher. As mulheres que compõem essa qualificação têm histórico de acesso a recursos, ferramenta de potencial alcance da vida pública, e se identificam enquanto brancas e héteros de diferentes idades. É importante ressaltar que o acesso a recursos, classe social, assim como a branquitude e a heteronormatividade são pontos de atenção. Entretanto, o não reconhecimento da subordinação social, ou mesmo a não compreensão dos fenômenos vividos, pode levar a sua negação, até mesmo como ferramenta de proteção individual.

Independente dos seus locais e condições, todas reconhecem que mais mulheres deveriam acessar os diferentes espaços. Mais uma divergência é tratada dentro desse grande grupo, sendo que algumas acreditam que o espaço está disponível, mas precisa ser melhor ocupado por mulheres, que devem ter uma postura mais ativa e discreta, o que foi trazido por um pequeno número de participantes dentro da coleta de dados, mas de forma complementar as que acreditam que são necessárias ferramentas de garantia de alcance de mulheres a essas instâncias reconhecendo a subjugação cultural da mulher na ordem social.

Ainda sobre os perfis é interessante pensar que existem dois fluxos de integração com a vida pública: de mulheres que acessaram a partir de uma construção acadêmica, chegando na vida pública enquanto consequência desses passos; e as mulheres que primeiro tiveram suas identidades relacionadas à uma causa/pauta, que as trouxeram para o ambiente público, mas que então buscaram qualificações a fim de se sentirem apropriadas às suas respectivas participações, enquanto ferramenta de validação e pertencimento desses ambientes institucionais.

Quando tratada a crise de representação, enquanto tratativa quase absoluta, aparece o reconhecimento que ela é real, porém existe uma bifurcação na compreensão de tal crise: em

um primeiro caminho, a crise é direcionada pelo histórico do funcionamento do nosso sistema democrático, ou seja, pela forma como são escolhidos os representantes e o interesse que esse representantes tradicionais, que têm de acesso à vida pública, defendem, não sendo o problema principal uma crise de instituições. Atrelado a isso temos a criminalização da política e histórico de afastamento geral da população, o que mina o potencial de representatividade. Por fim, existem aquelas que acreditam que não há uma crise de representação porque nós elegemos nossos representantes e por isso a representação está garantida independente de seu resultado, o que apesar de ser um posicionamento extremamente minoritário na amostragem, foi presente.

“Acho que isso tem um outro ponto que é legal falar, em relação à crise de representatividade, que é o seguinte: tem uma construção de criminalização da política como um todo, né. E aí, nesse processo de criminalização da política, muitas pessoas que acham que “ah, político é tudo corrupto, político não presta etc.” É, isso faz com que a participação na política ela seja de certa forma mais negada, né, e isso faz com que o voto até, de certa forma, ele seja utilizado de uma forma, assim, muito mais solta do que, se você não tem tipo, esperança, né, não confia, acha que está tudo errado, político é tudo corrupto, não faz diferença em quem você vota e você não quer participar porque você não quer entrar no meio dessa, da sujeira né, vamos dizer assim.” (Tamires Gomes Sampaio, entrevista 05, realizada em 13.06.2020).

“Então, tenho muitas críticas as nossas instituições, mas eu acho que elas são o melhor que nós podemos ter e que, com tempo e com pressão, essas instituições vão se transformando e vão se adaptando.” (Tabata Amaral, entrevista 67, realizada em 16/07/20).

A preocupação em preservar e defender as próprias instituições democráticas do sistema brasileiro está presente para grande parte da construção de mulheres participantes, entretanto isso não significa que não apareceram diversas sugestões de ajustes, os quais serão tratadas

em seguida, mas de novas reformulações, adaptações e atualizações das instâncias de poder. Entretanto fica resguardada, de forma incisiva, a necessidade de defesa das instituições sendo que o problema principal está em quem é posto no poder, reconhecendo que essas pessoas representam apenas uma elite financeira/econômica que não se interessa ou compreende demandas de boa parte da população brasileira a qual deveria representar. A defesa das instituições passa pelo receio da ruptura democrática que é tida como melhor sistema por todas as participantes apesar das críticas e desafios vividos. Em um segundo caminho existem mulheres que não trouxeram as instituições nas suas construções, focando apenas em critérios identitários das representações, não abrangendo em suas construções o próprio funcionamento do Estado enquanto proposta de regulamentação da ordem social.

A democracia deve ser vista como desfecho chave para efetivação das demandas sociais que precisamos realizar, segundo a presente coleta de dados. A efetividade de leis e quem elas servem é questionada; e reformas no sistema político são desejadas pelas participantes, passando pela efetividade de leis na busca eficiência do Estado, referente a Inovação no sistema público; de fomento à diversidade e pluralidade em busca do bem-estar social; de distribuição de renda; ferramentas de eficácia para eleições com retomada da crença no fazer político em um sistema de eleições que rompa com favorecimento de perfis de poder tradicional; de combate à corrupção em diversos pontos; de enfrentamento a manutenção dos mesmos candidatos no poder de forma extensa; e de repasse de capital eleitoral para pessoas de seu grupo político ou familiares, o que perpetua a exclusão de grupos sub representados; entre outros. Em contraposição complementar ao perpetuamento do poder de pessoas na política tradicional, existe a descontinuidade de programas e projetos quando acontecem mudanças de gestão, sendo assim mecanismo de continuidade de ações efetivas do Estado devem ser instauradas.

Os desafios são tratados como sistêmicos e anteriores, o que pode trazer uma perspectiva de maior complexidade, contribuindo com a estratégia de não execução de pequenas atividades combinadas para seu enfrentamento na descrença da capacidade de alcance de uma mudança real. O que é uma estratégia programada de efetivação e manutenção da ordem social vivida. A democracia também é tratada com uma experimentação com testes e mudanças, representando retrocessos e avanços sociais, em uma dialética própria onde novas ressignificações precisam ser executadas para proposição de novas mudanças, sendo assim precisamos fazer o oposto de desacreditar. Sua maturidade institucional também é

reconhecida enquanto ponto de atenção pelo pouco tempo de democracia vivida e a necessidade de reformulação das instituições.

Sugestões apareceram sobre formatos de seleção de perfis de pessoas em poder da administração direta, tanto como a diminuição de cargos comissionados para ampliar a representatividade com escolhas populares ou seleções técnicas, com teste de qualificações ou de experiência prática com as temáticas envolvidas em forma complementar a melhor qualidade de elegíveis e funcionários públicos. Novos mecanismos de representação foram sugeridos, como sorteios de pessoas físicas para assumir cargos públicos, respeitando lógicas de perfil percentual da população brasileira, por exemplo.

A responsabilização da participação política é necessária para cidadãos e cidadãs tradicionais com fomentos ao controle social através da fiscalização e acompanhamento dos seus elegíveis. O abrir mão de participar, intervir e responsabilizar os outros foi tratado pelas participantes em duas formas. A primeira, que acredita que é um problema cultural de falta de interesse de brasileiros, e até mesmo de folga em um local de não querer participar, pois são assuntos que não interessam. E o segundo grupo, de mulheres, acredita que a não participação decorre de um sistema de exclusão anterior que segue duas lógicas: tanto da própria política enquanto elitizada e centralizada em alguns perfis; quanto da negação da mulher na vida pública. Não podemos negar os custos de participar da vida pública, e a demanda por sobrevivência na vida cotidiana, ou seja, para conseguirmos nos preocupar com a participação política precisamos já ter acesso a outros bens sociais e individuais que garantem a nossa existência e o tempo de participação, sejam eles de recursos de trabalho, de estrutura familiar, acesso à educação e a grupos organizados, entre outros.

É impossível não mencionar a crença de que o sistema legal e as aplicações regulamentares são bem desenhadas e o desafio está na sua operação que por nuances de interpretação levam a operacionalização e os próprios segmentos de interesses detentores do poder social, e suas definições de funcionamento do jogo político. Ainda aparece a crença coletiva entre as participantes, mesmo com todos esses desafios impostos, de reconhecimento universal de que a política no seu dia a dia está diferente da crença coletiva de ineficácia. Existem muitas políticas públicas de interesse, assim como movimentos e organizações sociais e ainda muitas pessoas sérias trabalhando nessas pastas.

A legitimidade do sistema não subtrai sua necessidade de reformas e ajustes, que parecem ser constantes a medida que surgem novas construções e arranjos sociais desenvolvidos, sendo assim a crença de que as instituições funcionam parcialmente foi o resultado principal deste questionamento temático. O lógica de pesos e contrapesos na divisão de poderes e sua complementaridade dentro do sistema político também foi trazido com uma demanda de respeito dos limites institucionais de operação e de atuação conjunta dos órgãos da administração direta; assim como demais atores e organizações que atuam dentro da área de forma complementar, enquanto indiretas, paraestatais, organismos sociais e partidários. Interesses precisam ser mais equalizados e diálogos gerados, ampliando o potencial da diversidade.

Por fim, as instituições trazem, em seu formato de operação, lógicas de exclusão e a diferença em seu funcionamento efetivo se conecta à crise de representação; reafirmando a crença de que os líderes eleitos e indicados para assumir tais agendas as guiam seguindo interesses individuais ou de seus núcleos coletivos, de forma parcialmente integrativa à sociedade brasileira, representando, contraditoriamente, pouco espírito democrático.

Em anexo a essa discussão, a construção da criminalização da política com a crença de que políticos são corruptos, e que o ambiente público é vergonhoso e não defende o bem coletivo, aparece enquanto critério influenciados pela seleção de elegíveis. A própria polarização, somada ao desgaste das figuras e dos partidos políticos, fere a democracia. O voto descartado ou seja com escolhas feitas sem real interesse ou importância dada ao seu significado fomenta a continuidade deste processo de seleção de pessoas não representativas, e que já estão na máquina pública, por falta de esperança que mudanças podem ser propostas e executadas; com isso a necessidade de fomento ao engajamento individual e inclusive partidário aparecem nas falas. Dentro disso, a defesa das instituições públicas, instâncias partidárias e demais formas e ambientes por onde passam processos democráticos é tida como relevante para o crédito democrático.

Dentro da importância e de possíveis estratégias de fomento ao acesso de mulheres na vida pública, tanto no seu nível inicial de despertar político, para querer acessar essas esferas antes negadas; quanto após acessadas, de como se manter nelas, foram trazidas as seguintes construções: a importância de mulheres na vida pública está resguardada tanto pela proporção populacional brasileira, sendo este um fator decisivo para se manter um sistema democrático

representativo e de justiça social; quanto por uma questão moral e cívica; e ainda segundo estratégia de melhora em novo desenvolvimento político institucional, pautada na riqueza da diversidade e pluralidade, somada a importância de dar voz às mulheres e ouvi-las na construção das políticas.

Outro fator relevante de fomento à participação estratégica de mulheres é que as suas pautas só podem ser compreendidas, e as soluções melhor construídas, por participantes desses grupos, reconhecendo que precisamos de todos os tipos de mulheres presentes. Dentro das construções foram trazidas as dificuldades maiores de mulheres que sofrem, além da questão de gênero, outras desigualdades sociais; e a demanda de políticas afirmativas para que todas acessem esses espaços e não apenas mulheres que têm benefícios próprios dentro da própria categorização de “mulher”, por questões identitárias. Sendo assim outras categorias sub representadas foram presentes nas discussões, já tratadas anteriormente como mulheres LGBTQI+, mulheres com deficiência e negras.

A priorização de agenda de mulheres, crianças e adolescentes, para questões que interessam a todas também será possível com o fomento da participação de mulheres, entretanto uma ressalva sobre a composição de diversos perfis de mulheres nestas interações é necessária: para que, dentro da categoria "mulher", não sejam beneficiadas apenas agendas de grupos com maior poder institucional, sendo que idealmente todas as demandas de mulheres em seus recortes identitários e ideológicos específicos seriam atendidas simultaneamente, é necessário reconhecer que as lutas coletivas não têm a capacidade de seguir essa lógica complementar, demandam escolhas de temáticas em recortes de tempo e momentos políticos/sociais vividos; sendo assim a integração de diferentes perfis na tomada de decisão referente as priorizações de agendas femininas é necessária, para que se tenha de fato uma composição integrativa de mulheres. Reconhecendo que o aumento da igualdade de gênero é uma pauta intersetorial agregada a todas as temáticas do Estado de forma a garantir a inclusão em todas as frentes de atuação pública e políticas públicas.

Enquanto resultado, ao alcançarmos a equidade participativa, é esperada maior qualidade na tomada de decisões de políticas públicas. Exemplos de estudos de como a gestão de mulheres é mais efetiva e mais focada em negociações e construções coletivas foram trazidas por diversas participantes como uma ferramenta racional de justificação à participação de mulheres, atreladas ao potencial inovador da diversidade e ao percentual da população

enquanto justificativas, sem esquecer do argumento da moral democrática que nos leva a um critério de qualidade participativa segundo o fomento de ascensão de grupos sub representados.

Mudanças políticas e geração de novas crenças sobre fazer política são apostas de grande parte das participantes com o aumento substancial de mulheres nessas esferas, como esperança de alcançarmos uma democracia constitutiva com representatividade real. Inclusive enquanto potencial de mudança da própria agressividade do sistema político em prol de uma lógica mais colaborativa, integrativa e de diálogo entre diferentes partes do sistema e participantes. Sendo que essa equidade desejada para a promoção da renovação política passa por diferentes cargos técnicos, políticos; em diferentes esferas e perfis, para que ela seja de fato alcançada, e não apenas em posições de liderança. Entretanto cargos de poder aparecem como muito necessários justamente para essa criação do imaginário coletivo da capacidade de mulheres e potencialidades de assumir essas posições historicamente negadas, principalmente para mulheres negras, indígenas, LGBTQI+ e PcD, por exemplo.

Dentro desse ponto podemos bifurcar em duas composições trazidas pelas participantes, sendo elas: a primeira de mulheres que acreditam que a participação tem que ser de todas as mulheres, em todos os níveis, com todos os graus de consciência e ideologias; e a segunda de mulheres que acreditam que as participantes da vida pública têm que ter uma vocação para tal e um preparo específico, o que confirma a nossa necessidade constante de aprovação social por descrença na nossa capacidade.

Dentro de reconhecimento de que passamos por uma construção cultural, algumas participantes trouxeram uma educação pautada igualdade de gênero enquanto ferramenta propulsora da participação equitativa de perfis sub-representados de mulheres enquanto investimento na qualidade da futura representação, reconhecendo que são processos construídos e que tem o seu tempo próprio de alcance, mas que trabalhando as estruturas de hierarquia social todas as esferas são beneficiadas, inclusive a política. E para que seja possível a participação de mulheres, é necessário tratar questões como aparelhos de cuidado e educacionais de filhos; e uma mudança cultural de redistribuição de tarefas domésticas, ancoradas especialmente em mulheres historicamente.

Para que seja fomentada a participação de mulheres, foram sugeridas ações qualificativas de lideranças políticas, trazidas por grande parte das participantes enquanto potencial estratégia; exemplificações de mulheres que já chegaram nessas instâncias com fundos inspiracionais; e até mesmo a expansão de políticas afirmativas, como cotas em partidos e no sistema eleitoral como um todo, assim como mecanismo de fiscalização dos seus cumprimentos foram sugeridas. Foi reconhecida, ainda, a indução de acesso a cargos políticos enquanto diretamente relacionada ao acesso ao recurso e ao capital cultural e político de produção de influência, sendo que mecanismos devem ser criados para que mulheres os acessem de forma igualitária, para que as disputas sejam minimamente justas.

Outra estratégia de acesso é a promoção de discussões sobre desigualdade de mulheres com geração de dados e pesquisas para provocar agendas. E essas discussões precisam integrar homens, principalmente porque esses homens que estão no espaço de liderança. E quando mulheres alcançam essas posições, é uma boa prática que elas fomentem a entrada de outras mulheres em tudo que couber, como empregabilidade e indicações dentro das agendas das quais elas participam.

O combate à criminalização da política, para que mais mulheres se sintam atraídas pela pauta também foi tratado, assim como a criação de redes para que mulheres compreendam o que representam e geram as esferas políticas de uma forma mais aprofundada e possam, a partir disso, se interessar por essas agendas. Dentro desta lógica o maior ponto comum nessa discussão foi a demanda de exposição de perfis de mulheres que já atuam e atuaram politicamente, para que outras mulheres possam se espelhar nelas e entender que esses espaços podem ser acessados. Por fim, uma participação que não segue lógicas masculinizadas de integração é sugerida, para que mulheres possam trazer características suas adquiridas culturalmente para este ambiente político enquanto ferramenta agregadora para novas construções sociais, mas mais do que isso, para que possam ser livres em sua atuação; e não servir a interesses patriarcais, divergindo de fenômenos observados nas primeiras levadas de inserção política de mulheres, que se moldaram aos ambientes institucionais assumidos.

Outro ponto relevante é que para participar ativamente da vida pública e política não precisamos assumir de fato instâncias da política tradicional enquanto parte da administração direta ou indireta. Existem diversos outros formatos de participar e todos eles têm que ser equitativos aos perfis sociais vigentes, entre eles podemos citar diversas formas do controle

social, mecanismos de pressão e lutas coletivas com respectivas organizações sociais envolvidas. Entretanto, precisamos reconhecer que para se disponibilizar a participar precisamos acreditar que mudanças são possíveis, reforçando a necessidade de trabalharmos e ressignificarmos a descrença do fazer público e político.

Quando falamos na dicotomia de crença de funcionamento Mercado/Estado, a visão economicista da realidade social, construída a partir da hegemonia liberal, atua enquanto validação do funcionamento do setor privado em detrimento da imagem estatal, enquanto corrupta. Sendo que na verdade esse modelo permite a construção de uma fantasia coletiva de que o privilégio em si representa a luta contra a corrupção. Dentro desse processo acontece o silenciamento e invisibilidade da sociedade com a entrega absoluta à lógica meritocrática para manutenção da ordem imposta em um dinâmica de competição, que permite a reprodução contínua da segregação de classes e seus privilégios segundo as heranças imateriais de prestígio social, que representam acesso aos capitais culturais e financeiros, dados às classes média e alta. Esse sistema elaborado de afastamento das contradições segue uma busca pela legitimação dos próprios privilégios, levantada pelos grupos dominantes.

Ainda dentro das sugestões de alcance da representação em sua forma plena, a inserção desde muito cedo da vida política, principalmente em instâncias educacionais, é sugerida por algumas participantes, mas também em questões locais de seus bairros, organismos de interesse, sindicatos e afins, com amplas sugestões garantindo possibilidades a todas e todos de envolvimento dentro de seus interesses. Servindo à promoção da consciência da micropolítica em todas as esferas da nossa vida cotidiana, que são, de forma estruturada, o que compõe a macro-política institucionalizada e não institucionalizada.

Tais esforços devem ser combinados com ações de redução dos atuais custos de participação, promovendo maior acesso. Nesses casos, o apoio de ferramentas de participação do cidadão enquanto consultas públicas e construção coletiva de políticas são trazidas como boas práticas de acolhimento inicial de cidadãs e cidadãos. Em consonância, o enfrentamento de uma autocrítica destrutiva, principalmente de mulheres, mas que acontece com a população no geral, de descrença no seu potencial para a ocupação desses espaços deve ser tratado.

#### 4.1 Vantagens e Custos da Participação Política para a Mulheres Convencionais

“Esta correlação entre participação e status socioeconômico é mediada pelos custos que geralmente são proporcionais à intensidade da participação. De acordo com Burkhart et al (1972), o custo mais óbvio é o tempo. Participação política toma tempo (contatos, reuniões, etc), exige trabalho voluntário e compromisso pessoal. Além disso, os autores ressaltam os custos emocionais que requerem a participação política, entre eles, as decepções pelo não retorno do dispêndio de alta energia e investimento; as hostilidades enfrentadas no mundo da política (oposições, ataques pessoais, discriminações, etc.); as pressões e as ansiedades que pesam sobre os indivíduos nos processos de tomadas de decisões. Tais custos seriam particularmente importantes para explicar as taxas diferenciadas de participação política no que se refere ao gênero”. (Luchmann, Almeida, p.87, 2010).

Dos custos de participação da vida pública, vale a pena ressaltar que a grande maioria das mulheres, na verdade todas com exceção de uma, reconhece como altos os custos atuais e passados que representam investimentos para suas respectivas participações nos formatos escolhidos, entretanto afirmam que o benefício social de se trabalhar em prol de uma causa que acredita, ou em um formato que faça sentido enquanto identificação de projeto de vida. As questões tratadas são relevantes, e por isso se mantém na participação. Outro ponto comum, e que contempla a todas, é o investimento de tempo, enquanto atributo cedido, seja ele de forma voluntária para atuar dentro das temáticas de envolvimento, seja de dedicação extra em agendas e pastas assumidas.

“A atuação política, ela não tem nem muita hora pra começar nem hora pra terminar (...). Porque você sendo uma mulher já é muito questionada, essa normalização é de você estar lá ou não (...). E aí todo esse processo que é você a todo momento ficar se reafirmando e também ficar se questionando, então quando você fala eu vivo isso de “tem alguma coisa errada”, se tem alguma coisa, eu não consigo me expressar ou

me expresso mal aquilo me martirizo por milhares de tempos com isso, eu não posso me dar o luxo de errar, porque eu acertando eu não tenho o mesmo valor eu não sou valorizada quanto o homem na mesma situação. Então aquilo acaba consumindo, não parece, mas você já tem um gasto de tempo maior do que você tem, um homem teria no geral. Porque você participa de espaços auto-organizados, de espaços específicos, das pautas que você constrói para além disso você vem se consumindo pras coisas que você faz ou não faz e tem essa, às vezes eu acho que tem processo de você ter que se provar a super militante então se você estar é o óbvio, não estar é questionável, né. Então se você falta no ato porque hoje, domingo, eu não posso ir numa reunião porque eu preciso muito limpar a minha casa porque ninguém mais faz e aí é questionado, você acaba debilitando os processos da sua vida é deixando de cumprir as suas tarefas de mais de cunho individual para conseguir cumprir as tarefas de cunho coletivo. (...) Assim tem todos esses prejuízos que acabam sendo gerados porque, na minha opinião, inclusive a gente que é mulher negra é pior, mulher negra e lésbica é pior ainda, de você todo o tempo precisar se confirmar, se reafirmar, se provar, né, nos espaços, pra mostrar que você é digna de ser escutada, de estar ocupando aquele espaço, que você merece, quase num processo de meritocracia, que inclusive a gente combate, mas que você merece estar naquele espaço”. (Vivian Oliveira Mendes, entrevista 29, realizada em 22/06/20).

“Eu tenho sentido, algumas vezes, na sobrecarga de agenda, a sobrecarga de agenda, algumas vezes, ela tem me deixado frustrada, mas bom, eu prometi, né, o que me faz psicologicamente não surtar é, eu prometi atender as pessoas e se as pessoas estão me procurando é sinal que elas que tem, que querem ouvir essas vozes e se querem ouvir essas vozes, não foi isso que eu falei as pessoas que querem dar um espaço de voz

aos povos indígenas, então eu tô fazendo isso, eu sinto que, às vezes, eu sinto saudade de mim mesma.” (Chirley Pankará, entrevista 49, realizada em 30/06/20).

O estar disponível, enquanto representante coletiva também representa um processo de investimento em tempo e energia, sendo que o autocuidado e momentos dedicados a si tendem a ser sacrificados por parte substantiva das participantes, junto a perda da anonimidade, principalmente com mulheres que desafiam abertamente as estruturas de ordem e são atacadas por isso, assim como as identidades políticas e ideológicas que são focos atuais de críticas sociais mais ostensivas.

O custo emocional da participação, sendo ele representado em anexo ao tempo despendido, representa abrir mão de momentos de lazer de interação familiar e até mesmo no desenvolvimento de relacionamentos pela rotina intensa de demandas da participação, o que se faz presente na maioria absoluta das falas. Ainda enquanto aspecto emocional, o estresse de lidar em ambientes combativos, em constantes disputas e hierarquizados, de forte potencial de abuso com pessoas de difícil trato e com temáticas de extrema relevância social são aspectos ampliadores, emocionais e psicológicos, com temas como a saúde mental e a necessidade de auto conhecimento trazidos nas falas.

No que tangem os relacionamentos, a ausência de tempo disponível para o desenvolvimento de relações ou quebras e descontinuidades de interações por questões identitárias e ideológicas divergentes é um custo comum. Ainda dentro desse custo, ao assumir cargos de liderança existe uma complexidade no desafio de interações em relações heteronormativas, pelo desconforto cultural de homens em lidar com mulheres em posições de poder. Foram trazidos exemplos fortes de casamentos finalizados, perda de participação de parte da infância e/ou adolescência dos filhos; e rompimento com pessoas de círculos próximos.

“Eu tô exposta a comentários diários sobre a minha aparência, sobre o batom que eu uso, à invenções sobre pessoas com quem eu estaria saindo, à comentários sobre o meu tom de voz, a mentiras, xingamentos, ofensas, ameaças de morte. Então é uma mistura de exposição com violência que são muito acentuados contra as mulheres, você tá muito mais disposto, é, a

ser interrompido também de uma maneira violenta, até as pessoas colocarem em xeque, invistam o dinheiro, sabe, recursos, tempo, para desconstruir a sua trajetória, pra desconstruir quem você.” (Tabata Amaral, entrevista 67, realizada em 16/07/20).

“Enquanto homem, ele se preocupa em se preparar para atuar no espaço, a gente tem que se preparar duas vezes, para ser questionada e para atuar no espaço, entendeu? Porque em qualquer momento vão duvidar da nossa capacidade, e aí infelizmente a gente precisa provar que a gente está pronta, e que a gente não está ali por acaso.” (Guelda Cristina de Oliveira Andrade, entrevista 34, realizada em 23.06.2020).

Na liderança, assim como na exposição de imagem, um fator de estresse é a constante necessidade de auto-afirmação e a própria exposição necessária de vida particular e familiar. Dentro da objetificação e da projeção cultural de expectativa de comportamento social de mulheres, o próprio corpo e as formas de expressão, desde falar e vestimentas com os julgamentos estabelecidos, são formas de inferiorização e diminuição de seus feitos e contribuições. Se recebe o aval social de sua atuação com constante necessidade de se auto provar para seus pares e para demais grupos de interesse, assim como de lidar com a própria descrença no seu fazer geracional. Ainda, a partir desta lógica de incapacidade de mulheres na vida pública, existe a crença de pertencimento único de mulheres em esferas domésticas. Aspectos sobre a não distinção da vida pública e da vida privada, sendo que muitas vezes a privada fica prejudicada pelo fluxo de demandas da vida pública, que é prioritária para a maioria das participantes, principalmente as que orientam sua atuação pública à causas coletivas. O ter que enfrentar e resistir para manter o espaço conquistado é exaustivo e mais intenso com mulheres, representando um esforço emocional de ruptura com o sistema vigente.

Outro fator é o financeiro, muitos cargos não são remunerados, acarretando no acúmulo de funções com preocupação de geração de renda, aliado a realização de atividades domésticas e familiares. Existem outros custos financeiros, de comunicação, divulgação, suporte a iniciativas, logística para estar nos espaços de reunião e movimentos que devem ser

contabilizados, assim como a decisão de não perseguir uma carreira mercadológica, que em muitos casos proporciona mais acesso a recursos para trabalhar nessas esferas.

“Embora se reconheça a complexidade de fatores e variáveis que conformam o fenômeno da participação política, aquela literatura aponta que um dos seus mais importantes preditores diz respeito ao perfil socioeconômico dos participantes. Pesquisas em diferentes países atestam a importante correlação entre educação, renda e ocupação, cuja combinação positiva permite maior propensão, interesse, capacidade e disposição à participação política. A educação é apontada como o fator mais importante, na medida em que o cidadão com maior nível de escolaridade teria mais informação e maior capacidade para emitir opinião política; seria mais engajado e sentiria menos constrangimento para falar e participar de grupos e de associações; sentiria maior capacidade de influenciar o governo e mais confiança nos outros e em si próprio (Milbrath, p. 123, 1972).

Outro custo que apareceu é o custo da credibilidade, sendo que pela criminalização da política, muitas pessoas dentro dos núcleos diretos dessas mulheres desenvolveram imagens deturpadas a seus respectivos respeitos por se inserirem em tais agendas. Assim como o custo de ter que se provar é elevado, existe um sentimento de necessidade de melhoria contínua para se considerarem apropriada as pautas, representando um gasto emocional e financeiro de preparação. Existe um custo, após conquistar locais de participação, de assumir e estar nesses espaços que negam mulheres e não estão preparados para recebê-las, desde por questões estruturais, como banheiros femininos disponíveis, até silenciamentos com negação da equidade de participação entre seus pares são observados. Em casos extremos de perseguição e ódio, custa segurança, sendo que participantes tiveram que repensar suas rotinas de vida e moradias por ameaças externas oriundas a discordâncias de seus posicionamentos e representação, afetando inclusive seus familiares.

Em linhas gerais, o investimento é visto como de entrega de vida, sendo que muitos desses fatores levam a custos de saúde pela exaustão e desafios emocionais e psicológicos. Com

tantos custos é convencional que mulheres questionem a sua participação e se vão conseguir mantê-la por muito tempo, e de forma recorrente. Atréadas a essas lógicas existe o poder do coletivo e das causas enquanto recompensadoras e de apoio para que seja possível a continuidade apesar de exaustão, assim como demais motivações que as fizeram entrar nesse espaço, para que elas possam dar continuidade às suas atividades, pelo propósito e o que elas representam. Como fala geral contemplativa de todas as participantes, apesar dos altos custos participativos levantados, existe uma recompensa pessoal em cada formato de participação, o que faz com que tais investimentos sejam considerados necessários e em última instância, recompensados.

#### **4.2 O Ambiente Político e o Acesso a Recursos**

Conforme construímos até o momento, mulheres possuem menos incentivos para participação política, e assim maior propensão à inseguranças desenvolvidas em se expor em tais espaços, influenciando sua crença em sua capacidade, com lógicas de desvalidação constantes e menos acesso a espaços de poder e fala.

Entre as “violência simbólicas” (Souza, 2009), criadas pela nossa produção cultural, podemos citar as mentiras que reproduzimos enquanto sociedade para negar nossa responsabilidade na promoção de um espaço coletivo menos excludente, como a falsa crença do conhecimento real dos problemas sociais, historicamente tratados de forma fragmentada; e com a crença na naturalização cotidiana e enraizamento dos problemas sociais, enquanto atividades de difícil resolução, sendo que diariamente avaliamos e reproduzimos formas simbólicas de exclusão que legitimam o processo de desigualdade. Somos todas e todos responsáveis por alimentar tais inseguranças.

“E aí tá um papel da gente enquanto outras mulheres de suportar essas mulheres sabe, então, mesmo que seja uma candidata que eu, não é do partido, que eu compartilho as ideias, que representa nas ideias, quando eu escuto alguém fazer uma crítica que seja a mulher eu digo “mas porque você está criticando essa mulher e não trabalho que ela está fazendo”. Então esse processo, ele tem que ser muito claro entre nós, né, porque isso dá suporte para essa mulher continua existindo, enquanto, profissional nessa vida política agora se eu tiver

crítica do trabalho dela, eu posso fazer, agora a ela enquanto mulher porque ela ocupa esse lugar não, eu em que lugar de dar suporte de ensinar, inclusive para homens que você fala de criticar um trabalho, não uma figura porque ela é feminina né, que enfim, ou porque ela é trans, não interessa, é importante (...) Eu acho que existem vários campos de atuação de enfrentamento, eu tô numa estância de enfrentamento dessa luta, você tá em outro e eu acho que uma não substitui a outra a gente tem que ir somando.” (Adélia Rodrigues Ferreira, entrevista 24, realizada em 20/06/20).

“(...) Até porque a gente tem alguns instrumentos de, como eu posso dizer? De luta política contra a gente não deveriam nem ser considerados forma física, entendeu? Vem da misógina, do machismo, do julgamento com a forma física, com roupa, com maquiagem com vários elementos que não alteram em absolutamente nada nossa, nosso trabalho é considerado né, quando você é mulher. Pela sociedade, pelos seus adversários políticos, pelos eleitores. E isso é absolutamente desgastante também.” (Sâmia Bomfim, entrevista 65, realizada em 09/07/20).

Neste ponto existe um apelo para que valorizemos as contribuições efetivas de mulheres que tentam participar ou que participam efetivamente de esferas coletivas, mesmo que elas representem eixos de atuação divergentes aos nossos ou até de antagonismos ideológicos, centralizando nossas críticas e contrapontos às questões argumentativas objetivas e práticas de suas construções, fugindo da comum desvalidação por questões personalistas, que neste caso passam constantemente por aspectos de gênero. As dificuldades de ser mulher, principalmente em quesitos da política institucionalizada em si, que representa uma esfera elitizada, encontra maiores desafios em cargos e funções de liderança relativos aos entraves de aceitação de mulheres nessas esferas. Assim como de próprio alcance de tais posições, o que é relacionado às imposições de papéis da vida doméstica, principalmente aos relativos à maternidade. Nossa capacidade questionada, pelo histórico cultural de subjugação, nos faz duvidar se queremos mulheres nas esferas públicas, ou apenas nas domésticas e na própria crença de mulheres

enquanto sua capacidade de assumir outros espaços devido a sua desvantagem social naturalizada. A mesma negação de mulheres em espaços de poder se torna complexa quando pensamos em perfis que divergem mais ainda do tradicional, como no caso de pessoas negras, indígenas, LGBTQI+ e com deficiência.

Existe uma maior aceitação de mulheres com posturas próximas a de homens, o que socialmente pode ser entendido enquanto atos conservadores ou mais localizadas ideologicamente à direita, o que diverge de uma aceitação maior de quem elas são enquanto mulheres, mas com uma conexão ao serviço prestado por elas a favor da ideologia dominante, ou seja, não existe um rompimento real com os paradigmas tradicionais de imposição de poder, e sim uma legitimação por representação identitária de mulheres nesses locais, validando o *status quo*. Dentro dessa mesma construção observamos que as mulheres pertencentes à essa lógica não se sentem tão atacadas por homens, justamente porque elas servem a seus interesses em alguma medida, mesmo que promovam alguns enfrentamentos necessários apenas com sua ocupação nestes espaços, e isso não omite o fato de que são mulheres em posições de liderança; e são, sim, figuras importantes e necessárias para nós. Assim como é de seu direito defender suas ideologias e crenças.

Ponto é que, a experimentação do embate é divergente e dentro disso a não compreensão do que esses enfrentamentos representam para mulheres que tentam romper de forma mais incisiva com paradigmas postos têm o potencial de geração de narrativas deslegitimadoras aos movimentos femininos, enquanto validação ou legitimação de silenciamentos propostos relativos à participação de mulheres. Precisamos de todos os discursos ideológicos, e expostos por todas as mulheres, sendo a melhor forma de chegar nisso a multiplicidade de vozes operando, somada à construções constantes entre gerações de mulheres segundo seu momento histórico. Essa lógica de subjugação e de valorização de perfis específicos mesmo dentro das ditas minorias é observado em todas as instâncias de poder social, inclusive dentro dos próprios partidos. É um ponto de construção comum entre as mulheres de partidos, que falam que as disputas internas são sempre desafiadoras, mesmo nos poucos partidos que implementaram a equidade de gênero em suas instâncias de disputa, até porque o machismo opera muitas vezes de forma velada e silenciosa nas construções onde não são necessários motivos específicos para tratar a negação de escolha de mulheres e outros perfis sub-representados.

As primeiras considerações a serem realizadas no que tange o ambiente político, é que este só pode ser experimentado depois que se o alcança, ou seja, existe todo um processo de identificação e luta para a chegada antes desta experimentação, conforme tratados anteriormente na própria pesquisa; o segundo ponto é que um dos possíveis *tickets* de entrada é o acesso a recursos. Com isso em mente é impossível desassociar as duas coisas. Após chegar ao ambiente, o desafio de se manter nele, tanto pela sua dinâmica exaustiva de rotina que implica em constantes desgastes, quanto pelas próprias disputas que existem em sua natureza, estão presentes. Sendo assim, apenas a existência nesses espaços de grupos sub-representados traz uma simbologia significativa de ressignificação dos espaços e suas dinâmicas.

“Sobre o primeiro fator, convém lembrar que os partidos costumam distribuir recursos desiguais para suas candidaturas de acordo com a posição que cada uma delas ocupa nas hierarquias de poder partidárias ou, ainda, de acordo com as potencialidades que têm de obter êxito na competição eleitoral. Contudo, como atestam depoimentos e análises contidos naquele dossiê, quando se trata de candidaturas femininas, muitas vezes a discriminação de gênero se sobrepõe à lógica eleitoral e as mulheres são, assim, mais afetadas pela falta de recursos e apoio na competição eleitoral.

Sobre o segundo fator, muitas mulheres inseridas na política institucional percebem que sua legitimidade nesse espaço está condicionada à capacidade de corresponder a um ideal ainda baseado nos atributos tradicionalmente associados ao gênero feminino, como a maternidade e a beleza. Por outro lado, vários artigos daquele dossiê concluíram que as mulheres têm mais chances de obter sucesso na competição eleitoral quando disputam cargos legislativos do que quando disputam cargos executivos. Elas enfrentam barreiras culturais para serem aceitas em cargos vistos com maior poder de decisão e comando.” (Luchmann, Almeida, p.90, 2010).

O reconhecimento da masculinização e hostilidade dos espaços políticos está presente, sendo que existem duas vertentes de crenças sobre sua dinâmica entre as participantes: a primeira acredita que o ambiente é dessa forma pela naturalização das dinâmicas políticas oriundas do sistema institucional; e a segunda defende que tal construção tem a ver com o perfil dos participantes que ocupam os espaços, atualmente e historicamente. Em ambos os casos é possível ressignificar suas estratégias de funcionamento. Anexos a isso, é importante, mais uma vez, ressaltarmos que não existe representatividade entre os perfis que os ocupam, isso desde cargos técnicos, até nomeados, indicados, elegíveis, entre outros, o que é uma representação da cultura brasileira de exclusão social de perfis subjugados.

A mesma lógica de negação e exclusão acontece no repasse de recursos partidários e apoios técnicos para campanhas femininas, onde o foco se encontra em eleger homens, e preferencialmente, os mesmos. Mais uma vez, a mesma lógica segue em produção de comunicação onde as mulheres têm menos espaço e ainda não são vistas como integrantes dos ambientes, onde o senso coletivo projeta rostos masculinos, brancos, conhecidos e de idade avançada. Tudo isso é atrelado a sua menor disponibilidade de tempo, dedicação e recursos disponíveis para a participação com a desigualdade de mercado, acesso à educação formal e ainda acúmulo de serviços domésticos e de cuidados; sem esquecermos do tempo de preparo e de projeção de imagem, pela necessidade de constante aprovação nos espaços ocupados.

"As lógicas de financiamento de campanha, a forma como as pessoas podem se lançar e se organizar para ser candidatas, o acesso ao fundo partidário, tudo isso determina quem chega e quem não chega. Há exceções, mas são exceções, é, não são um modelo de chegadas e nem de possibilidades. É, acho que esse modelo de financiamento de campanha muito importante e claro, acho que alguma dessas medidas afirmativas para mulheres, para negras e negros também é importante. Acho que a gente está avançando nesse debate, e tem pouquíssimos negros no Parlamento porque tem a ver com essa lógica econômica, né? Poucos negros estão no topo da pirâmide socioeconômica no Brasil, logo também eles estão sub representados no Congresso Nacional." (Sâmia Bomfim, entrevista 65, realizada em 09/07/20).

“(…) Sim, por isso que é por meio da participação, do estímulo da participação, e também pela reforma política (...), então, se a gente tivesse só investimento público de campanha, e não tivesse permitido investimentos, tanto individuais quanto empresariais, a gente teria um outro cenário. Assim, porque não dá pra dizer que as pessoas têm as mesmas oportunidades e podem bancar esses custos, né? Então é óbvio que é muito mais custoso pras pessoas que são mais vulneráveis, né, mais pobres, etc. Então, eu acho que é uma ligação das duas: é de estímulo à participação política (...); e reforma política. O nosso sistema, ele não é um sistema igual, por isso que ele tem um filtro, então, é preciso reformar do início ao fim.” (Luna Zarattini Brandão, entrevista 59, realizada em 05/07/2020).

O acesso a recursos aparece com muita força, pois são eleitas pessoas que têm dois tipos de recursos: capital político e também o financeiro, sendo que estes são pontos atrelados, porque para se construir um capital político é necessário um investimento longo e caro, sendo que dentro desse ambiente existe, reconhecido, um poder (até mesmo dever) de transformação social para a proposição de melhorias, o que todas as participantes concordam, divergindo apenas de quais seriam elas e se existem interesses para executá-las. A política personalista atrelada à figura de salvadores também representa outro ponto chave trazido na construção, sendo que muitas vezes votamos em pessoas e não nos seus planos de governo e objetivos; e nem acompanhamos sua execução, mas a confiança é dada de uma forma emocional. E não trato o emocional enquanto lógica de valorização dos sentimentos, mas sim como campo que deve ser ativado em conjunto à racionalidade política. O problema anexo à idealização é que as expectativas não atendidas dessas personificações geram uma quebra de necessidade ou vontade de se relacionar com figuras públicas, o que alimenta um círculo infortúnio de desgaste da política institucional enquanto descrença e criminalização, também tratadas anteriormente.

Outro espaço político ativado nas falas é o digital, sendo que quando falamos sobre o uso das redes para ações políticas é incontestável a crença coletiva de que a internet vai ser cada vez mais utilizada, sendo impossível não a ter enquanto ferramenta em todos os âmbitos da vida

social, inclusive na política. Entretanto, pontos da participação presencial coletiva também são trazidas enquanto necessários. Muitas mulheres que participam do âmbito tradicional institucional das políticas públicas confirmam o uso de tecnologia para comunicação e consulta dos eleitores; e para critérios de transparência, tanto de agendas, quanto com a disseminação de dados sobre projetos e prestações de contas mais específicas, em portais de transparências, desenvolvidos nos últimos anos, e amplamente acessados graças à tecnologia. Dentro das construções trazidas, assim como em um geral, é importante salientar que as faixas etárias das mulheres participantes não foram pontos de quebra em suas lógicas de construção, como uma pequena ressalva à naturalização do uso de redes para participação política. Nas construções, enquanto critérios ideológicos e identitários, assim como de crenças do fazer político e necessidade de participação de projeções de perfis sub-representados, há uma diferenciação maior por linha de área de atuação, representada pela forma de atuação social das mulheres, do que por outras características.

“(…) mas acho que é uma questão geracional, ou seja, as minhas primeiras experiências de organização política tiveram a ver com as redes, né? É, campanhas com hashtag, os eventos do Facebook que se transformavam em manifestações políticas, a linguagem das redes, ela é parte da minha experiência, da minha forma de atuação, então ela não é artificial, mas eu vejo que foi um ambiente muito ocupado por discursos de ódio por fake news e de alguma forma um esvaziamento político porque ele fica muito dentro de uma disputa superficial, de antagonismo que dá pouco espaço para, para aprofundar nos temas organizar pessoas e a lógica também dos algoritmos são grandes bolhas, né, que são criadas que não se interconectam e uma faz para tentar bater na outra e ver quem tem mais capacidade de engajamento. E isso acaba sendo reflexo no Congresso como eu tava dizendo acho dessa discussão que não tá indo adiante, acho que um dos elementos dele travar é porque sabe que isso gera likes, engajamento nas redes sociais e aí você acaba tendo interferência direta na dinâmica do Parlamento a partir de uma, de um conceito que é muito vazio, de político, que serve mais para aglomera seu próprio bando, pegar para convertido, do que

fazer alguma transformação efetiva. Acho que são uns dos perigos, e a violência política, né, de redes. E isso é muito usado para difamação, para chateação, ofensa e às vezes violência política de fato, ameaça grave, perseguição, esse é o aspecto mais prejudicial e ele é muito presente para mulheres na política, para militantes é uma regra quase. Talvez esteja mudando com esse debate das fakenews, das regulamentações todas que querem fazer, mas por hora é, infelizmente, uma realidade muito brutal, né?” (Sâmia Bomfim, entrevista 65, realizada em 09/07/20).

Os custos de operação tecnológica para eleições também é significativo para a participação equitativa e de disputa eleitoral, onde mulheres têm menos financiamento, assim como apoio de outras pessoas integrantes de suas frentes e partidos para sua realização. A utilização profissional de redes é algo que de fato depende de um orçamento destinado para sua ativação, o que mais uma vez amplia a desigualdade gerada pelo acesso a recursos dentro do sistema eleitoral. No que diz respeito ao acesso à rede, o primeiro ponto tratado foi a democratização da digitalização e a sua influência na qualidade da participação. Nesse sentido existem dois tipos de percepções que apareceram nas pesquisas executadas, a primeira diz respeito a mulheres que reconhecem que existe um desafio de acesso; seguido pelo grupo de mulheres que acredita que a tecnologia é mais acessível para todos, representando uma questão de interesse em buscar e se conectar. O primeiro grupo tende a tratar de uma forma mais aprofundada o sistema de uso de redes enquanto bolhas centralizadas que pega apenas uma parte de pessoas interessadas, segundo os próprios mecanismos internos das redes sociais na oferta de conteúdos de acordo com perfis de seus usuários e seus comportamentos em tais redes.

Ainda sobre o fator excludente de gastos de uso tecnológico dentro de campanhas eleitorais, vale ressaltar que essa pasta é estruturada para alcançar outras bolhas inorgânicas às das candidatas, se existir acesso a investimentos para tal, senão a sua rede permanece limitada a quem busca conteúdos próximos aos gerados; ou cria uma identificação com sua imagem projetada. As redes nos aproximam de posicionamentos com os quais concordamos e buscamos ou interagimos, sendo assim, a polarização de redes também representa um critério a ser pensado e que afeta diretamente a política institucional. O que pode representar também

uma ausência de identificação dos demais que são excluídos dessas esferas participativas, efeito das qualidades vividas, atraindo um terceiro fenômeno que é o da desconexão total aos processos políticos e ideológicos que os envolve, ainda que declarado divergindo de sua prática diária e defesa rotineira.

A importância do fomento à democratização do acesso à redes também aparece nessa construção, reconhecendo que esse acesso precede e interfere na vida de pessoas que já tem outros tipos de acessos primordiais negados em seus sistemas de infraestrutura regional locais. As desigualdades regionais também são pontos de referência, tanto de centros urbanos em contraste com outras localidades, quanto dentro dos centros urbanos na oposição centro/periferia, cujo acesso às estruturas de redes é facilitado para quem já tem os privilégios de desenvolvimento central.

Segundo o perfil das entrevistadas, veio ainda, enquanto agregado, a necessidade de educar a população, principalmente os seus seguidores, a respeito das informações disponibilizadas para que elas se tornem de fato acessíveis, compreensíveis e participativas para todos. Canais digitais, sendo assim, representam um potencial de aproximação de pessoas com a gestão pública. A educação midiática, de uso tecnológico e de rede, assim como a transparência das plataformas no uso de algoritmos, financiamento de posts, rotulação de conteúdos e conteúdos deletados foram sugestões contempladas na coleta de dados.

Em questões logísticas, a participação virtual permite o acesso de mais pessoas, inclusive das que ainda não estavam completamente integradas às pastas coletivas, representando maior facilidade de agenda, e encurta espaços, assim como custos de logística de acesso a eles. Outro fator relevante é que muitas pessoas buscam informação dentro da internet e só se disponibilizaram a participar de tal forma, seja por questões rotineiras ou pelo costume social e cultural de uso de redes sociais, principalmente na população mais jovem. Benefício não resguardado a todos. No mesmo contexto, a tecnologia foi trazida enquanto potencial de inclusão para além de questões logísticas, em um local de possibilidades de acesso à pessoas com deficiência dentro das esferas coletivas, para quem consegue alcançar.

Campanhas eletrônicas e prestações de contas por redes sociais são cada vez mais comuns, assim como a tratativa de pautas. Nosso momento sócio-histórico pandêmico trouxe consigo a demanda de isolamentos sociais, o que influenciou a agenda de fomento à digitalização, e

também nos proporciona enxergar onde estão centralizadas as exclusões, inclusive de redes, mas trazendo ainda, o potencial de desenvolvimento participativo de pessoas, em diferentes níveis, principalmente, com o novo educacional e informacional, uma vez universalizado seu acesso. A tecnologia, enquanto ferramenta, pode apoiar no enfrentamento às desigualdades; entretanto, a sua lógica de uso continua servindo a interesses de uma elite. O potencial de participação em processo democrático está disponível a depender do uso que é feito dele, e com os desafios combinados do acesso à rede também apareceram o esvaziamento de discussões, com a falta de profundidade das discussões promovidas em ambientes online, assim como o uso das redes como de capital político não comprometido com pautas específicas ou com avanço de políticas tratadas, mas meramente para uma valsa social de posição ideológica defendida, enquanto máscaras de integração no campo político segundo uma lógica de polaridade e oposição, rompendo com construções coletivas e com a possibilidade de realização de diálogos.

Debates da desinformação foram trazidos, em pontos como a necessidade de educação da população para a participação de ambientes digitais, seguindo a mesma lógica econômica de que o acesso à rede é possibilitado segundo interesses da população versus a crença de que de fato a disponibilidade não é tão abrangente, aparece. Existem as que defendem que o acesso à informação é disponibilizado e existe uma falta de interesse da população em se informar e assumir responsabilidade pelo que ativa, ponto em que a educação é vista como fonte central de resolução dos conflitos. Um segundo grupo reconhece que o acesso à informação depende de acesso à rede, de canais e ultimamente de recursos financeiros para que sejam alcançados. Entre os pontos positivos da determinação de perfis em redes está a nova geração de informação a partir de outros vieses identitários e ideológicos que divergem dos tradicionais midiáticos, atreladas a mecanismos de poder. Contrastando, o papel da mídia tradicional também aparece enquanto relevante, uma vez que muitos veículos estão trabalhando com a checagem de fatos e com produções de conteúdo justamente para fazer contraponto a desinformação, com responsabilidade em apoiar no campo, não eximindo das responsabilidades dos recortes de linhas editoriais escolhidas. E ainda considerando que veículos de informação têm limites de acessos gratuitos para usuários; e a informação também precisa de investimento para ser alcançada e compreendida.

A preocupação com a segurança das redes também aparece, tanto para usuários finais, quanto para próprias empresas e governos, com um histórico recente de ataques cibernéticos; assim

como discussões de informações confidenciais de usuários finais para atividades mercadológicas e eleitorais de interesse e moralidade questionáveis. O alto tempo de adaptação da administração pública ao uso tecnológico expansivo aparece, contraposto aos demais tempos da sociedade em seu todo, dentro do desafio de digitalização do Estado, que conta com processos lentos, colaborando com sua crença de ineficiência em oposição ao padrão capitalista de mercado enquanto potência.

Por fim, na coleta de dados observamos a crença de que ainda não sabemos o que fazer com a tecnologia e seus efeitos negativos. Ainda estamos vivendo e experimentando, então as resoluções de como tratar a desinformação, os discursos de ódio e demais desafios negativos do mau uso de redes ainda precisam ser tratadas. O principal desafio da disseminação de informações na internet é sua velocidade e expansão exponencial; e uma vez tido o dano sobre imagem de candidatas ou participantes da vida pública, por exemplo, criar uma nova projeção, mais comprometida com a veracidade, é um grande desafio. A responsabilização e culpabilização de pessoas que usam a desinformação para interesses pessoais ou políticos, assim como as que trabalham com discurso de ódio devem ser assuntos do ano e estão sendo tratados desde no Supremo Tribunal Federal até no Tribunal Superior Eleitoral, mas apesar disso existe uma crença de que ainda não temos a solução, pois estamos aprendendo com o uso da tecnologia, que é vista como mera ferramenta, mas que precisa ser utilizada de uma forma agregadora mitigando seus efeitos negativos; e isso passa desde tratativas de empresas que fazem desenvolvimento tecnológico ou de redes, até ao poder regulador, chegando enfim aos usuários em um sistema de corresponsabilidades; onde cada um deve fazer a sua parte para termos um bom funcionamento, reconhecendo os efeitos negativos resultantes.

No caso de mulheres, os ataques online são mais prejudiciais porque eles tratam a sua imagem em formatos muito profundos, com características individuais e posicionamentos enquanto ferramentas de não validação. Mulheres são as que mais sofrem com crimes de ódio, ameaças e difamação; somado ao fato de que mulheres sempre são tidas como incapazes dentro das esferas, e pela sua tratativa social de sempre negação e crença de insuficiência, desenvolvem processos de auto dúvidas e demandas de cuidados com imagem e de conteúdos expressados de uma forma muito mais intensiva e possível de julgamento sociais; o que se junta à objetificação de seus corpos, o que traz aspectos de sua aparência enquanto formas de validar suas concepções e participações sociais dentro do machismo estrutural.

### **4.3 Espaços seguros e redes de apoio**

Somos fruto de uma sociedade que supervaloriza o conhecimento masculino e desvaloriza o feminino, sendo assim a importância de ambientes que dão suporte psicológico e segurança para participação feminina são de extrema relevância e uma das formas de se promover esse suporte é garantindo a participação de outras mulheres na mesma instância, sendo que existe um fenômeno, reconhecido pela maioria absoluta das integrantes, de apoio entre mulheres, mesmo entre as de linhas identitárias diferentes, por uma sororidade enquanto condição da categoria, relativa aos desafios de permanecer e chegar nesses espaços compartilhados. Sendo que, ainda, tais espaços precisam ser adaptados para receber de fato esses perfis divergentes sub representados e isso passa também por qualificações internas e enfrentamento às suas lógicas de tratativas. Esse é um ponto comum entre as construções das participantes, entretanto a forma de fazê-lo diverge entre as mulheres. A grande maioria acredita que de fato é necessário um enfrentamento mais robusto, enquanto outras mulheres acreditam que devem ser mais pacíficas nessa construção. O segundo grupo representa um baixo número de participantes, mas se fez presente. Enquanto o primeiro, além de defender que existem necessidades de enfrentamento direto, validam a participação de formas diferentes entre os enfrentamentos, considerando todas as atividades necessárias e benéficas ao acesso de mulheres as pautas públicas e coletivas. Por fim, o monitoramento da equidade participativa com geração de informações institucionais dentro de diferentes organismos e pastas se faz necessária, enquanto ponto inicial de análise de demanda para seguir interesses da representatividade em todos os perfis sociais.

Quando questionadas sobre a participação e sua lógica, se ela está, enquanto ferramenta propulsora da inserção política de mulheres, em esfera individual ou coletiva, a resposta mais comum foi que pautas coletivas, ou seja, temáticas e causas, que envolvem grupos identitários ou ideológicos tem como primeiro estímulo à participação institucionalizados e não institucionalizados da vida pública. Entretanto, dentro dessa construção é anexada duas projeções individuais: a primeira é que depende de uma escolha de vida daquela mulher em participar, uma vez que isso representa um investimento próprio seu; e segundo ponto possível é o desejo de mulheres de participar da esfera em si pela sua lógica de funcionamento e pelo poder de alteração da realidade social que a esfera representa. Sendo assim demandas individuais e expectativa da mulher, ou em relação a uma questão coletiva ou segundo um desejo de participar dessas esferas pelo seu próprio funcionamento, passam para um reconhecimento de representativa de coletivos e grupo de interesse, para que sua participação

seja validada. Em ambos os casos é importante salientar que os seus respectivos históricos, tanto de pessoais, grupais, de localidades vividas e possibilidade de acesso para experimentações influenciaram na sua produção identitária, visão de mundo e desejo de intervir no coletivo ou não, e de formas divergentes.

No caso da participação por identificação coletiva, onde a mulher decide participar por bem idealizado em grupo, é difícil determinar o que acontece primeiro, mas na maioria dos casos primeiro existe uma identificação com uma causa para posterior identificação com a esfera de poder, principalmente em caso de discriminações sociais; onde, por exemplo, o enfrentamento ao racismo para pessoas que sofreram com ele desde muito cedo é predecessor, ou em questão de gênero com mulheres abusadas de diversas formas pelo machismo cultural. Em uma minoria das participantes o oposto acontece, que representam o interesse em participar da vida pública, para depois descobrir quais são as causas que fazem sentido para sua participação. De qualquer forma, os tempos próximos desse desenvolvimento dos estímulos apontam para questionamentos de ordem. O que acontece com alguns grupos identitários excluídos socialmente, podemos citar aqui mulheres indígenas ou com deficiência, no caso de poucas lideranças políticas fortalecidas é que a estruturação de enfrentamento à exclusão pouco centralizada e com necessidade de ampliação fomenta, infelizmente, a não participação pelo seu histórico de segregação social experimentado, dependendo das participantes é possível observar um esforço inverso.

Dentro disso, a validação da participação política trazida pela grande maioria dessas mulheres está relacionada a uma causa coletiva; sendo que a identidade se mistura a tal e a bandeira do grupo, se tornando sua forma de atuação individual, dentro de uma sensação de coletividade. Em nível individual, mulheres que decidem participar da vida coletiva dentro dessa construção, precisam de disponibilidade para se entregar a este espaço, o que muitas vezes depende de muito tempo voluntários dedicado; e também passa por setores financeiros e educacionais que legitimam a participação nesse sistema tradicional. Sendo assim a decisão de participar coletivamente, dentro do individual, depende de uma preparação interna, que segue uma lógica crescente do individual econômico e posteriormente do social, sendo que essas esferas interagem com as demais da vida doméstica, representadas pela família, maternidade, entre outras; demandando apoios de sua estrutura inter-relacional de ordem individual. Essa visão de que, para participar da vida coletiva, se precisa de preparo, é mais

recorrente entre mulheres do que em homens, por questões óbvias de exclusão da vida pública tratadas anteriormente.

A respeito do representar se sentirem representadas por grupos ou líderes, duas linhas gerais existem proporcionando o desenho de duas categorias, sendo elas a identitária e a ideológica. A categoria identitária defende que, por sermos quem somos criamos conexões a medida em que nós reconhecemos, isso passa por questões de gênero, raça, sexuais, de localidade de atuação, de necessidades específicas; e de acessos recebidos em diferentes linhas, como educacionais, de saúde, que estão, muitas vezes, relacionados aos outros aspectos citados enquanto identitários ou geográficos. Enfim, de aglomerados coletivos com experimentações análogas que nos tangenciam enquanto grupo organizado ou não, sendo que dentro dos critérios identitários existe uma visão personalista de construção. Por outro lado, as formações coletivas podem ser pautadas por crenças comuns ideológicas ou formas coletivas de se alcançar objetivos e tratar pautas, cujas intervenções podem chegar nas causas identitárias, sendo que essas duas esferas são complementares; e assim como os perfis identitários e ideológicos, a identificação pode ser multifacetada em diversas agendas e características por uma única pessoa em sua forma de atuação social ou em suas formas de participação.

Dentro dos critérios identitários muitas mulheres se sentem representando ou representados pelo feminismo negro; ou intersectorial; assim como de demais causas específicas anti racistas, no que tange grupos indígenas, quilombolas e lutas decoloniais; de LGBTQI+; e de pessoas com deficiência. No que tange questões ideológicas, estão tendências de partido; núcleos acadêmicos e de pesquisa; movimentos de apoio a mulheres no mercado de trabalho; na tecnologia; de fomento à inovação; de desenvolvimento sustentável da cidade; assim como de construções economistas de visão de mundo; e de defesa da democracia e cidadania. E o fluxo comum é de organização de participantes em grupos.

“Tem que ter sempre uma rede de apoio, de amparo, de ajuda, de tudo. Sem rede, sem um coletivo que te ampare é impossível você pode até conseguir, depende se você é uma super mulher, tá? Mas eu não acredito nisso, não acredito. Eu acredito que as coisas são fruto de uma construção política, então assim, se você está muito sozinha, pensa bem. Ou você vai atrás de um coletivo ou saiba que vai ser muito difícil. Então

acho que é isso, a ideia de que não estamos sós, que a gente se ajuda, isso é muito importante pra mulher, né? Para os homens talvez eles tenham nascido para serem super heróis mesmo, então talvez isso não seja um elemento, talvez quanto menos coletivo para algum deles, melhor, mas para mulher o coletivo é muito importante.” (Sâmia Bomfim, entrevista 65, realizada em 09/07/20).

“É, muitas delas não se vêem no lugar da política, então eu acho que a maior barreira é isso, você olha e inconscientemente você não acha que aquele lugar é pra você. Então eu acho que a melhor maneira é mostrar pra elas que a gente não... que o fato dela não se ver nessa política agressiva, nessa política dura que a gente tem hoje, não é motivo para ela não participar, para participar mais ainda, porque a política que a gente tem hoje não tá funcionando, a gente precisa mudar a maneira como ela funciona, e se você não se identifica com o que tá lá, é por isso que você precisa tá lá. Então a gente faz, a gente faz cursos de formação, e é muito poderoso (...). É, eu acho que é isso, acolhimento. É mostrar o caminho e fazer ela começar a se ver lá. Então a gente promove mais exemplos de mulheres que estão dentro da política, que estão trabalhando. Não é o trabalho de hoje pra amanhã, mas se você pensar em tudo o que mudou, em coisa de cinco, dez anos...” (Isabela Rodas Messias, entrevista 10, realizada em 16/06/20).

A busca pela construção de redes, seja na atuação individual na coletiva, de pares que para apoio, tanto nas construções de execução de sua participação, quanto para o compartilhamento de desafios, que na maioria dos casos são exemplificados pelos custos de participação relacionados à vida pública tratados anteriormente, aparece enquanto ferramenta de continuidade e reconexão com propósito da atuação na vida coletiva. Para mulheres com interseções partidárias internas ou externas foi o mais fácil a própria localização em grupos e coletivos, assim como a coleta de dados relativos às pautas e grupos de interesse a quais estão inseridas, assim como aspectos que integram diretamente sua produção identitária, uma vez

que ambos aspectos estão conectados. Para os demais recortes houveram questionamentos sobre o que isso representaria sendo que pelo menos um terço das participantes demonstram algum desconforto, seja por não se sentirem representando ou representadas, questionando o que significa essa representação; ou que não demonstram ou se sentem parte de um grupo nesse nível tão íntimo de união de discurso; entretanto a participação de coletivos com essa função de apoio é unânime, mesmo que em eixos temáticos mercadológicos. Dentro das conversas, aparentemente, isso se dá com mulheres que não sofreram racismo ou homofobia em seus diferentes formatos, mas ainda é presente também a não conexão com mulheres que não se enxergam tão participando ou ativas na vida pública, que não se identificam com grupos ou categorias específicas; e que acreditam que existe dentro de si mais de uma identidade ou grupo, e por isso não se aproxima de coletivos específicos, mas sim de categorias mais amplas de defesas coletivas, como frentes de defesa de mulheres, agendas anti-racistas ou anti-fascistas. A maioria das mulheres que sentiu desconforto nas construções identitárias fez o esforço de se categorizar em algum grupo ideológico, sendo que muitos deles foram atrelados às suas atuações acadêmicas ou profissionais enquanto parte da sua formação de identidade.

A atuação coletiva é validada pela força da representatividade, segundo as construções das mulheres que defendem essa participação, e ainda no potencial de alavancar as temáticas de forma consolidada pela força coletiva. Outra defesa interessante é da aplicação no cotidiano das suas crenças e lutas identitárias/ideológicas em microrrelações. Isso passa para uma esfera política uma perspectiva coletiva, que tem um valor muito grande de produção cultural, como por exemplo a escolha do voto; a influência entre seus contatos próximos de pontos relevantes da vida social como o enfrentamento à questões machistas, racistas e segregadoras, e excludentes em seus ambientes domésticos e de acesso da vida pública coletiva e privada, vivendo de fato as causas em suas vidas de forma integral, pois não existe separação dentro desses objetivos. A única construção sintética possível é de que tanto o formato de participação individual quanto o coletivo tem sua importância; sendo que eles oscilam dentro das atividades públicas e de vida privada das participantes, sendo que ambas precisam ser tratadas de forma complementar no ecossistema, tendo seus valores e desafios.

## **Considerações finais**

Segundo a lógica de produção cultural ou desenvolvimento naturalizado de funções biológicas integrativas aos papéis sociais, é necessário respeito e aceitação das diferenças de perfil, inclusive comportamental, de mulheres, assim como suas divergências devido a produção identitárias, com fomento ao acesso de constantes ressignificação de seu papel no todo social, de forma a permitir a integração e a ocupação de espaços de interesse segundo agendas próprias, com o fim do sustento da subordinação por limitação de capacidade de realização na vida pública.

A equidade de oportunidades e de valorização social não passa pela homogeneização de perfis e sim pela valorização e respeito das diversas diferenças complementares dentro do fazer social, sem hierarquização, dentro de uma lógica integrativa de intersetorialidade e complementação da vida social. A ressignificação do diferente e das lógicas de hierarquização social devem ser pautas coletivas, sendo que esses pontos passam pela promoção equalita de acessos e pela distribuição de funções domésticas, privadas e coletivas sem distinção de gênero.

A democracia, enquanto sistema institucional adotado, precisa de uma melhor qualidade representativa para que pautas e demandas de todos e todas possam ser vistos dentro e fora das instâncias institucionais políticas. Representando uma questão anterior a eficiência estatal, embora sejam inegáveis os benefícios de uma renovação política com a ampliação da participação de mulheres, assim como de todos os subgrupos abrangidos em sua macro categoria. Considerando ainda, estratégias de aproximação política para o fomento de despertar de interesse em interagir com tais esferas e com o próprio enfrentamento de sua criminalização e descrença, enquanto ferramentas de combate à exclusão enquanto abdicação coletiva participativa, desenvolvida a partir desses processos.

Isso passa pela simplificação de suas agendas, ritos e linguagem utilizada, assim como de qualificações e incentivos participativos com enfoque na diminuição dos custos de investimento para operação da vida pública em seus diferentes formatos. Atrelado a isso, uma participação mais abrangente de perfis sociais fomenta a real compreensão dos fenômenos e melhor chance de construção de soluções contemplativas localizada dentro de grupos de interesse diretos.

Se fala muito da igualdade de gênero e do enfrentamento ao racismo, demonstrando mais uma vez a vulnerabilidade de grupos sub representados entre as sub representações; aliada à histórica retórica de mulheres em lugar de poder que seguem e servem interesses tradicionais, sendo guiadas em suas práticas cotidianas e abrindo mão dos espaços conquistado segundo direcionamentos de homens; não reconhecendo efeitos da hierarquização social e sua importância ou até pactuando com a mesma. Só a igualdade de gênero não endereça a questão primordial de crise representativa identitária. A complexidade da desigualdade deve ser constantemente mapeada em sua totalidade.

O reconhecimento dos pontos de partida diferentes em relação às capacidades de avanço e os tidos “sucessos” da vida moderna é essencial para que se criem estratégias que minimizem os abismos entre perfis identitários e de histórico de acesso aos bens sociais diferentes. Cada classe experimenta sua herança simbólica e possui visões de mundo diferentes, que guiam inclusive os processos de desenvolvimento de autoconfiança para se entender enquanto produtor cultural da própria realidade.

Dentro dessa desigualdade, lutas por acesso a direitos, políticas públicas, infraestrutura local e redes são prioridade para começarmos a pensar em uma projeção democrática participativa, uma vez que condições de existência, recursos e tempo são antecessores a possibilidade de atuação política, e sem representantes de todos os eixos sociais, a democracia se mantém falha, excludente e seguindo interesses de grupos específicos.

Por fim, independente de suas bandeiras e lutas, de formas escolhidas de participação da vida coletiva e crenças ideológicas, acredito que a principal riqueza dessa construção foi dar voz a 69 mulheres, das quais a mera existência em lugares ocupados é um lição democrática. Temos de reconhecer o desafio e o privilégio escondidos dentro do despertar para as possibilidades de atuação política, e a força demandada para lutar por sua efetivação e manutenção nos espaços ocupados e pleiteados. Com isso, enquanto fala final, trago duas construções recorrentes e presentes na coleta de dados para que nos orientem enquanto bússola de tratativa de gênero em questões coletivas: a importância de redes de apoio; e da análise de críticas e seus formatos relativos às mulheres em instâncias de poder.

No último caso, não faço alusão a uma aceitação tácita de tudo que é construído por mulheres apenas por sua condição de tal, mas que se deve pesar constantemente se as críticas e contrapontos dados são direcionados às suas construções e de forma justa, os à sua imagem projetada com descrença inconsciente de sua capacidade. Que nossos ataques não sejam pessoais, e muito menos pela sua condição de gênero, identitária e ideológica, mas sim direcionado às suas construções e defesas. A discordância é positiva quando justificada, em oposição a invalidação residente no machismo estrutural e nas demais ferramentas de subjugação.

Anexo a este ponto estão as ressignificações dos espaços coletivos de disputa, para que sua qualidade seja ampliada pelo debate de ideias e em lógica colaborativa não violenta de contraposição excludente, que representa o mesmo mecanismo de poder da desigualdade de gênero em uma relação sujeito dominante e o outro. Leia-se como dominante o que tem maior possibilidade de exercer influência dentro do sistema posto. Para isso é necessário escutarmos mulheres, escutarmos negras e negros, povos originários e de entorno, membros da comunidade LGBTQI+, pessoas com deficiência, assim como todos os grupos que compõem identitariamente a nossa sociedade. E mais do que isso, usarmos tais perfis enquanto modelos inspiracionais para fomento de novas lideranças, ativando potenciais de ampliação da participação política.

Finalizando, a importância do coletivo e de conexões para tratativas de agendas conjuntas, assim como de recebimento de suporte, técnico e afetivo, é uma realidade que precisa ser investida e reconhecida como principal forma da manutenção de luta para mulheres, considerando todos os desafios vividos e tratados anteriormente.

## **Bibliografia**

BRASIL. Câmara dos Deputados Federal, Secretaria da Mulher. Guia acessível para a candidatura das mulheres. Belo Horizonte: Associação Visibilidade Feminina, 2020.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. Repositório de Dados Eleitorais. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais-1/repositorio-de-dados-eleitorais>>.

CAMPOS, Mariana de Lima. Feminismo e Movimentos de Mulheres no Contexto Brasileiro: A Constituição de Identidades Coletivas e a Busca de Incidências nas Políticas Públicas. Rio Grande do Sul: Revista Sociais & Humanas. v. 30, ed. 02, p. 35-54, 2017.

CHARAUDEAU, Patrick. MAINGUENEAU, Dominique. Dicionário de Análise do Discurso. Trad. Fabiana. Komesu (org.). 2. ed. São Paulo: Contexto, 2008.

DAVIS, Angela. Mulheres, cultura e política. São Paulo: Boitempo, 2017.

DAVIS, Angela. Mulheres, raça e classe. São Paulo: Boitempo, 2016.

FIGUEIREDO, Marcus. Participação política: Brasil em números. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2004.

FRACCAROLI, Yuri; ARANTES, Vinicius dos Santos; ARAGUSUKU, Henrique Araújo. Memória e Consciência Política: uma proposta de revisão teórica e metodológica para o campo da Psicologia Política. São Paulo: Revista Psicologia Política, vol.18 n.41, 2018.

GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

GONÇALVES, Betânia Diniz. Transformações Psicossociais entre Mulheres: Conquistas de Direitos e Construção de Cidadania. Coimbra: Revista A Questão Social no Novo Milênio, 2004.

GONÇALVES, Betânia Diniz. “Impactos da participação política na vida das mulheres versus impactos da participação das mulheres na vida política”. São Paulo: Anais do XIV Encontro Nacional ABRAPSO, 2007; e São João del-Rei: Pesquisas e Práticas Psicossociais, 2009.

GONÇALVES, Betânia Diniz. Participação e consciência política: análise psicopolítica da experiência de lideranças femininas urbanas. Belo Horizonte: Psicologia em Revista, v.13 n.1, 2007.

IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Indicadores Sociais de Mulheres no Brasil. Rio de Janeiro, 2018.

LAWLESS, Jennifer; FOX, Richard L. It Takes a Candidate: Why Women Don't Run for Office. New York: Cambridge University Press, 2005.

LUCHMANN, Lígia Helena Hahn; ALMEIDA, Carla Cecília Rodrigues. A representação política das mulheres nos Conselhos Gestores de Políticas Públicas. Florianópolis: Revista Katálysis, v. 13, n. 1, p. 86-94, 2010.

NOVARO, Marcos. O debate contemporâneo sobre a representação política. São Paulo: Novos Estudos Cebrap, 1995.

NYE, Andrea. Teoria Feminista e as filosofias do homem. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1995.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. Curitiba: Revista Sociologia Política, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila (coord.). WILLIAM, Rodney. Apropriação Cultural. São Paulo: Pólen, 2019.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; VARGAS, Mônica Muñoz. A Mulher Brasileira é Assim. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1994.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Violência de Gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. São Paulo: Revista Lutas Sociais, n. 2, 1997.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles. “Considerações sobre aspectos micros-sociais na análise dos movimentos sociais”. São Paulo: Psicologia e Sociedade: Revista da ABRAPSO - Associação Brasileira de Psicologia Social, n.7, Anais do IV Encontro Nacional de Psicologia Social, 1989.

SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles. “Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil”. IN: SPINK, Mary Jane (org.) “A cidadania em construção: uma reflexão transdisciplinar”. São Paulo: Cortez, 1994.

SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles. O Comportamento Político como Campo Interdisciplinar de Conhecimento: A reaproximação da Sociologia e da Psicologia Social. IN: CAMINO, Leôncio; LHULLIER, Louise; SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles (orgs.). Estudos Sobre Comportamento Político: Teoria e Pesquisa. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997.

SANDOVAL, Salvador Antonio Mireles; SILVA, Alessandro Soares da. O modelo de análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais. IN: HUR, Domenico Uhng; LACERDA Jr., Fernando (orgs.) “Psicologia, políticas e movimentos sociais”. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

SARTORI, Giovanni. A teoria da representação no Estado representativo moderno. Belo Horizonte: Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 22, 1962.

SILVA, Maria Ozamira da Silva e. Refletindo a pesquisa participante. São Paulo: Cortez, 1986.

SOUZA, Jessé (org.). A invisibilidade da desigualdade brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. A ralé brasileira, quem é e como vive. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SPINK, Mary Jane (org.). Práticas Discursivas e Produção de Sentido no Cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013.

VIGOTSKI, Lev. Teoria e Método em Psicologia. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ZSCHIESCHANG, Thaís. Empoderamento de mulheres e o ecofeminismo: a valorização dos serviços de cuidado e meio ambiente. São Paulo: Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo, 2017.

\_\_\_\_\_. Fundo Cívico para a Renovação Política - Pesquisa RenovaBr 2018. São Paulo, 2018.